

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Política

**CANDIDATOS À REELEIÇÃO *VERSUS*
CONCORRENTES: a competição eleitoral nas
eleições legislativas no Estado de Minas Gerais
em 2010**

Felipe Lima Eduardo

**Belo Horizonte
2012**

Felipe Lima Eduardo

**CANDIDATOS À REELEIÇÃO *VERSUS*
CONCORRENTES: a competição eleitoral nas
eleições legislativas no Estado de Minas Gerais
em 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Mário Fuks

**Belo Horizonte
2012**

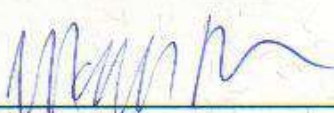



Universidade Federal de Minas Gerais
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
 Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
 31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: posdcp@fafich.ufmg.br
 TELEFAX: (31) 3409-5030

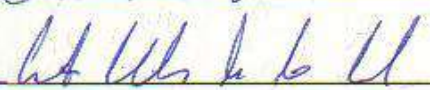
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO
 EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA
 NO DIA 26/07/2012.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2012 (dois mil e doze), às 17:00 horas, no auditório Prof. Baesse da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da dissertação intitulada ***“CANDIDATOS À REELEIÇÃO VERSUS CONCORRENTES: a competição eleitoral nas eleições legislativas no Estado de Minas Gerais em 2010”***, elaborada pelo aluno **Felipe Lima Eduardo**. Compuseram a banca examinadora os professores: **Mário Fuks (Orientador)**, **Carlos Ranulfo Félix de Melo** e **Ernesto Friedrich de Lima Amaral** do (DCP/ UFMG). Após arguição oral do aluno, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida dissertação, obtendo assim o aluno o título de Mestre em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2012.

Prof Mário Fuks 
 (Orientador DCP/UFMG)

Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo 
 (DCP/UFMG)

Prof. Ernesto Friedrich de Lima Amaral 
 (DCP/UFMG)

À minha mãe, que sempre me ensinou a enfrentar os obstáculos com alegria e fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, aos meus pais, Isa e Roberto, e irmãos, Juliana e Matheus, que sempre compreenderam e apoiaram as minhas escolhas.

À Fernanda, minha companheira inseparável, que acompanhou cada dia de alegria e de angústia, me apoiou a seguir em frente e sempre contribuiu com incontáveis considerações e debates.

Ao Professor e orientador Mário Fuks que, com muita paciência, amizade e sabedoria sempre conseguiu me mostrar o melhor caminho para o desenvolvimento de minhas ideias.

Alguns agradecimentos são mais do que especiais. Ao Jorge, que além de me incentivar, contribuiu diretamente para realização do trabalho e para o meu processo de aprendizado, sendo um interlocutor especial durante os dois anos de realização do mestrado. À Sara, que com muita cautela e dedicação ajudou-me a preparar todos os dados utilizados no trabalho. À Luzia, que gentilmente propôs realizar a correção ortográfica. Ao Mateus Araújo, que sempre comentou o meu trabalho com interesse e motivação, fazendo com que eu enxergasse os melhores caminhos.

Agradeço também aos companheiros de trabalho do Instituto Ver, que sempre estiveram comigo e entenderam os meus momentos de ausência, em especial, ao professor Malco, que além de chefe, professor e amigo é meu interlocutor e exemplo a ser seguido.

Por último, agradeço aos professores que aceitaram participar da minha banca de defesa, Carlos Ranulfo, Ernesto Amaral e Malco Camargos. Durante o mestrado sempre foram importantes referências para mim e, agora, no encerramento desta etapa, me deram o prazer de poder contar com eles para a avaliação do meu trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa explora a competitividade das eleições legislativas brasileiras a partir da classificação de perfis de candidatos utilizada na literatura norte-americana. Esta classificação consiste em separar os candidatos em três perfis distintos, os candidatos à reeleição, os de alta-qualidade e os novatos. A dissertação buscou adequar esta categorização para a realidade eleitoral brasileira. Comparou-se o desempenho eleitoral dos candidatos a deputado federal e estadual nas eleições legislativas de Minas Gerais, no ano de 2010, a partir dos resultados médios de cada perfil. Empreendeu-se também análises para visualizar o desempenho dos perfis de candidatos em diferentes contextos eleitorais, municípios maiores e menores e com maior e menor índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). O uso de técnicas de análises quantitativas, bivariadas e multivariadas permitiu dimensionar as principais diferenças entre a força eleitoral de cada perfil. Além de comprovar a esperada superioridade eleitoral dos candidatos à reeleição e dos candidatos com maior volume de gastos financeiros, o trabalho apresentou outras dimensões que diferenciam o desempenho eleitoral de cada um dos perfis avaliados. Assim, foi possível verificar e quantificar, em Minas Gerais, o desequilíbrio existente nas eleições legislativas estaduais e federais.

Palavras-chave: - Eleições legislativas – Competitividade eleitoral – Perfis de candidatos

ABSTRACT

This research explores the competitiveness of the Brazilian legislative elections based on the classification of candidate profiles used in American literature. This classification consists of separating the candidates into three distinct profiles: the incumbents, the high-quality challengers, and the challengers. The dissertation sought to fit this categorization for the Brazilian electoral reality. The electoral performance of state and congressional candidates, running to represent the state of Minas Gerais, during the legislative elections of 2010 was compared, using the average results of each profile. Analyses were undertaken to view the performance of the candidates' profiles in different electoral contexts, in major and minor cities with larger and smaller Human Development Index (HDI). The use of bivariate and multivariate quantitative analysis techniques made it possible to measure the main differences between the electoral strength of each profile. In addition to proving the expected electoral superiority of the incumbents, and of the candidates with higher campaign expenditures, the work presented other dimensions that differentiate the electoral performance of each of the profiles analyzed. So it was possible to verify and quantify, in Minas Gerais, the existing imbalance in the state and federal legislative elections.

Keywords: - Legislative Elections - Election Competitiveness - Election candidate profiles

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os círculos concêntricos de Fenno para percepção de relacionamento entre os representantes e o eleitorado.....	26
Figura 2 – Hipóteses sobre a força dos candidatos à reeleição nos estudos norte-americanos	30
Figura 3 – Mapa do perfil do candidato mais votado, no município, nas eleições para deputado federal, em MG, em 2010	64
Figura 4 – Mapa do perfil do candidato mais votado, no município, nas eleições para deputado estadual, em MG, em 2010	65
Figura 5 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios	73
Figura 6 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios	74
Figura 7 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios	75
Figura 8 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Candidatos novatos e de alta-qualidade eleitos nas eleições legislativas, em MG, no ano de 2010 - Deputados federais	90
Quadro 2 - Candidatos novatos e de alta-qualidade eleitos nas eleições legislativas, em MG, no ano de 2010 – Deputados estaduais	92
Quadro 3 – Deputados afastados na ALMG durante a 16 ^a Legislatura (2007-2011)	107
Quadro 4 – Deputados suplentes na ALMG (2007-2011)	107
Quadro 5 – Deputados de MG afastados da Câmara dos Deputados, na 53 ^a Legislatura (2007-2011)	109
Quadro 6 – Deputados suplentes de MG na Câmara dos Deputados na, 53 ^a Legislatura (2007-2011)	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média de candidatos para cada cadeira legislativa, em Minas Gerais, em 2010	45
Tabela 2 - Percentual de sucesso por legislatura dos candidatos que tentaram a reeleição, em MG, para a Câmara dos Deputados, em 2010	47
Tabela 3 - Percentual de sucesso por legislatura dos candidatos que tentaram a reeleição em MG, para a ALMG, em 2010	47
Tabela 4 – Classificação do perfil dos candidatos nas eleições para deputado federal e estadual, em MG, no ano de 2010	49
Tabela 5 – Total de votos nominais obtidos por perfil de candidato nas eleições legislativas para deputado federal e estadual em MG, em 2010	58
Tabela 6 – Estatísticas descritivas sobre a votação nominal dos perfis de candidatos nas eleições legislativas para deputado federal e estadual em MG, em 2010.....	59
Tabela 7 – Percentual de candidatos eleitos, por perfil, nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG, em 2010	60
Tabela 8 - Modelo de regressão linear para a votação nominal dos perfis de candidatos, nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG	61
Tabela 9 - Perfil dos candidatos mais votados nos municípios, nas eleições para deputado federal e estadual, em MG, em 2010 (até a 3 ^a posição)	63
Tabela 10 – Perfil do candidato mais votado X perfil do segundo candidato mais votado, nos municípios de MG, em 2010.....	66
Tabela 11 – Número de eleitores nos municípios de Minas Gerais e do Brasil, em 2010 .	70
Tabela 12 – Municípios mineiros e brasileiros, de acordo com a faixa de classificação do IDH-M 2000	71
Tabela 13 – Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos por perfil de candidato, em cada município de MG, em 2010.....	72
Tabela 14 – Modelos de regressão linear múltipla para a relação entre grau de desenvolvimento e número de eleitores nos municípios e percentual de votos obtida por cada perfil, na eleição para deputado federal e estadual, em MG, em 2010	79
Tabela 15 – Resumo dos benefícios mensais obtidos pelos deputados federais e estaduais durante o exercício do mandato.....	83

Tabela 16 – Correlação linear de Pearson entre o valor financeiro gasto e a votação nominal dos candidatos a deputado, na eleição federal e estadual, em MG.....	85
Tabela 17 – Estatísticas descritivas para o volume de recursos financeiros gastos pelos candidatos eleitos e não eleitos, nas eleições federais e estaduais, em MG, no ano de 2010	86
Tabela 18 – Regressão linear entre o perfil dos candidatos e o valor gasto na campanha ..	88
Tabela 19 - Foi prefeito entre 1996-2010	102
Tabela 20 - Foi vereador entre 1996-2010 (em cidades acima de 50.000 hab).....	102
Tabela 21 - Foi Secretário de Estado entre 2003 e 2010	103
Tabela 22 - Foi governador em algum período	103
Tabela 23 - Foi senador em algum período	103
Tabela 24 - Foi deputado federal entre 1996-2010.....	104
Tabela 25 - Foi deputado estadual entre 1996-2010.....	104
Tabela 26 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios	111
Tabela 27 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios	112
Tabela 28 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios	113
Tabela 29 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios	114
Tabela 30 - Concentração ou dispersão dos votos nas eleições para deputado federal, em MG, em 2010.....	115
Tabela 31 – Concentração ou dispersão dos votos nas eleições para deputado estadual, em MG, em 2010.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – A FORÇA DOS CANDIDATOS À REELEIÇÃO	20
1.1 Estudos clássicos norte-americanos	20
1.2 Hipóteses e explicações sobre a força dos candidatos à reeleição, na literatura norte-americana	29
1.2.1 Recursos institucionais	30
1.2.2 Mudança comportamental	31
1.2.3 Diferenças nas margens de vitória.....	31
1.2.4 Redistritalização	32
1.2.5 Recursos financeiros	34
1.2.6 Sistemas eleitorais	35
1.2.7 Perfil dos concorrentes (a qualidade dos desafiantes)	35
1.3 Candidatos à reeleição, a partir dos estudos brasileiros	37
1.4 Considerações finais.....	42
CAPÍTULO 2 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM MINAS GERAIS, O PERFIL DOS CANDIDATOS E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS	44
2.1 Sistema eleitoral brasileiro e a concorrência eleitoral em MG.....	44
2.2 Breve cenário da reeleição nas eleições legislativas em MG	46
2.3 Perfil dos candidatos: novatos, alta-qualidade e reeleição	48
2.3.1 Candidatos novatos	49
2.3.2 Candidatos de alta-qualidade	49
2.3.3 Candidatos à reeleição.....	51
2.4 Construção dos dados.....	52
2.4.1 Banco de dados sobre os candidatos	53
2.4.2 Banco de dados sobre os municípios.....	54
2.4.3 Bancos de dados - municípios e candidatos	54
2.4.4 Algumas considerações sobre as limitações dos bancos de dados e das variáveis utilizadas	55
CAPÍTULO 3 – A FORÇA ELEITORAL DOS PERFIS DE CANDIDATOS	56
3.1 Introdução	56
3.2 Força eleitoral de cada perfil.....	58
3.3 Perfil do candidato mais votado, no município	62
3.3.1 Primeiro colocado X segundo colocado	65
3.4 - Conclusão.....	67

CAPÍTULO 4 – O CENÁRIO ELEITORAL E A FORÇA DOS PERFIS DE CANDIDATOS	68
4.1 Introdução	68
4.2 Desempenho dos perfis de candidatos, de acordo com o eleitorado e com o desenvolvimento do município.....	69
4.3 Conclusão.....	80
CAPÍTULO 5 – ALGUMAS EXPLICAÇÕES PARA A FORÇA ELEITORAL DOS CANDIDATOS	82
5.1 Introdução	82
5.2 Benefícios dos candidatos à reeleição	82
5.3 Financiamento eleitoral	84
5.4 Ccandidatos de alta-qualidade e novatos eleitos	89
5.4 Conclusão.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXO I – Candidatos classificados como de Alta-qualidade.....	102
ANEXO II – Candidatos classificados como Reeleição.....	106
ANEXO III – Estatísticas descritivas do desempenho eleitoral dos candidatos, de acordo com o eleitorado e o IDH-M dos municípios	111
ANEXO IV – Concentração ou dispersão dos votos de candidatos nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG, no ano de 2010	115

INTRODUÇÃO

“O Sistema de representação política não se reduz, no entanto, à questão da natureza, do conteúdo da representação. Questões igualmente relevantes referem-se a quem se faz representar, como se efetiva legalmente a representação e que consequências políticas advêm da forma mediante a qual esta se materializa.” (Lima Júnior,1997 p.64)

É de conhecimento de todos os pesquisadores das Ciências Sociais que as instituições sociais são criadas a partir de parâmetros normativos que, na maioria das vezes, dificilmente são alcançados na vida real. Em grande número de situações cabe ao cientista social apenas debater sobre as lacunas encontradas entre o cenário normativo esperado e o universo social encontrado. Na Ciência Política não é diferente. Os desenhos institucionais analisados pela ciência política são desenvolvidos a partir de regras e padrões normativos mas, na prática, o que muitas vezes prevalece são as condições reais que se apresentam distantes da condição desejada. As eleições legislativas brasileiras enquadram-se neste caso.

Uma das premissas normativas para a classificação de um sistema político como democrático é a de que o sistema eleitoral para escolha dos representantes deve apresentar padrão aceitável de competição eleitoral, permitindo que diferentes partidos e perfis de candidatos disputem as eleições em igualdade de condições e que os eleitores tenham a possibilidade de escolher entre diferentes opções. A princípio, o sistema eleitoral legislativo brasileiro preenche todos os requisitos. O sistema proporcional de lista aberta brasileiro é considerado um dos mais abertos do mundo, pois apresenta poucas restrições à entrada de candidatos na disputa eleitoral, permitindo que grande número de candidatos e partidos disputem as cadeiras legislativas municipais, estaduais e federais. Com relação aos eleitores, eles podem escolher livremente entre um vasto leque de candidatos e partidos. Ou seja, o sistema cumpre os pré-requisitos normativos.

Apesar de o sistema eleitoral brasileiro ser considerado bastante aberto à disputa eleitoral, existe um quase consenso, entre os pesquisadores, de que as eleições legislativas são desequilibradas em favor dos candidatos à reeleição. Desta forma, percebe-se o

impasse existente entre o horizonte normativo, o desenho institucional e o cenário real encontrado. O horizonte normativo aponta a necessidade de as eleições serem equilibradas entre os concorrentes; o desenho institucional, visando atender aos pressupostos normativos, permite a entrada, na disputa eleitoral, de grande número de candidatos e partidos e garante aos eleitores a total liberdade de escolha entre as opções disponíveis; mas o cenário encontrado é de desequilíbrio das eleições em favor de determinado perfil: os candidatos à reeleição.

Mesmo com a constatação deste desequilíbrio eleitoral em favor dos candidatos à reeleição, no Brasil pouco tem sido feito para entender os motivos desta superioridade e quais os efeitos que ela pode gerar sobre a competição política. O presente trabalho procura contribuir para este debate, possibilitando maior entendimento sobre o nível da desigualdade eleitoral existente entre os candidatos à reeleição e os seus concorrentes, nas eleições legislativas.

Para compreender as diferenças entre os candidatos à reeleição e os seus concorrentes, o trabalho adotou a classificação de perfis de candidatos proposta por Jacobson (1989), na qual os candidatos concorrentes ou desafiantes (*challengers*) são classificados em dois grupos distintos: os candidatos desafiantes que ainda não possuem experiência política, ou seja, os candidatos novatos; e os candidatos desafiantes que já possuem alguma experiência política e que, portanto, poderiam apresentar um desempenho eleitoral mais consistente, sendo estes considerados os candidatos de alta-qualidade (*high-quality*). Para Jacobson (1989), esta classificação permitiria identificar as diferenças no desempenho eleitoral do candidato à reeleição quando ele tem, como desafiante, um candidato novato e quando o concorrente é um candidato de alta-qualidade.

A classificação do perfil dos candidatos é amplamente utilizada por pesquisadores norte-americanos para explicar as diferenças no desempenho eleitoral dos candidatos a deputado nos EUA. Para o presente trabalho buscou-se adaptar à realidade brasileira esta classificação. Como às eleições legislativas brasileira têm grande número de candidatos podendo ser votados em diferentes municípios, há natural dificuldade para definir quais são os principais desafiantes dos candidatos à reeleição. A solução proposta foi estudar as diferenças entre os perfis de candidatos, de maneira agregada, não se preocupando, com isso, em compreender o desempenho eleitoral individual dos candidatos, mas o desempenho médio de cada um dos três perfis analisados. Para a construção dos perfis, os

candidatos das eleições legislativas, federal e estadual, no estado de Minas Gerais, no ano de 2010, foram classificados em três perfis: os novatos, ou seja, os candidatos que nunca haviam exercido cargo eletivo; os candidatos de alta-qualidade, isto é, os que disputavam as eleições para deputado e já haviam exercido ou ainda exerciam algum cargo político; e os candidatos à reeleição, aqueles que estavam concorrendo novamente para o mesmo cargo ora ocupado por eles.

Acredita-se que, até o momento, pouco foi feito no Brasil, para compreender o grau de igualdade e desigualdade existente nas disputas eleitorais para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas estaduais. O motivo para os poucos avanços nesta linha de pesquisa, possivelmente, dá-se pela dificuldade em definir quais são os principais concorrentes ou desafiadores dos candidatos à reeleição, nestes níveis de disputa. O presente trabalho procura suprir esta lacuna. Assim, o objetivo desta dissertação é avançar no entendimento das condições de igualdade e desigualdade na disputa eleitoral legislativa, tendo como ponto de partida o dimensionamento do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição e dos seus concorrentes. Para isso, procura-se responder as seguintes perguntas: 1) A classificação de perfis de candidatos (novatos, de alta-qualidade e reeleição), utilizada por Jacobson (1989) nas eleições legislativas norte-americanas, é válida para a análise do contexto das eleições legislativas brasileiras? 2) Como se dá a competição eleitoral legislativa entre os candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos? Qual é a força relativa de cada perfil de candidato? 3) Contextos municipais distintos – total de eleitores e grau de desenvolvimento do município – podem contribuir para o entendimento do desempenho dos perfis de candidatos?

O desempenho eleitoral dos perfis de candidatos é a variável dependente deste trabalho. Todas as análises propostas neste estudo buscam comparar o desempenho eleitoral entre os três perfis visando quantificar e dimensionar a diferença existente entre eles. Para isso, são utilizadas diferentes técnicas quantitativas de análise de dados.

Para responder às questões propostas, o objeto de estudo escolhido foi a eleição para deputado federal e estadual em Minas Gerais no ano de 2010. Em face do enorme trabalho de categorização dos perfis de candidatos (realizado individualmente para cada um deles) e do grande número de informações necessárias para a categorização de perfis proposta, optou-se por concentrar a investigação nas eleições no estado de Minas Gerais por dois principais motivos. O primeiro está relacionado com o número total de municípios

e a heterogeneidade no grau de desenvolvimento e tamanho. As grandes diferenças regionais, demográficas e socioeconômicas entre os 853 municípios mineiros permitem análises e generalizações que possivelmente seriam muito próximas dos resultados encontrados no país como um todo. Sendo assim, a escolha pelo estado de Minas Gerais é justificada pela heterogeneidade e o grande número de municípios, o que permite um cenário comparativo mais abrangente. O segundo motivo para a escolha do estado de Minas Gerais está relacionado com o grau de desenvolvimento institucional da Assembleia Legislativa Mineira. A ALMG é nacionalmente reconhecida como uma das casas legislativas mais bem estruturadas (Anastasia, 2001), tendo como uma de suas marcas o amplo e disponível acesso a diferentes níveis de informações relacionadas ao poder legislativo mineiro. Como a classificação dos perfis de candidatos e as análises relacionadas aos municípios demandavam grande esforço de sistematização e organização de informações, sendo necessário o acesso a diferentes níveis de dados sobre os municípios e eleições anteriores a 2010, o site da ALMG apresentou-se como boa fonte de informações.

Além de aumentar e revigorar os estudos legislativos brasileiros, o trabalho busca enriquecer a discussão sobre a força dos candidatos à reeleição e de seus concorrentes a partir das perspectivas apontadas pelo sistema eleitoral brasileiro. São poucos os estudos brasileiros que têm concentrado esforços em compreender a força destes candidatos e, em sua grande maioria, tais pesquisas têm apresentado resultados referentes apenas às eleições para deputado federal. Outra carência destes estudos é que suas análises têm se concentrado apenas nos candidatos à reeleição, sendo os concorrentes raramente incluídos nelas (Pereira e Renno, 2001 e 2007; Ames, 2001; Carvalho, 2003). Desta maneira, o presente trabalho busca preencher estas duas lacunas: acrescentar aos estudos sobre a força dos candidatos à reeleição análises contemplando não somente as eleições federais mas, também, as eleições estaduais; e, ainda, considerar na pesquisa todos os candidatos que disputaram as eleições legislativas, permitindo a comparação entre o desempenho dos candidatos à reeleição e os seus concorrentes.

Nesta dissertação entende-se que o desempenho eleitoral dos candidatos, no sistema eleitoral legislativo brasileiro, não pode ser medido apenas pelos indicadores de vitória ou derrota nas eleições. No complexo sistema brasileiro, que apresenta grande número de candidatos, partidos e coligações, um candidato, para ser eleito, muitas vezes não depende apenas do seu desempenho eleitoral, mas de algumas condições estratégicas e conjunturais

impostas pelas alianças partidárias no momento da construção das coligações eleitorais. Face a tais condições, este trabalho propõe avaliar o desempenho eleitoral dos perfis de candidatos em ambos os aspectos, no sucesso ou insucesso nas urnas e no volume de votos adquiridos pelos perfis. Outro ponto importante a ser destacado é que a competitividade nas eleições pode ser mensurada de inúmeras maneiras como desempenho dos partidos, filiação partidária, tempo de televisão dos partidos, configuração das coligações, biografia dos candidatos, ser oposição ou situação em relação ao governo etc. O presente trabalho concentra-se na análise da competitividade das eleições a partir de um único ponto de vista: as diferenças apresentadas entre os candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos.

Apesar de o principal esforço da dissertação estar no dimensionamento da diferença entre o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição e o dos seus concorrentes, visando verificar o grau de competitividade da disputa eleitoral, procurou-se também apontar algumas possíveis explicações para a superioridade eleitoral dos candidatos à reeleição e para o bom desempenho dos candidatos novatos e de alta-qualidade em determinados contextos. Como os estudos sobre eleições legislativas apontam que uma das principais variáveis explicativas para o sucesso eleitoral dos candidatos seria o volume de recursos financeiros arrecadado por eles, no quinto capítulo, tentou-se um esforço mais sistemático para compreender as diferenças entre a arrecadação de recursos de campanha pelos candidatos à reeleição e pelos candidatos concorrentes. De toda a forma, como não era o foco deste trabalho, as explicações procuraram apenas apontar alguns caminhos para estudos futuros, não sendo possível explorá-las de maneira mais conclusiva.

Por fim, acredita-se que a construção dos perfis de candidatos permitiu demonstrar as diferenças entre o desempenho eleitoral de cada um deles. Os dados aqui apresentados, de certa maneira, confirmam afirmações de senso comum: as eleições são desequilibradas em favor dos candidatos à reeleição e, também, dos candidatos que conseguem grandes volumes de recursos financeiros. Sendo assim, a novidade que este trabalho traz é quantificar o tamanho das diferenças entre o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição e de seus concorrentes e demonstrar em quais condições os concorrentes conseguem aprimorar o seu desempenho.

Os capítulos estão organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo, “A força dos candidatos à reeleição”, procurou-se revisar quais foram os estudos clássicos norte-

americanos sobre a força eleitoral dos candidatos à reeleição, os desdobramentos e correntes explicativas surgidas deles e, também, como os estudos brasileiros vêm trabalhando com a temática, na perspectiva nacional.

O segundo capítulo, “As eleições legislativas no estado de Minas Gerais, o perfil de candidatos e a construção dos dados”, consiste em breve consideração sobre o desempenho dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas em Minas Gerais e, principalmente, na explicação de como foi construída a principal variável analítica do presente trabalho: o perfil dos candidatos. Este capítulo busca também elucidar como os bancos de dados, utilizados neste trabalho, foram construídos e quais são as suas vantagens e limitações.

O terceiro capítulo, “Candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos: o desempenho eleitoral de cada perfil,” dimensiona, por meio de diferentes técnicas de análise de dados, as principais diferenças entre os candidatos à reeleição, os candidatos de alta-qualidade e os candidatos novatos.

O quarto capítulo, “O cenário eleitoral e a força dos perfis de candidatos”, procura verificar qual foi o desempenho eleitoral de cada perfil em diferentes situações: em municípios maiores e menores e naqueles com maior e menor índice de desenvolvimento humano.

No quinto capítulo, “Algumas explicações para a força eleitoral dos candidatos,” há um esforço para compreender razões e variáveis que podem interferir para um melhor desempenho eleitoral dos candidatos.

Nas considerações finais, retomam-se os principais resultados e ensaia-se um possível debate sobre a relevância dos achados e a importância deles para uma discussão mais ampla sobre a utilização dos perfis de candidatos nas eleições legislativas brasileiras e sobre o desequilíbrio das eleições em favor dos candidatos à reeleição.

CAPÍTULO 1 – A FORÇA DOS CANDIDATOS À REELEIÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar discussões clássicas e recentes sobre a força dos candidatos à reeleição nas eleições legislativas e, também, os principais argumentos e conceitos presentes nestes estudos. As afirmações aqui debatidas irão demonstrar como as eleições legislativas são desequilibradas em favor deste perfil de candidatos. Na primeira parte, os esforços serão voltados para a compreensão de quatro grandes obras: *The Electoral Connection*, David Mayhew (1974); *Congress: Keystone of the Washington Establishment*, Morris Fiorina (1977); *Home Style: House Members In Their Districts*, Richard Fenno (1978); e *The Politics Of Congressional Elections*, Gary Jacobson (1989). Nestas obras, os autores fizeram um trabalho de mapeamento dos motivos e razões que estariam por detrás de uma reeleição cada vez mais constante e segura dos deputados, nas eleições congressuais norte-americanas. Por isso, elas são o ponto de partida para a compreensão da força dos candidatos à reeleição. Na segunda parte da revisão, são apresentadas as principais discussões e hipóteses que surgiram, em sua grande maioria, a partir das quatro obras iniciais e perpassam a literatura norte-americana sobre a força dos candidatos à reeleição. Por último, na terceira parte, apesar de os estudos sobre a força da reeleição terem presença mais forte na literatura norte-americana, são apresentados os principais estudos e discussões existentes na literatura brasileira que, de alguma maneira, tratam deste fenômeno.

1.1 Estudos clássicos norte-americanos

Um dos trabalhos mais importantes e que, de certa forma, tornou-se um marco nos estudos sobre a força dos candidatos norte-americanos à reeleição, foi a obra *Congress – The electoral connection*, de David Mayhew (1974). Neste estudo, Mayhew demonstrou como a atividade parlamentar está diretamente vinculada com a atividade eleitoral. Em sua visão, o primeiro objetivo dos parlamentares seria obter a reeleição. Afinal, o exercício do mandato é a profissão dos políticos; manter-se no poder significaria manter o seu emprego. *“All members of congress have a primary interest in getting re-elected. Some members have no other interest.”* (Mayhew, 1974 p.16)

Desta maneira, ele demonstra que os congressistas preparam o seu mandato para exercer determinadas atividades que busquem sempre maximizar votos. Pode-se entender

esta maximização como um aumento do número de eleitores, mas também como uma fidelização de seu próprio eleitorado.

Um ponto relevante do trabalho de Mayhew é a classificação das atividades que um parlamentar, no exercício de seu mandato, pode utilizar em seu favor. São elas: *advertising, position taking, credit claiming* (Mayhew, 1974)

- *Advertising* – Utilização do mandato de maneira a criar formas de comunicação entre o deputado e o seu eleitorado, fazendo com que ele se torne mais conhecido e que os eleitores estejam constantemente informados de suas atividades parlamentares.
- *Credit claiming* - Definida como atitude do deputado para assumir a responsabilidade por determinada ação ou obra destinada a determinada localidade ou grupo social. Ou seja, obter, de certa forma, os créditos por alguma benfeitoria local, mesmo que esta ação tenha sido praticada pelo governo ou outra instituição ou entidade.
- *Position taking* – Significa o deputado tomar posição clara sobre importantes temas/assuntos públicos e utilizar esta defesa de posição como estratégia para agradar determinados eleitorados.

Outra constatação apontada por Mayhew (1974) é a de que os congressistas norte-americanos encontram, na estrutura do Congresso, lugar ideal para praticarem suas atividades eleitorais. Os inúmeros benefícios (*perks*) disponibilizados aos congressistas permitem que eles construam estrutura bastante favorável aos seus objetivos eleitorais. Os principais benefícios seriam: contratação de assessores, verba para manutenção de escritórios de atendimento em seus distritos, verba e estrutura técnica para construção e divulgação de materiais publicitários, etc. Haveria também os benefícios indiretos, como a obtenção de prestígio e facilidade para conseguir apoios persuasivos e recursos financeiros.

A partir do estudo de Mayhew (1974), que demonstrou como os congressistas utilizavam diferentes recursos que estavam ao seu alcance para obter vantagens eleitorais sobre os seus concorrentes, uma série de trabalhos foi publicada com o intuito de aprofundar e compreender a força que os candidatos à reeleição (*incumbents*) possuíam sobre os seus concorrentes (*challengers*). Esta revisão pretende demonstrar os argumentos

e análises propostos por alguns dos principais trabalhos que discutiram a disputa entre estes perfis de candidatos e, também, apontar algumas correntes analíticas criadas para explicar a força que o candidato à reeleição possui sobre os seus adversários.

O trabalho de Fiorina (1977), “*Congress - Keystone of the Washington Establishment*”, parte das mesmas premissas de Mayhew (1974), identificando que o objetivo principal dos congressistas é obter a reeleição. Mas, diferentemente de Mayhew, para quem a força dos candidatos estaria no poder de comunicação com o eleitorado, Fiorina busca demonstrar que a força dos candidatos à reeleição estaria no que ele denomina de *constituency service* (prestação de serviços ao eleitorado). Em linhas gerais, este *constituency service* seria o acompanhamento e auxílio no atendimento das demandas individuais (ou de pequenos grupos), dentro do congresso ou na burocracia estatal. Segundo ele, esta seria a grande força e estratégia dos candidatos à reeleição pois, durante o mandato, eles podem estreitar os laços com o eleitorado de seus distritos por meio desta constante prestação de serviços.

Um primeiro caminho do trabalho de Fiorina (1977) foi identificar os motivos pelos quais os distritos marginais¹ estariam desaparecendo e por que este desaparecimento seria um fato importante para o contexto eleitoral norte-americano.²

A redução no número de distritos marginais significaria, para o sistema eleitoral norte-americano, que as eleições estariam se tornando menos competitivas, pois os candidatos à reeleição venceriam com segurança em um maior número de distritos, e isto diminuiria a renovação dos congressistas norte-americanos. Fiorina (1977), para identificar os motivos pelos quais o número de distritos marginais estaria caindo, ao longo dos anos, começa sua análise debatendo três hipóteses que poderiam explicar esta tendência: a primeira seria que o novo desenho dos distritos eleitorais, conhecido como

1 Os cientistas políticos norte-americanos tradicionalmente usam o termo *marginal districts* (ou *swing districts*) para definir os distritos que não possuem uma dominância partidária muito forte. Estes seriam os distritos onde poderiam acontecer as principais mudanças eleitorais, seriam também os distritos em que os analistas teriam maior dificuldade para inferir sobre qual candidato seria o vencedor em determinada eleição. O oposto dos *marginal districts* são os *safe districts* nos quais determinado partido já possuiria uma sequência de vitórias eleitorais, ao longo dos anos, o que levaria os analistas a preverem a sua provável vitória.

² É relevante levar-se em conta que os estudos norte-americanos utilizam o percentual de votos de cada partido, em um distrito eleitoral, como forma de determinar a força que o partido tem no distrito. A diferença entre a votação obtida por cada partido ao longo de diversas eleições permite classificar os distritos em *marginal districts* ou *safe districts*. Os estudos sobre eleições congressuais utilizam a mesma lógica analítica fazendo apenas uma simples troca: ao invés de analisar o resultado por partidos, eles verificam se o candidato pretende a reeleição ou é um desafiante. A análise dos resultados eleitorais nos distritos marginais e nos distritos seguros aponta para o grau de competitividade presente nas eleições congressuais norte-americanas.

redistritalização,³ poderia ser utilizado para construir distritos mais homogêneos que favoreceriam candidatos que já estão no poder; a segunda hipótese seria que o aumento no uso de estratégias de comunicação tornaria os congressistas mais conhecidos e, assim, eles teriam vantagens sobre os seus desafiantes quando buscassem a sua reeleição; e a terceira hipótese seria que a força dos candidatos à reeleição estaria vinculada a uma mudança no comportamento dos eleitores. Segundo esta hipótese, os eleitores passariam a votar nos candidatos à reeleição como uma espécie de atalho cognitivo. Com a queda no uso da identidade partidária como atalho, os eleitores trocariam o voto no partido pelo voto no candidato à reeleição.

Após rejeitar estas três hipóteses (redistritalização, força da comunicação e mudança no comportamento dos eleitores), Fiorina propõe identificar as causas da redução dos distritos marginais pela análise das mudanças apresentadas em dois distritos, um marginal e outro ex-marginal, com distribuições partidárias e socioeconômicas bem parecidas. Segundo ele, a principal mudança nas eleições congressuais, nos dois distritos, teria sido a mudança comportamental do congressista que representava cada um deles.

Sendo assim, a tese de Fiorina (1977) é que a redução dos distritos marginais e, conseqüentemente, o aumento da força dos candidatos à reeleição estariam relacionados com a mudança comportamental dos congressistas. Esta mudança significaria que eles estariam deixando de lado a defesa de assuntos e políticas nacionais e passando a trabalhar em função de atender a demandas individuais do seu eleitorado (*constituency service*). Esta mudança comportamental dos congressistas seria resultante do aumento da burocracia estatal, em Washington, e do próprio desenvolvimento dos estados e distritos. Segundo Fiorina (1977), o desenvolvimento econômico dos estados fez com que um grande número de problemas e assuntos referentes ao dia a dia das pessoas passasse a depender de ações originadas no Congresso norte-americano e nas atividades dos ministérios estabelecidos em Washington. Este aumento no número de assuntos e problemas centralizados na máquina estatal fez com que o eleitorado necessitasse de um representante capaz de intervir, assessorar e defender os seus direitos, durante a tramitação destes temas, nas instâncias dos governos federal e estadual. Desta forma, os congressistas passaram a ser vistos como representantes ideais para a defesa dos interesses do eleitorado perante a

³ A lei eleitoral norte-americana permite que os distritos eleitorais sejam redesenhados a cada 10 anos. A justificativa para esta redistritalização estaria no fato de que, com o passar dos anos, alguns distritos podem aumentar de tamanho enquanto outros podem ser reduzidos; a redistritalização serviria para corrigir a distribuição desproporcional dos distritos.

burocracia estatal. Os congressistas, percebendo esta necessidade dos eleitores, alteraram a maneira como agiam no dia a dia do Congresso e passaram a incorporar o atendimento direto ao eleitor como uma das principais tarefas de sua atividade como representante.

Desta forma, a atividade congressual passou a ser marcada por uma concentração de esforços, por parte dos representantes, na busca por políticas que beneficiariam mais diretamente eleitores ou distritos específicos (*pork-barrel*) e em trabalhos diretamente voltados para as necessidades dos eleitores (*casework*). As atividades programáticas e de cunho nacional, que geram maiores divisões no eleitorado, pois requerem posicionamentos que muitas vezes podem ser dogmáticos para uma parcela da população (exemplo: aborto, guerra, etc), teriam sido abandonadas pelos congressistas. O congressista tornou-se, de certa maneira, não um representante do distrito ou de certos segmentos sociais ou ideológicos, mas um representante de pequenos interesses individuais de cada um de seus eleitores; nas palavras de Fiorina, o congressista tornou-se um *errand boy* (um garoto de recados dos eleitores). Apesar de este atendimento direto ao eleitor não ter o *glamour* e a mídia das discussões sobre temas nacionais, são estes serviços prestados ao eleitorado que garantiriam a contínua reeleição dos representantes, segundo Fiorina. Outro fato que merece destaque na análise de Fiorina (1977) é o de que os representantes, percebendo a necessidade de atender ao eleitorado de uma maneira mais efetiva, utilizariam a instituição Congresso a seu favor: os deputados criam leis e decretos que trazem benefícios diretos para o exercício do mandato. Alguns exemplos: aumento do número de assessores do gabinete parlamentar, verba para manutenção de escritórios operacionais em seus distritos, verba especial para comunicação com seus eleitores, etc.

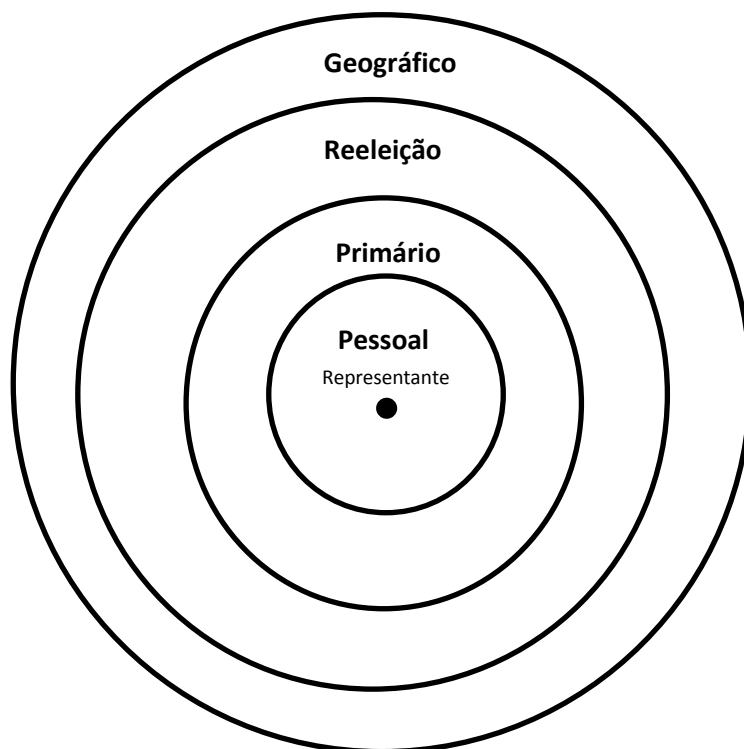
Richard Fenno (1978), um ano após o lançamento do livro de Fiorina (1977), mas compartilhando das mesmas premissas dele e de Mayhew (1974) – que os candidatos à reeleição possuem uma força eleitoral que deve ser mais bem compreendida e que o objetivo principal dos congressistas é garantir a sua reeleição – buscou aprofundar a compreensão de como os congressistas relacionavam-se com os eleitores em seus distritos. Segundo ele, a força dos candidatos à reeleição estaria no contato direto com os eleitores e não no dia a dia do Congresso.

“Representatives and prospective representatives think about their constituencies because they seek support in their constituencies. They want to be nominated and elected, then renominated and reelected. For most members of Congress most of the time, this electoral goal is primary. It is the prerequisite for a congressional career and, hence, for the pursuit of other members goals. And the electoral goal is achieved – first and last – not in Washington but at home.” (Fenno, 1978 p. 31)

Para compreender como os congressistas relacionam-se com o seu eleitorado, Fenno (1978) empreendeu análise qualitativa de observação participante com alguns membros do Congresso norte-americano. Nesta análise, Fenno acompanhou o dia a dia de cada um destes congressistas: participando de encontros com eleitores, de reuniões estratégicas, frequentando a casa deles e conversando com os deputados, assessores e eleitores durante alguns meses. O seu foco analítico esteve sempre voltado para a captação e descrição da maneira como o representante lidava com o seu eleitorado. Segundo ele, cada deputado possuiria um estilo próprio (*home style*) para lidar com o seu eleitor: o modo de vestir, o modo de falar, os termos usados são todos calculados para que o congressista demonstre maior proximidade com o eleitorado e para que este perceba que o deputado é o responsável por defender os interesses pessoais de cada um dentro do Congresso e nos assuntos relacionados ao estado. Algumas das principais contribuições de Fenno (1978) foram: (I) a classificação dos círculos concêntricos (*concentric circles*) de eleitores; (II) as estratégias que os congressistas utilizam para se apresentarem e ganharem a confiança do eleitorado; (III) a classificação das fases da carreira do congressista.

Para Fenno (1978), os deputados distribuem e classificam os eleitores em seus distritos a partir de uma relação de proximidade. Esta relação poderia ser classificada em quatro círculos concêntricos: no primeiro círculo, o mais distante, estariam todos os eleitores que fazem parte do distrito; ele chama este círculo de geográfico (*Geographic*); no círculo seguinte, denominado reeleição (*reelection*), estariam todos os seus eleitores; no próximo, com o nome de eleitores primários (*primary*), estariam aqueles que já trabalham para o candidato, os mais fortes apoiadores; já no último círculo, classificado por ele como pessoal (*personal*), estariam os parentes, conselheiros e amigos próximos. É a partir destes círculos concêntricos que o congressista vai determinar as suas estratégias de campanha e, também, formular a maneira mais adequada para comunicar-se com eles, visando sempre aumentar e fidelizar o número de apoiadores.

Figura 1 - Os círculos concêntricos de Fenno para percepção de relacionamento entre os representantes e o eleitorado



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da descrição dos círculos concêntricos presentes no cap. 1 – “*perceptions of constituency*” do livro *Home Style* – Richard F. Fenno.

Com relação às estratégias utilizadas pelos congressistas, Fenno enumera algumas ações que eles utilizam para manter contato com o seu eleitorado e aumentar a sua força eleitoral. As estratégias são:

- Alocação de recursos (*allocation of resources*): os congressistas colocam a sua assessoria e boa parte do seu próprio tempo para atenderem as demandas vindas do eleitorado; eles jamais se afastam de seus distritos, mantendo alta média de viagens para os distritos eleitorais;
- Apresentação deles próprios (*presentation of self*): os congressistas sabem que não é suficiente estarem apenas presentes em seus distritos, mas precisam também conquistar a confiança de seus eleitores. Para isso, preocupam-se com a forma verbal (discursos e conversas) e não-verbal (gestos e roupas) com que se apresentam para os seus eleitores. Fenno classifica estas estratégias de apresentação em: estratégia de qualificação (*qualification*) - mostrar que o congressista possui as

qualificações necessárias para, da melhor maneira possível, representar os eleitores e o distrito; estratégia de identificação (*identification*) - mostrar aos eleitores que o congressista faz parte do mesmo grupo que eles; e estratégia de empatia (*empathy*) - mostrar ao eleitor que o congressista entende os problemas e a situação em que ele vive.

- Explicações sobre as atividades no Congresso (*explanation of Washington activity*): os congressistas gastam boa parte do seu tempo e recursos enviando informativos que justifiquem as ações e políticas públicas defendidas por ele, no Congresso.

Uma última, mas não menos importante contribuição do trabalho de Fenno para os estudos sobre a atuação dos candidatos à reeleição, foi a classificação das fases de carreiras dos congressistas. Segundo ele, a carreira de um congressista passaria por duas fases distintas: a primeira seria a expansionista (*expansionist phase*), que aconteceria em seus primeiros anos de mandato. Nesta fase, procuraria aumentar o número de apoios em seu distrito visando a atrair o maior número possível de grupos sociais e regionais. Permaneceria nesta fase até perceber que atingirá o total da sua capacidade de atendimento e, conseqüentemente, a sua garantia de reeleição. Um cuidado que sempre teria seria expandir o seu número de eleitores, mas sem perder o contato com os eleitores que ele já possuía. Na segunda fase, a protecionista (*protectionist phase*), buscaria apenas reforçar laços com seus eleitores e, também, afastar possíveis desafiantes (*challengers*) de seu eleitorado.

Outro trabalho que concentrou esforços em compreender a força dos candidatos à reeleição norte-americanos foi a obra “*The politics of Congressional Elections*”, Jacobson (1989). Neste livro, Jacobson parte do pressuposto de que a maneira como o congressista desenvolve as suas estratégias eleitorais influencia o modo como ele age no Congresso. Sendo assim, compreender as eleições congressuais e as estratégias utilizadas pelos candidatos torna-se tarefa primordial para a compreensão do funcionamento do Congresso norte-americano.

Para Jacobson (1989), as eleições congressuais apresentam diferentes fatores que podem influenciar a estratégia utilizada pelo candidato; desta forma, para compreender o cenário eleitoral é necessário entender a importância de cada um deles. De acordo com ele, os fatores seriam: o contexto eleitoral, o perfil dos candidatos, o poder de campanha dos candidatos, o comportamento dos eleitores e as condições políticas nacionais. Cada um

destes itens, de certa forma, interferiria nas estratégias adotadas pelos candidatos para conseguir uma cadeira no Congresso nacional. No seu livro, ele demonstra, por meio de dados, como cada um destes fatores tem influenciado as eleições congressuais norte-americanas e como os candidatos utilizam-se das informações para moldar as suas estratégias eleitorais.

Marcante no estudo de Jacobson é a sua tentativa de apresentar as análises de maneira comparativa entre os candidatos à reeleição e os desafiantes. Esta estratégia, segundo ele, é primordial em seu trabalho, devido à importância que os candidatos à reeleição exercem no contexto eleitoral.

*“Incumbency stands out as a conspicuous factor in House elections from almost any perspective. Most obviously, incumbency is a dominant consideration because incumbents are so consistently successful at winning elections, and everyone involved in politics knows it. At a deeper level, nearly everything pertaining to candidates and campaigns for the House of Representatives is profoundly influenced by whether the candidate is an incumbent, challenging an incumbent, or pursuing an open seat. **And understanding why – and how- incumbents do so well is central to comprehending the strengths and weaknesses of the House as an institution.**” (Jacobson, 1989 pag.26)*

Os pontos trabalhados por Jacobson (1989) também seguem os caminhos apontados pelos outros estudos, descritos anteriormente: os candidatos à reeleição possuem uma força muito superior à de seus concorrentes, sendo ela uma soma dos recursos, experiências e contatos adquiridos durante o exercício do mandato; nas eleições congressuais, as campanhas são marcadamente centralizadas nos candidatos e não nos partidos e os congressistas têm, como função primordial, trabalhar em favor da sua reeleição.

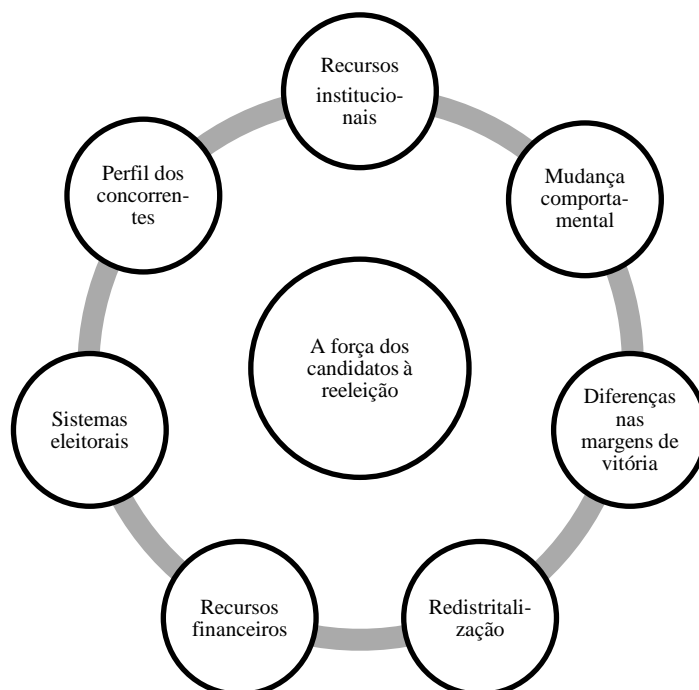
Os quatro estudos analisados inicialmente tentaram demonstrar a força, a importância e algumas das estratégias utilizadas pelos candidatos à reeleição, nas eleições congressuais norte-americanas. De forma geral, segundo estes estudos, os candidatos à reeleição possuem uma força eleitoral muito maior do que a de seus desafiantes. Esta força é adquirida a partir dos benefícios que obtêm no exercício de seu mandato, como verba para contratação de assessores, manutenção de escritórios nos distritos eleitorais, verba para comunicação e divulgação das atividades parlamentares e poder para realizar serviços desejados pelos seus eleitores e para levar benefícios para seus domicílios eleitorais. Nos quatro estudos, os autores são enfáticos ao dizer que a primeira ambição dos congressistas

é a busca pela reeleição e que, para isso, utilizam o mandato da maneira que acreditam lhes trazer maiores bônus eleitorais.

1.2 Hipóteses e explicações sobre a força dos candidatos à reeleição, na literatura norte-americana

Os estudos já citados (Mayhew (1974), Fiorina (1977), Fenno (1978) e Jacobson (1989)) proporcionaram panorama geral da força dos candidatos à reeleição. Os estudos que serão apresentados a partir de agora buscaram testar e debater a veracidade desta força e, principalmente, investigar em quais condições este poder dos candidatos à reeleição é reduzido ou não seria tão massivo. Grande parte das hipóteses desenvolvidas nos estudos subsequentes tem como referência inicial aqueles já citados. Dividindo-se a literatura desta maneira, será possível perpassar grande parte da literatura norte-americana sobre a força dos candidatos à reeleição. Não é intuito do presente estudo definir qual hipótese estaria mais correta sobre a força do candidato à reeleição; o que se quer demonstrar é quais são as possíveis explicações apontadas por estes trabalhos. Também não será possível mostrar todo o desdobramento e discussão que cada uma das hipóteses proporcionou ao debate; o que se pretende é apresentar um breve resumo das ideias contidas em alguns dos principais artigos e trabalhos que embasaram a discussão em cada linha de análise. O quadro a seguir mostra os temas gerais, base das hipóteses desenvolvidas.

Figura 2 – Hipóteses sobre a força dos candidatos à reeleição nos estudos norte-americanos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das possíveis hipóteses apresentadas pela literatura norte-americana

1.2.1 Recursos institucionais

A vantagem que os recursos institucionais poderiam proporcionar os candidatos à reeleição foi apresentada anteriormente. Os trabalhos clássicos de Mayhew (1974), Fiorina (1977) e Fenno (1978) descrevem os inúmeros benefícios de que os deputados norte-americanos dispõem durante o exercício de seus mandatos. Em linhas gerais, os principais recursos diretos oferecidos seriam: contratação de assessores e de gabinetes de atendimento, verba para manutenção de escritórios de atendimento em seus distritos eleitorais, passagens para visitas a estes, verba e estrutura técnica para elaboração de materiais publicitários e de comunicação. Haveria também benefícios indiretos como obtenção de prestígio, facilidade para conseguir apoios e recursos financeiros e acesso aos principais meios de comunicação dos distritos.

1.2.2 Mudança comportamental

Ferejohn (1977) aponta que o crescimento da força dos candidatos à reeleição seria derivado de mudança no comportamento dos eleitores. Segundo ele, a força dos candidatos à reeleição não poderia ser explicada pelos benefícios utilizados durante o mandato, hipótese de Mayhew (1974), pelo fato de que, apesar dos inúmeros mecanismos de comunicação à sua disposição, os eleitores tinham pouca informação a respeito das atividades dos candidatos à reeleição. Portanto, a posse de recursos de comunicação não explicaria a vantagem dos candidatos à reeleição. Para Ferejohn, a força dos candidatos à reeleição dar-se-ia pelo fato de os eleitores usarem a posição dos candidatos à reeleição como uma espécie de atalho (*cue*). Com a redução da identidade partidária,⁴ nos Estados Unidos, os eleitores teriam trocado os partidos (tradicional atalho cognitivo dos eleitores) pelo fato de o candidato ser titular, ou não, de um mandato eleitoral. Mas, segundo Ferejohn (1977), este aumento da força dos candidatos à reeleição devido à mudança comportamental dos eleitores seria também influenciado pelas atitudes dos deputados na busca da satisfação dos eleitores. Seria um caminho de mão dupla: os eleitores votam mais nos candidatos que buscam a reeleição e os candidatos que buscam a reeleição atendem aos anseios dos eleitores para que continuem votando neles.

1.2.3 Diferenças nas margens de vitória

Mayhew (1974 b), em artigo escrito no mesmo ano de lançamento de sua mais famosa obra, “*Congress: The electoral Connection*”, apontou que haveria uma redução no número de distritos em que candidatos à reeleição venceram com margens mais estreitas, ou seja, em que as eleições foram mais disputadas. Com esta redução, naturalmente haveria aumento no número de distritos em que os candidatos à reeleição venceriam com votação mais “folgada”, com maiores margens de diferença. Os analistas eleitorais norte-americanos têm por tradição verificar a diferença entre a votação do candidato vencedor e a do candidato derrotado. As margens⁵ de diferença entre a votação deles indicaria se

⁴ Caso o eleitor tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre a redução da identificação partidária, nos Estados Unidos, e sobre o uso de atalhos cognitivos pelo eleitor. ver: Wattenberg, Martin P. *The Decline Of American Political Parties: 1952-1996*; e Popkin, Samuel. *The Reasoning Voter*.

⁵ A literatura norte-mericana possui um termo para denominar as cadeiras obtidas no congresso com margens de vitórias apertadas: “Cadeiras marginais” (*Marginal seats*). Elas são normalmente definidas como as cadeiras vencidas em disputas apertadas; os limites desta “marginalidade (*marginality*)” são definidos entre 55% e 60% dos votos.

determinado candidato à reeleição poderia ter seu mandato ameaçado em uma eleição futura. Segundo Mayhew (1974b), as vitórias com margens estreitas estariam desaparecendo, ou seja, os candidatos à reeleição estariam vencendo as disputas com segurança maior, e isto indicaria que se tornavam eleitoralmente mais fortes.

Jacobson (1987) discorda do método utilizado por Mayhew (1974 b). Para ele, apesar de a média de votos dos candidatos à reeleição ter aumentado durante a década de 60, os dados mostram que os candidatos à reeleição não se tornaram mais seguros do que já eram. Segundo Jacobson, as diferenças marginais de voto não estariam diminuindo, ou seja, o nível de competição continuaria o mesmo. Sendo assim, as análises de Mayhew poderiam estar equivocadas. Mesmo apresentando a possibilidade de um possível erro na constatação de Mayhew, Jacobson aponta que as análises das diferenças na margem de vitórias seriam secundárias, o que realmente importaria, nas eleições congressuais, é saber se os candidatos à reeleição vencem em mais ou em menos distritos ao longo dos anos. E o fato é que cada vez mais os candidatos à reeleição estariam vencendo em maior número de distritos (Jacobson, 1987).

Resumindo, os autores que discutem o tamanho das margens de vitórias adquiridas pelos candidatos à reeleição procuram identificar se as eleições congressuais têm-se tornado mais ou menos competitivas e quais são as consequências deste aumento ou redução da competitividade.

1.2.4 Redistritalização

A legislação norte-americana permite que os estados alterem os limites territoriais dos distritos, a cada 10 anos. Esta troca é realizada com o intuito de readequar os distritos a mudanças na população residente, fazendo com que os novos distritos incorporem o possível aumento ou redução da população, ocorridos durante os anos. Esta mudança é conhecida por redistritalização (*redistricting*). Alguns estudos norte-americanos buscam identificar se, durante esta redistritalização, os estados buscam favorecer ou prejudicar determinado partido político.⁶

⁶ A tentativa de redesenhar os distritos de forma favorável a determinado partido é nomeada pelos analistas e estudiosos norte-americanos de efeito *gerrymandering*. Este nome foi criado após o governador de Massachusetts, Gerry, com a intenção de favorecer os deputados de seu partido, criar um distrito que possuía um formato de uma salamandra (salamander). Sendo assim, gerrymander = Gerry+salamander.

Tufte (1973), em um artigo que buscava comparar sistemas eleitorais a partir da sua capacidade de transformar votos em cadeiras legislativas, concluiu que o modelo norte-americano de redistribuição, ao invés de corrigir possíveis distorções na distribuição de eleitores, construía distritos que não representavam as características da população.

“The advertised purpose of districting rules such as equal size, compactness, and contiguity was to produce “fair and effective representation.” The rules did not achieve these goals. Many redistrictings, although perfectly satisfactory by current legal standards, have produced quite biased and unresponsive electoral systems.” (Tufte, 1973 p.554)

Ele foi um dos primeiros a apresentar a hipótese de que o crescimento da força dos candidatos à reeleição poderia estar relacionado com a redistribuição enviesada dos distritos.

Apesar de esta ter sido uma hipótese pouco aceita pelos analistas, pois ela foi constantemente refutada pelos estudos posteriores (Ferejohn, 1977; Fiorina, 1978; Abramowitz, 2006), em um estudo mais recente ao de Tufte (1973), Carson e Crespin (2004) retomaram a hipótese do possível vínculo entre redistribuição e melhor desempenho dos candidatos à reeleição. Segundo os autores, estados em que os próprios deputados fossem os responsáveis por redesenhar os distritos eleitorais tornar-se-iam estados menos competitivos após a redistribuição, com melhora no desempenho eleitoral do candidato à reeleição. Nos estados onde a redistribuição fosse responsabilidade de outras instituições, não vinculadas diretamente aos deputados, este favorecimento aos candidatos à reeleição não aconteceria⁷. A conclusão de Carson e Crespin foi de que os congressistas tendem a delimitar distritos que favorecem seus interesses eleitorais e partidários.

A hipótese da redistribuição como um dos elementos responsáveis pelo aumento da força dos candidatos à reeleição é amplamente utilizada como uma possível variável explicativa, mas é, também, quase sempre refutada (Ferejohn, 1977; Fiorina, 1978; Abramowitz, 2006).

⁷ Nos EUA os atores responsáveis por realizar a redistribuição podem variar de um estado para outro.

1.2.5 Recursos financeiros

A relação entre a capacidade de arrecadação financeira e bom desempenho eleitoral é hipótese amplamente desenvolvida e pouco refutada nos estudos norte-americanos. Grande número de trabalhos sobre eleições congressuais buscam entender quais as diferenças entre a arrecadação dos candidatos à reeleição e a dos seus desafiantes.

Um dos expoentes desta discussão, Gary Jacobson (1983, 1989, 1989b), propõe tese interessante: os desafiantes conseguiriam transformar o dinheiro em voto mais eficazmente do que os candidatos à reeleição. Segundo ele, o mandato de um deputado norte-americano dispõe de muitos instrumentos para que o parlamentar se torne conhecido em seu distrito. Desta forma, o dinheiro gasto por um candidato à reeleição não conseguiria alterar o volume do conhecimento deste candidato, em seu distrito. Em outras palavras, o candidato à reeleição já teria atingido o seu teto de crescimento. Em contrapartida, o dinheiro gasto pelo desafiante poderia torná-lo mais conhecido e, assim, aumentar as suas chances eleitorais. Sendo assim, para Jacobson, apenas os candidatos à reeleição que têm os seus distritos ameaçados gastariam grandes quantidades de dinheiro em suas campanhas; os candidatos que acreditam não ter o seu domínio ameaçado gastariam bem menos. O volume de gastos do candidato à reeleição, durante a campanha, indicaria se ele está ameaçado ou não.

Para Abramowitz (1991), o principal motivo para que os candidatos à reeleição vençam com maior margem de diferença e com maior frequência não tem relação com a atenção do deputado ao seu eleitorado (Fiorina, 1977) ou a exposição do trabalho deles em seus distritos (Mayhew, 1974). Segundo ele, a principal razão para um melhor desempenho dos candidatos à reeleição seria a maior capacidade que possuem para arrecadar mais dinheiro do que os concorrentes. De acordo com Abramowitz (1991), com o passar dos anos o custo das campanhas tem aumentado e os desafiantes têm encontrado dificuldades para conseguir arrecadar recursos. Em seu estudo, Abramowitz testa uma série de variáveis que poderiam influenciar no desempenho dos candidatos à reeleição, como presença de escândalos e experiência do parlamentar (*seniority*). Mas a diferença no gasto de campanha entre os candidatos à reeleição e os seus desafiantes foi, para ele, a variável que teve maior impacto sobre os resultados eleitorais. Segundo o autor, para os poucos candidatos à reeleição que perderam as eleições em 1984 e 1986, o fator que mais contribuiu para a derrota foi terem disputado contra desafiantes que eram bem financiados. Desta forma,

Abramowitz (1991) conclui que o gasto de campanha dos desafiantes é a principal variável para se compreender o grau de competitividade das eleições congressuais norte-americanas.

1.2.6 Sistemas eleitorais

Alguns autores buscam analisar se a força dos candidatos à reeleição guarda relação com o sistema eleitoral adotado pelo distrito. Para Carey et.all (2000), nos distritos que são representados por apenas um deputado, ou seja, em que apenas um deputado é eleito (*single members districts - SMD*), o candidato à reeleição seria mais forte do que o candidato à reeleição em distritos onde são eleitos mais de um candidato (*multimembers districts - MMD*). Segundo os autores, os candidatos à reeleição seriam mais frágeis nos distritos com mais de um representante porque não conseguiriam atingir nível de dominância satisfatório no distrito, ou seja, a votação seria mais dispersa.

1.2.7 Perfil dos concorrentes (a qualidade dos desafiantes)

Alguns autores afirmam que para compreender a força dos candidatos à reeleição, é necessário entender a qualidade dos seus desafiantes e a relação de disputa entre eles. Segundo Jacobson (1989), um dos principais fatores capazes de influenciar o resultado, positivo ou negativo, na reeleição de um candidato, seria a ausência ou presença de um desafiante de “alta-qualidade” (*high-quality*). Um candidato de alta-qualidade seria um desafiante com determinada experiência política que o tornaria mais competitivo do que os candidatos novatos. Para ele, tais candidatos teriam mais condições de estruturar campanhas com maiores recursos financeiros e apoios persuasivos. Nas disputas eleitorais, a ausência de um desafiante de alta-qualidade tornaria mais fácil o caminho de um candidato à reeleição.

Cox e Jonathan (1996) acreditam que os deputados utilizam o mandato eleitoral e o prestígio político para afastar a presença de candidatos de alta-qualidade em seus distritos eleitorais. Segundo eles, os parlamentares possuem uma força indireta, que eles nomeiam de efeito de “assustar” o oponente (*Scare-off effect*), e que seria a habilidade dos deputados para desestimular competidores mais qualificados, fazendo com que eles não disputem as eleições. Os candidatos à reeleição usariam os meios de comunicação, a sua assessoria

política e o prestígio com os políticos locais de maneira a demonstrar o quanto a sua reeleição estaria garantida, afastando, assim, a possibilidade de potenciais candidatos fortes tentarem a disputa. Segundo Cox e Jonathan, os partidos alcançam vantagem eleitoral quando conseguem fazer com que candidatos que já têm experiência política disputem as eleições, ao invés de candidatos inexperientes. Portanto, os candidatos à reeleição buscariam sempre afastar das disputas, em seus distritos, os desafiantes com experiência. Eles despenderiam, durante o mandato, considerável esforço e dinheiro visando afastar da disputa estes potenciais candidatos.

Os estudos que apontam a força dos candidatos desafiantes, como fator determinante para o nível de competitividade das eleições, demonstram que existem importantes diferenças entre os candidatos desafiantes, sendo alguns mais competitivos do que outros. Assim, para compreensão da competitividade nas eleições, é necessário entender as diferenças, não apenas entre os candidatos à reeleição e os seus desafiantes mas, também, atentar para as diferenças entre os desafiantes mais competitivos e os menos competitivos.

Esta revisão dos estudos que visam explicar a força dos candidatos à reeleição, nas eleições congressuais norte-americanas, mostra que os candidatos à reeleição dispõem de um grande número de recursos materiais e estratégicos, durante o exercício de seus mandatos como deputados, e que eles fazem uso destes elementos para atingirem os seus objetivos eleitorais. Na grande maioria das vezes, alcançam o seu objetivo final que é vencer as eleições. Desta forma, a tarefa de desafiar um candidato à reeleição não é simples, hajam vista os inúmeros recursos e a experiência que os detentores de mandato têm a seu favor. De acordo com alguns autores, o surgimento de bons candidatos desafiantes seria o único fator capaz de ameaçar a dominância dos candidatos à reeleição, mas o surgimento destes concorrentes estaria ligado ao aparecimento de condições favoráveis e, mesmo assim, os deputados empenhar-se-iam fortemente para afastar-los de seus distritos.

1.3 Candidatos à reeleição, a partir dos estudos brasileiros

A seguir, será traçado um panorama sobre como os estudos brasileiros têm buscado compreender o papel do candidato à reeleição, nas eleições legislativas (congressuais).⁸ É preciso informar que, no Brasil, esta não é uma agenda de pesquisa tão importante como nos Estados Unidos. Sendo assim, o número de trabalhos está muito aquém da relevância do tema. De toda forma, serão apresentados os principais argumentos e trabalhos da literatura brasileira. É necessário também alertar que o foco, aqui, não será apresentar comparações entre o sistema eleitoral norte-americano e o brasileiro, bem como os resultados e perfis de candidatos gerados por eles. O foco da revisão continuará sendo apenas o estudo sobre candidatos à reeleição mas, agora, a partir da perspectiva e contexto brasileiros.

Em sua grande maioria, os estudos sobre o comportamento dos candidatos à reeleição, no Brasil, não têm o foco na compreensão do fenômeno da reeleição, mas em outros tópicos, tais como: sistemas eleitorais, financiamento de campanha, trajetória política, comportamento dos parlamentares no exercício do mandato e conexão eleitoral entre a atividade legislativa e eleitoral dos deputados. Apesar disso, os trabalhos desenvolvidos nestas linhas de análise trazem inúmeras contribuições e teses sobre a reeleição legislativa no Brasil, embora, como já observado, ainda não exista uma agenda de pesquisa dedicada a investigar a força e os efeitos da reeleição legislativa brasileira.

O trabalho de Ames (2001), apesar de muito criticado por suas conclusões finais,⁹ foi um dos primeiros estudos que mostraram como a atuação dos parlamentares, na Câmara dos Deputados, poderia ter como principal objetivo a destinação de recursos para os seus distritos eleitorais com a intenção de acumular, durante o exercício do mandato, vantagens eleitorais. Ames (2001) usa a distribuição espacial¹⁰ dos votos dos deputados e o destino

⁸ Os estudos norte-americanos utilizam o termo eleições congressuais (*congressional elections*) já os estudos brasileiros preferem o termo eleições legislativas.

⁹ A conclusão de Ames é de que, apesar de o sistema eleitoral brasileiro ser democrático em sua entrada (permite abertura e flexibilidade para os candidatos definirem suas estratégias), ele gera fraqueza para os partidos e personaliza a política. Isto levaria ao aumento da corrupção e ao imobilismo democrático, pois os acordos políticos seriam feitos individualmente e não no nível partidário. A seguir, demonstra-se como alguns autores discordam da conclusão de Ames. (Figueiredo e Limongi, 2002; Ricci, 2006 e Santos, 2003)

¹⁰ Os quatro padrões da distribuição de votos, proposto por Ames (2001) são: Concentrado-dominante – um candidato domina um grupo de municípios próximos. Ele possui o maior número de votos da cidade pólo e de suas vizinhas; concentrado-compartilhado – o candidato com este padrão tem sua votação concentrada em uma ou mais regiões, em geral nos grandes centros urbanos, mas sem dominá-los; disperso-compartilhado – o candidato possui votação em cidades/regiões geograficamente dispersas sem ser dominante em nenhuma; disperso-dominante – o candidato possui o domínio de algumas cidades, mas elas não possuem proximidade geográfica.

das emendas e verbas dos parlamentares para demonstrar que os deputados buscariam construir redutos eleitorais que favoreceriam estratégias *pork barrel*. Segundo Ames, os políticos manteriam o domínio de algumas cidades por meio do envio de benefícios para elas. A destinação de emendas e verbas para os municípios seria, então, o instrumento utilizado pelos deputados para aumentar e garantir a sua força eleitoral.

Na busca de maior compreensão da relação entre a atividade legislativa e o comportamento eleitoral dos parlamentares, Carvalho (2003), seguindo a estratégia proposta por Ames (2001) de verificar o destino das verbas parlamentares e a distribuição espacial da votação dos candidatos, levanta a hipótese de que fatores demográficos e econômicos poderiam interferir no perfil e estratégias eleitorais dos candidatos e nas características da competição eleitoral. Segundo ele, as diferentes configurações geográficas e de competição, apresentadas pelas cidades, implicariam em diferentes incentivos para os deputados e eleitores. Desta forma, contextos eleitorais distintos levariam a atitudes e estratégias eleitorais diferenciadas, por parte dos deputados. Segundo suas análises, municípios menores e mais pobres teriam competição política menos acirrada, a disputa eleitoral dar-se-ia entre reduzido número de candidatos. Ao contrário, municípios mais desenvolvidos e maiores teriam competição política mais acirrada, com a presença de maior número de candidatos. Para Carvalho, os deputados com bases eleitorais oriundas dos pequenos distritos seriam os que mais apresentariam comportamento distributivista, direcionando, com maior frequência, emendas para os pequenos municípios. Os candidatos oriundos de municípios maiores e mais desenvolvidos apresentariam comportamento diferenciado, mostrando-se mais voltados a questões de cunho nacional, programáticas e partidárias.

Carvalho (2003), como Ames (2001), tem como ponto de partida o fato de que as regras eleitorais (sistema proporcional de lista aberta) vão moldar a maneira como os deputados comportam-se eleitoralmente. Mas, diferentemente de Ames (2001), Carvalho (2003) mostra que os parlamentares brasileiros comportar-se-iam de diferentes maneiras, tendo uma estratégia para cada perfil de cidade onde buscam os seus votos.

Para Figueiredo e Limongi (2002), os sistemas partidário e eleitoral brasileiros, bem como as atitudes dos parlamentares em contextos legislativos e eleitorais, não podem ser analisados sem compreensão do funcionamento e organização das casas legislativas

brasileiras, pois a relação entre deputados e partidos, dentro dos parlamentos, adquire caráter diferente da apresentada no processo eleitoral. Em uma série de artigos, demonstram que, dentro da Câmara dos Deputados, há forte organização partidária, centrada na figura do líder partidário, o que leva ao fortalecimento do comportamento partidário, por parte dos deputados, e não ao comportamento distributivista, nos moldes defendidos por Ames (2001).¹¹ Sendo assim, afirmações como a de Ames (2001), de que os sistemas partidário e eleitoral brasileiros induziriam os deputados a buscarem políticas clientelistas e atitudes eleitorais personalistas, não seriam corretas, pois, na prática, quando os deputados chegam ao Congresso precisam agir de forma partidária, tendo em suas atividades parlamentares uma relação fortemente centralizada na figura dos líderes partidários. Desta forma, a organização institucional do Congresso garantiria (ou forçaria) aos parlamentares agirem de maneira partidária e não personalista.

Ricci (2003) também discorda das afirmações de Ames (2001). Em estudo no qual buscou verificar se a produção legislativa dos deputados estaria dominada por propostas *pork barrel*, hipótese de Ames (2001), demonstra que tal não seria verdade. Segundo ele, a proposição de leis e a destinação das emendas parlamentares não poderia ser classificadas como *pork barrel*, pois o conjunto de leis produzidas pelo Congresso apresenta caráter muito mais voltado para questões gerais e amplas do que aquelas que afetam apenas pequenos grupos ou municípios.

Entre os estudos brasileiros, os trabalhos que serão apresentados na sequência (Pereira e Renno (2001; 2006), Samuels (2000), Leoni, Pereira e Rennó (2003) e Samuels (2001)) são importantes, pois eles buscaram mais diretamente entender a força dos candidatos à reeleição.

Pereira e Renno (2001; 2006) realizaram dois trabalhos que tiveram como foco principal o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Neles, os autores buscavam encontrar quais fatores aumentariam a probabilidade de reeleição dos deputados federais, no Brasil. Por meio de um conjunto de variáveis presentes nas literaturas norte-americana e brasileira, os autores compararam o desempenho eleitoral dos candidatos que tentavam a

¹¹ Nos estudos sobre o comportamento dos parlamentares dentro das casas legislativas existem três tradicionais linhas de pesquisa: a distributivista – considera ser o comportamento dos parlamentares direcionado para atender os interesses eleitorais do deputado; a informacional – acredita que as casas legislativas deveriam garantir que as decisões tomadas pelos legisladores fossem cobertas pelo maior volume possível de informações; e a partidária – admite que os partidos seriam os responsáveis pelo monopólio das agendas a serem trabalhadas pelo Congresso, e por meio das presidências das comissões os partidos majoritários orientariam a agenda do Congresso.

reeleição para a Câmara dos Deputados. Dividiram as variáveis em dois grupos: o primeiro com variáveis de natureza local que remetiam à atuação do deputado em suas bases regionais (concentração dos votos, gastos de campanha, manutenção da base eleitoral, envio de emendas e projetos para os distritos); o segundo com variáveis de abrangência nacional, relacionadas com a maneira como o deputado atua no Congresso e a influência dos partidos e do presidente da República em eleições congressuais (total de projetos de autoria do deputado, número de ausências nas votações, posições e cargos ocupados no legislativo, posição no partido, participação na coalizão de governo, posição ideológica). Para os autores, os dados mostraram que o conjunto de variáveis nacionais, que remetiam mais diretamente ao exercício da atividade parlamentar, possuíam menor influência sobre as chances de o candidato ser reeleito. Em contrapartida, as variáveis de aspecto local, principalmente a destinação de emendas para o distrito, foram as que apresentaram maior relevância para explicar o sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição. Os autores concluem que é arriscado para um deputado atuar apenas em ações e assuntos de cunho nacional, pois o trabalho voltado para uma região, como a destinação de emendas e projetos de caráter *pork*, é o melhor preditor para a reeleição.

Outros estudos brasileiros, na tentativa de compreender a reeleição e a renovação na Câmara dos Deputados, direcionaram as suas análises para entendimento da ambição de carreira dos parlamentares. Samuels (2000) apontou que a renovação na Câmara dos Deputados estaria relacionada com a ambição progressiva e regressiva dos candidatos. Segundo ele, os deputados que se destacam na atividade parlamentar tenderiam a buscar cargos mais “elevados” como prefeito, senador ou, até mesmo, cargos na burocracia estadual/nacional. Para ele, esta seria a ambição progressiva dos candidatos. Já os candidatos mais fracos buscariam disputar eleições estaduais ou cargos inferiores como vereador, vice-prefeito, etc. Esta seria a ambição regressiva dos candidatos. Na visão de Samuels (2000), só disputariam a reeleição os candidatos medianos, pois os fortes buscariam cargos eleitorais considerados mais qualificados e os candidatos mais fracos buscariam cargos menos qualificados. Em sua análise, o fato de os deputados não planejarem uma continuidade na Câmara dos Deputados seria bastante maléfico para o sistema político brasileiro, pois os eleitores seriam sempre obrigados a optar por escolher apenas os candidatos medianos.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) consideram que o argumento de Samuels (2000) falha por não acrescentar, em seu modelo, questões conjunturais sobre a competição

presente nas disputas eleitorais para os cargos almejados pelos deputados. Segundo eles, os deputados só entrariam em disputas para cargos superiores quando percebessem que as chances de vitória seriam reais; sendo assim, o contexto eleitoral seria uma das variáveis analisadas previamente e poderia fazer com que os deputados continuassem optando por se candidatar à reeleição, buscassem outros cargos ou não disputassem as eleições. “*Os constrangimentos impostos pelo contexto eleitoral e pela avaliação dos deputados de seu desempenho são motivos fortes para que eles permaneçam na Câmara*” (Leoni, Pereira e Rennó; 2003 p.64). A partir deste cenário, a constatação de Samuels (2000) de que apenas candidatos medianos buscariam a reeleição não se confirmaria. Segundo Leoni, Pereira e Rennó, o perfil dos candidatos que concorrem à reeleição e a cargos mais altos não apresentaria grandes diferenças e, com isso, os autores concluem que a permanência na Câmara dos Deputados também seria um importante atrativo para a carreira política dos deputados.

Em outro trabalho, Samuels (2001) analisou os recursos financeiros de campanha nas eleições para deputado federal. Segundo ele, o sistema eleitoral brasileiro oferece menor proteção para os candidatos à reeleição porque o deputado brasileiro não adquire, durante o exercício de seu mandato, reconhecimento e visibilidade satisfatórios de seu trabalho, o que levaria os candidatos à reeleição a gastar alta quantidade de recursos financeiros para se tornarem conhecidos. Com isso, segundo Samuels, os candidatos à reeleição e os desafiantes no Brasil necessitariam gastar o mesmo volume de dinheiro para conseguirem vencer as eleições. Para Samuels (2001), o fato de o candidato à reeleição precisar gastar elevada quantia de dinheiro para tornar-se conhecido indica que o mandato de deputado não apresentou grandes vantagens eleitorais para o candidato, sendo assim, o candidato brasileiro à reeleição seria mais frágil do que o candidato norte-americano. A conclusão final de Samuels é que, nas eleições legislativas brasileiras, o dinheiro importaria igualmente para os candidatos à reeleição e para seus desafiantes, pois o sistema eleitoral brasileiro faria com que os candidatos à reeleição gastassem também grandes quantias para conseguir vencer. Estes resultados implicariam que uma mudança na regra eleitoral sobre o financiamento de campanha (financiamento público, por exemplo) afetaria igualmente o desempenho de ambos os perfis.

1.4 Considerações finais

O presente capítulo teórico buscou demonstrar que os estudos legislativos norte-americanos possuem longa tradição na compreensão da força eleitoral apresentada pelos candidatos à reeleição. Clássicos como *The Electoral Connection*, David Mayhew (1974); *Congress: Keystone of the Washington Establishment*, Morris Fiorina (1977); *Home Style: House Members In Their Districts*, Richard Fenno (1978); *The Politics Of Congressional Elections*, Gary Jacobson (1989) foram capazes de dimensionar a força destes candidatos e os motivos pelos quais conseguem enorme vantagem eleitoral sobre os seus concorrentes. Com o passar dos anos, outros autores (Cox e Jonathan, 1996; Carey, et.all, 200; Carson and Crespin, 2004; Abramowitz, 2006; Carson et. all, 2007) seguiram os estudos clássicos e buscaram reforçar as posições iniciais, apresentando novas metodologias e técnicas que comprovassem a força dos candidatos à reeleição. Além disso, os estudos mais recentes buscaram também entender em quais situações os candidatos à reeleição poderiam apresentar fragilidades aumentando, assim, as possibilidades de vitória dos candidatos concorrentes.

Na ciência política brasileira, a compreensão da força eleitoral dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas, bem como as diferenças entre estes candidatos e os seus concorrentes, até o momento, têm sido pouco exploradas. São poucos os estudos brasileiros que lidam, diretamente, com essa temática (Ames, 2001; Carvalho, 2003; Samuels, 2003; Pereira e Renno 2001 e 2006) e, em sua grande maioria, apesar de apresentarem algumas posições sobre o comportamento dos candidatos à reeleição, não são capazes de dimensionar as diferenças existentes entre os candidatos à reeleição e os seus concorrentes.

Entre os trabalhos brasileiros, os que mais se aproximam da demonstração de força dos candidatos à reeleição são os de Pereira e Renno (2001 e 2006) e o artigo de Samuels (2003). Pereira e Renno (2001 e 2006), apesar de testarem por meio de uma série de variáveis, de caráter nacional e local, quais fatores poderiam influenciar nas chances de vitória dos candidatos à reeleição, limitam-se a apresentar resultados referentes apenas ao desempenho dos candidatos à reeleição, não mostrando quais seriam as diferenças entre eles e os candidatos concorrentes. Sem esse parâmetro comparativo, não é possível avaliar a real “força” dos candidatos à reeleição. Já o trabalho de Samuels (2003) oferece elementos que levam a entender as diferenças entre os candidatos à reeleição e os seus

concorrentes, nas eleições legislativas brasileiras, pois é o único estudo que aponta resultados para ambos os perfis de candidatos: os candidatos à reeleição e os seus concorrentes. Mas Samuels (2003) concentra esforços apenas na compreensão dos recursos financeiros, arrecadados pelos candidatos, sendo que outras questões referentes ao desempenho eleitoral dos candidatos não são exploradas por ele.

É fato que, no sistema eleitoral brasileiro, os candidatos à reeleição perdem muito mais eleições do que os candidatos à reeleição norte-americanos, mas, mesmo assim, acredita-se que eles possuem força e desempenho eleitoral que os diferencia dos seus concorrentes. Desta forma, um aprofundamento sobre o desempenho dos candidatos à reeleição e dos seus concorrentes em eleições legislativas, com o intuito de compreender as diferenças entre eles, faz-se necessário para entendimento dos níveis competitivos, apresentados nas disputas eleitorais legislativas.

Nos capítulos subseqüentes, buscar-se-á amenizar este *gap* analítico brasileiro por meio de uma análise sobre os candidatos à reeleição e seus desafiantes nas eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 2010. Para isso, será feita uma adaptação, à realidade brasileira, da classificação do perfil de candidatos utilizada por Jacobson (1989) e outros, que apresenta os candidatos em três diferentes perfis: os candidatos à reeleição, os de alta-qualidade e os novatos. O caminho analítico será desenvolvido a partir das seguintes questões: 1) A classificação de perfis de candidatos (novatos, de alta-qualidade e reeleição), utilizada por Jacobson (1989) nas eleições legislativas norte-americanas, é válida para a análise do contexto das eleições legislativas brasileiras? 2) Como se dá a competição eleitoral legislativa entre candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos? Qual é a força relativa de cada perfil de candidato? 3) Contextos municipais distintos – total de eleitores e grau de desenvolvimento do município – podem contribuir para o entendimento do desempenho dos perfis de candidatos?

CAPÍTULO 2 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM MINAS GERAIS, O PERFIL DOS CANDIDATOS E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Este capítulo tem em vista três objetivos: o primeiro, traçar breve cenário sobre o desempenho histórico dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas, em Minas Gerais; o segundo, mostrar como foi desenvolvida a classificação do perfil dos candidatos, a ser utilizado no decorrer de todo o trabalho; e o terceiro, mostrar como os dados foram organizados.

Como descrito no capítulo anterior, a literatura norte-americana (Jacobson, 1989; Cox and Jonathan, 1996; Carson et. all, 2007), para compreender melhor o desempenho eleitoral dos deputados, candidatos à reeleição, e dos seus desafiantes, classificou os concorrentes eleitorais dos candidatos à reeleição em dois perfis distintos: os concorrentes novatos e os concorrentes de alta-qualidade. Neste capítulo, será operacionalizada a mesma classificação para as eleições legislativas, em Minas Gerais. Acredita-se que esta classificação permitirá compreender melhor a força eleitoral dos candidatos à reeleição, bem como a dos demais perfis de candidatos concorrentes. Desta maneira, neste trabalho, o conceito de perfil do candidato refere-se à classificação dos candidatos em uma das três categorias: novato, alta-qualidade ou reeleição.

Antes de apresentar como se deu esta classificação é importante mostrar parte do cenário histórico do desempenho dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas, em Minas Gerais e, também, fazer algumas considerações sobre o sistema político adotado nas eleições legislativas brasileiras.

2.1 Sistema eleitoral brasileiro e a concorrência eleitoral em MG

O sistema eleitoral e a legislação eleitoral brasileira, no que tange às eleições legislativas, são considerados bastante abertos, pois permitem a entrada, na disputa, de um grande número de candidatos. A legislação permite que os partidos indiquem até uma vez e meia o número de cadeiras legislativas do estado e, em caso de coligações, elas podem indicar até duas vezes o número de cadeiras. No ano de 2010, o Brasil contava com 27 partidos aptos a disputar as eleições e todos apresentaram concorrentes para ambas as eleições, em Minas Gerais. O número de candidatos foi 523 nas eleições para a Câmara dos Deputados e 938 na disputa para a Assembleia Legislativa.

Tabela 1 - Média de candidatos para cada cadeira legislativa, em Minas Gerais, em 2010

Tipo de eleição	Número de cadeiras em disputa	Limite máximo de concorrentes por partido	Limite máximo de concorrentes por coligação	Número de candidatos em 2010	Média de candidatos por vagas
Deputado Federal	53	79	106	523	9,87
Deputado Estadual	77	115	154	938	12,18

Fonte: Elaborado a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com as regras do sistema proporcional e da lista aberta (modelo adotado no país), são eleitos os candidatos mais votados da lista do partido ou da coligação (no caso de coligação não importa o partido); o quociente eleitoral (número de votos válidos/número de cadeiras) indica quantos candidatos cada partido ou coligação vai eleger. Segundo Nicolau (1999), as principais características positivas, apontadas para o modelo brasileiro (proporcional e lista aberta), são: garantia de representação dos partidos proporcional ao seu tamanho, no eleitorado, e maior possibilidade de o eleitor escolher quem será o seu representante. Já as características negativas são: a lista aberta fomenta disputa interna entre candidatos do mesmo partido, personaliza a escolha do representante (a relevância do partido é reduzida), e a proporcionalidade produz maior fragmentação no parlamento, ou seja, pequenos partidos têm maior chance de obter cadeiras (Nicolau, 1999).

Este trabalho não tem como foco debater diferenças entre os sistemas eleitorais e, nem mesmo, os resultados apresentados por eles. Seu objetivo é fazer um diagnóstico sobre a força eleitoral dos candidatos à reeleição e a dos seus concorrentes. Mesmo que autores como Ames (2001) considerem que o sistema eleitoral é fator relevante para explicar o comportamento dos candidatos, nesta pesquisa não será possível trabalhar variáveis de caráter institucional, não sendo possível, com isso, determinar o quanto a força eleitoral dos candidatos pode ser explicada pelo sistema eleitoral.

Desta maneira, a apresentação do sistema eleitoral e a discussão sobre o mesmo (tarefas já amplamente realizadas por inúmeros outros estudos), nesta seção, buscam apenas explicitar o contexto eleitoral.

2.2 Breve cenário da reeleição nas eleições legislativas em MG

Sendo o propósito da presente dissertação verificar a competitividade das eleições legislativas, a partir do dimensionamento da força eleitoral dos candidatos à reeleição e dos seus desafiantes, um dos passos iniciais é pesquisar o cenário de sucesso dos candidatos à reeleição. Para isso, é preciso verificar ao longo dos anos, quais são os percentuais de vitória dos que tentam a reeleição na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa de Minas.

Primeiramente, é importante ressaltar ser comum, no Brasil, deputados eleitos se candidatarem ao cargo de prefeito e, se eleitos, renunciarem ao mandato de deputado, deixando-o para o suplente. Este fato é recorrente e se dá em fase de o calendário eleitoral brasileiro possuir dois períodos distintos: um para eleição de presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais; e outro, dois anos depois, para a eleição de prefeitos e vereadores. Outro fato presente no sistema eleitoral e que pode influenciar os indicadores de renovação, nas casas legislativas, é a opção dos deputados que ao final do mandato preferem por não concorrer a nenhum cargo ou concorrer a outros cargos como senador, governador ou deputado, em outro nível (deputados estaduais que concorrem para deputado federal e vice-versa). Sendo assim, a renovação pode dar-se por derrota dos candidatos à reeleição ou por vagas abertas em decorrência da não tentativa de reeleição.

No presente estudo, o que importa não é saber o grau de renovação da Câmara dos Deputados ou da ALMG, mas o percentual do sucesso obtido pelos candidatos à reeleição, pois o que se quer verificar é o desempenho eleitoral destes candidatos e o de seus concorrentes. Portanto, não há interesse em saber qual foi o percentual de novos deputados (renovação), mas, sim, o percentual de vitórias eleitorais dos candidatos que tentaram a reeleição.

Tabela 2 - Percentual de sucesso por legislatura dos candidatos que tentaram a reeleição, em MG, para a Câmara dos Deputados, em 2010

Deputados Federais						
	49 ^a Legislatura (1991-1995)	50 ^a Legislatura (1995-1999)	51 ^a Legislatura (1999-2003)	52 ^a Legislatura (2003-2007)	53 ^a Legislatura (2007-2011)	
Tentaram a reeleição	42	46	40	43	45	
Eleitos	30	32	33	27	34	Média geral do sucesso
% Sucesso	71%	70%	83%	63%	76%	71%

Fonte: Os dados foram compilados a partir de informações acessadas nos sites do Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX) – IUPERJ e da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2011

Tabela 3 - Percentual de sucesso por legislatura dos candidatos que tentaram a reeleição em MG, para a ALMG, em 2010

Deputados Estaduais						
	12 ^a Legislatura (1991-1995)	13 ^a Legislatura (1995-1999)	14 ^a Legislatura (1999-2003)	15 ^a Legislatura (2003-2007)	16 ^a Legislatura (2007-2011)	
Tentaram a Reeleição	66	59	70	51	65	
Eleitos	42	43	40	40	50	Média geral do sucesso
% Sucesso	64%	73%	57%	78%	74%	69%

Fonte: Os dados foram compilados a partir de informações acessadas nos sites do Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX) – IUPERJ e da ALMG, em dezembro de 2011

As duas tabelas mostram um primeiro indício da força eleitoral dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas, em Minas Gerais. Em média, os candidatos que tentaram a reeleição, no período analisado (as cinco últimas eleições), obtiveram sucesso em 71% dos casos nas eleições federais e 69% nas eleições estaduais¹². Em fase do número de concorrentes e das características do sistema eleitoral brasileiro, esses percentuais de sucesso são bem inferiores aos atingidos pelos candidatos norte-americanos (acima de 90%). Ainda assim, a vantagem de ser candidato à reeleição é tão expressiva que, em praticamente 70% das vezes, os candidatos que tentam a reeleição obtêm vitória nas urnas.

¹²Os dois mais baixos desempenhos dos candidatos à reeleição chamam a atenção nestas tabelas: nas eleições para a Câmara dos Deputados, na 52^a Legislatura, o percentual do sucesso ficou em apenas 63% (foi durante esta legislatura que aconteceu o escândalo conhecido como “Mensalão” em que o Poder Executivo foi acusado de comprar a participação de partidos e deputados em importantes votações no Congresso). Em relação aos deputados estaduais, chama a atenção o baixo desempenho na 14^a Legislatura, em que o percentual de sucesso ficou apenas em 57% (foi durante esta legislatura que foi deflagrado o chamado “Escândalo dos altos salários” na ALMG).

Os dados sobre o sucesso dos candidatos à reeleição da bancada mineira, na Câmara dos Deputados, e sobre a renovação, na ALMG, servem como pano de fundo para aprofundar o interesse da pesquisa que é dimensionar o real tamanho da força eleitoral dos candidatos à reeleição e o de seus concorrentes.

A partir de agora, este capítulo vai caminhar em duas linhas: primeiramente, intensificar a compreensão de quem são os candidatos à reeleição, os candidatos de alta-qualidade e os novatos; e, a seguir, apresentar como os bancos de dados foram construídos.

2.3 Perfil dos candidatos: novatos, alta-qualidade e reeleição

Após este breve cenário do sistema eleitoral e do histórico de sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição, é preciso mostrar quem foram os candidatos, no pleito de 2010, e como foi feita a classificação do perfil de candidatos.

As eleições legislativas, de certo ponto de vista, podem ser divididas em dois perfis: candidatos à reeleição, ou seja, os deputados que pretendem continuar no exercício do mandato e, portanto, candidatam-se novamente ao mesmo cargo; e candidatos desafiantes – que querem ingressar na Câmara dos Deputados ou na ALMG. Mas, como vem sendo apontado no decorrer do trabalho, a classificação dos candidatos desafiantes pode ser vista sob dois perfis distintos: os candidatos novatos e os de alta-qualidade. Desta forma, chegue-se a um conjunto de três perfis de candidatos: os candidatos à reeleição, os candidatos desafiantes de alta-qualidade e os novatos. Esta separação dos perfis de candidatos é inspirada pelo trabalho de Jacobson (1989), que utiliza os seguintes conceitos para analisar as disputas legislativas norte-americanas: *incumbents* (candidatos à reeleição), *challengers* (desafiantes) e *challengers high-quality* (desafiantes de alta-qualidade).

O trabalho seguirá este modelo de classificação, proposto por Jacobson, para dimensionar a força dos candidatos à reeleição e a de seus concorrentes, nas eleições federais e estaduais, em Minas Gerais. Acredita-se que a categorização dos candidatos entre estes três perfis pode tornar a compreensão das eleições legislativas brasileiras mais nítida e rica em nuances. A seguir, demonstra-se a quantidade e o percentual de candidatos, categorizados em cada perfil e quais foram os critérios utilizados para a sua classificação.

Tabela 4 – Classificação do perfil dos candidatos nas eleições para deputado federal e estadual, em MG, no ano de 2010

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Novato	413	79%	731	78%
Alta-qualidade	65	12%	142	15%
Reeleição	45	9%	65	7%
Total	523	100%	938	100%

2.3.1 Candidatos novatos

A categoria de candidatos novatos é a maior de todas. Consideram-se como novatos todos aqueles que disputaram as eleições não sendo titulares de mandatos de deputado e, também, não apresentando as características necessárias para serem classificados como de alta-qualidade (os critérios serão detalhados a seguir). Sendo assim, os novatos são 413 (79%), no grupo de candidatos a deputado federal, e 731 (78%) no grupo de concorrentes a deputado estadual.

2.3.2 Candidatos de alta-qualidade

Como visto na discussão teórica, Jacobson (1989) aponta que, para fins analíticos, os candidatos desafiantes (*challengers*) podem ser classificados em duas categorias: os de alta-qualidade que são os candidatos que possuem determinados atributos que os tornam mais competitivos e, portanto, podem ameaçar, de maneira mais eficaz, o predomínio do candidato à reeleição e os candidatos novatos que não possuem estes atributos. Como o intuito é verificar qual o real tamanho da força eleitoral de cada perfil de candidato, acredita-se que a proposta de Jacobson (1989), de separar os candidatos de acordo com o seu possível potencial eleitoral, traz ganhos analíticos para o argumento desta pesquisa.

A classificação de alta-qualidade poderia ser desenvolvida a partir de muitos critérios: número de eleições disputadas, cargos eleitorais vencidos, cargos executivos ocupados, capacidade de arrecadação financeira, grupo (ou elite) político ao qual pertence, e assim por diante. Para o caso deste estudo, considera-se candidato de alta-qualidade aquele que, durante as quatro últimas eleições, apresentou base eleitoral consolidada e/ou determinada experiência como político. Sendo assim, considerou-se como de alta-qualidade o candidato que já havia sido prefeito, deputado estadual, deputado federal (e

não estava concorrendo à reeleição) ou vereador, em algum momento no período de 1996 até 2010 (um total de sete pleitos, sendo três nacionais – presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual – e quatro municipais – prefeito e vereador).

Classificaram-se também como de alta-qualidade os candidatos que já haviam sido governador ou senador, sendo que, para eles, não foi imposto período de referência para o exercício do mandato.

Foram considerados, também, como candidatos de alta-qualidade, aqueles que ocuparam cargos relevantes, no governo estadual. Esta classificação segue a indicação de parte da literatura ao apontar que os candidatos que ocuparam algum destes cargos poderiam beneficiar-se do mesmo para obter vantagens eleitorais (Ames, 1999).¹³ Mas, com relação a esta classificação, houve algumas dificuldades: não foi possível conseguir a lista de todos os integrantes dos ministérios federais e secretarias estaduais ao longo das últimas eleições (1996-2010). Sendo assim, foram classificados como de alta-qualidade apenas os candidatos que exerceram o cargo de secretário de Estado entre os anos de 2003 a 2010, já que estes eram os únicos dados disponíveis.

Deve-se fazer uma ressalva em relação aos candidatos que já haviam sido vereadores. Em face do grande número de municípios mineiros, não foi possível verificar todos. Desta forma, optou-se por trabalhar apenas com os municípios acima de 50.000 eleitores, um total de 51 municípios. Acredita-se que este recorte não prejudica as análises, pois, dificilmente, a base eleitoral de um vereador em municípios abaixo deste limite teria relevância significativa para o candidato ser considerado como de alta-qualidade.¹⁴

De acordo com os parâmetros propostos, nas eleições para a Câmara dos Deputados, 65 (12%) dos candidatos foram classificados como de alta-qualidade, enquanto que, nas eleições para a ALMG, eles foram 142 (15%).

O anexo I apresenta o percentual de candidatos separado por cada critério proposto.

¹³Seria relevante acrescentar como de alta-qualidade os candidatos que exerceram cargos de segundo escalão na burocracia estatal e, também, candidatos que foram secretários de governo em prefeituras de grandes cidades, pois estes candidatos também poderiam utilizar do cargo para se promover e alcançar melhores retornos eleitorais. Mas estes não são dados que estão disponíveis.

¹⁴Um ponto relevante para delimitar a classificação de vereadores em cidades com até 50.000 mil eleitores foi o surgimento de candidatos com baixa quantidade de votos na análise (menos de mil votos). Se continuássemos a classificação para cidades com eleitorado menor, isto ocorreria com frequência muito alta e poderia prejudicar o conceito que queríamos desenvolver sobre os candidatos de alta-qualidade.

2.3.3 Candidatos à reeleição

Considerou-se como candidatos à reeleição aqueles que, ao final da legislatura de 2007-2011, estavam exercendo o mandato de deputado federal ou estadual e, nas eleições de 2010, optaram por disputar novamente as eleições para o mesmo cargo. Como o objetivo é encontrar diferenças entre os candidatos que exerceram o mandato legislativo e os que não o exerceram, foram necessárias algumas correções na classificação.

Durante o período legislativo de quatro anos, alguns deputados podem exercer o mandato por menor tempo, uma vez que podem ser convidados para assumir algum cargo na burocracia estadual ou federal ou vencer eleições municipais e, assim, licenciarem-se ou abandonarem o seu mandato, fazendo com que os seus suplentes o assumam. Optou-se por considerar como candidatos à reeleição aqueles que exerciam o mandato ao final do período eleitoral, pois, em geral, são eles que exerceram o mandato por mais tempo. Como algumas vezes as classificações podem não refletir a realidade dos fatos, verificou-se caso a caso o histórico dos deputados, buscando a existência de alguma disparidade.

Desta forma, foram encontrados três casos que mereceram revisão em sua classificação. O primeiro deles é a classificação do candidato a deputado estadual Irani Barbosa. De acordo com os padrões definidos, Irani Barbosa (PMDB) não deveria ser classificado como candidato à reeleição, pois não ocupava o cargo de deputado, ao final da legislatura. Mas, como ele exerceu o cargo por quase todo o período legislativo, sendo suplente de um ou outro deputado, optou-se por considerá-lo como candidato à reeleição. Com relação aos deputados federais, houve também dois casos considerados fora dos padrões. Os candidatos Carlos Alberto Pereira (PDT) e José Humberto Soares (PHS) assumiram o mandato de deputado somente no último mês da legislatura. O primeiro (Carlos Alberto) como suplente do deputado Bilac Pinto (PR); o segundo (José Humberto), como suplente do deputado Alexandre Silveira (PPS). Em ambos os casos, optou-se por classificar como candidatos à reeleição os deputados que estavam no cargo, anteriormente, – Alexandre Silveira e Bilac Pinto.

Sendo assim, nas eleições de 2010, 45 (9%) candidatos tentaram a reeleição, para deputado federal, e 65 (7%) para deputado estadual. Este será o universo de candidatos à reeleição.

O anexo II apresenta resumo da classificação utilizada para os candidatos à reeleição e descrição sobre o ocorrido com cada deputado federal e estadual, presente no período legislativo de 2007-2011, na Câmara dos Deputados e na ALMG.

2.4 Construção dos dados

A classificação dos candidatos a deputado federal e estadual, em MG, em três categorias (novato, alta-qualidade e reeleição), denominadas “perfil dos candidatos”, será a principal variável analítica deste trabalho. Nos capítulos seguintes, será verificado como estes perfis de candidatos possuem desempenho eleitoral diferenciado e, também, buscar-se-á determinar em quais tipos de municípios certo perfil poderia ter desempenho melhor ou pior. Mas, antes de se passar para os capítulos analíticos, é necessário demonstrar como se deu a construção das outras variáveis que também serão utilizadas, bem como a construção e preparação dos bancos de dados.

Para todas as hipóteses e análises propostas serão apresentados resultados referentes às eleições para deputado federal e deputado estadual, do ano de 2010, no estado de Minas Gerais, com o intuito de verificar regularidades e disparidades entre o desempenho eleitoral e o perfil dos candidatos, em eleições nacionais e eleições estaduais.

Para compreensão dos dados, serão utilizadas análises estatísticas descritivas, análises bivariadas e multivariadas, gráficos de *boxplot* e apresentação de mapas geográficos. Em razão da peculiaridade dos dados, principalmente a votação nominal e o valor gasto de campanha, que têm distribuição da variância bastante heterogênea (ou seja, a distribuição não é normal), na maior parte das análises descritivas serão apresentadas, em anexo, as tabelas com os resultados da média, da mediana, do desvio-padrão, do valor mínimo e do valor máximo dos dados. Acredita-se que, desta forma, será possível uma compreensão mais nítida da dispersão dos dados apresentados. Já nas análises multivariadas, em que estas duas variáveis (votação nominal e valor gasto) forem utilizadas, será usada a função logarítmica delas, tendo-se, assim, uma distribuição da variância mais adequada para o ajuste de modelos de regressão.

Todos os dados utilizados são oriundos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), disponíveis on-line, nos sites destes órgãos entre os meses de dezembro de 2011 e fevereiro de 2012. Para a operacionalização

dos dados foi necessária a construção de seis bancos de dados individuais, três para as análises referentes aos deputados federais e três aos deputados estaduais. Os bancos têm como raiz principal os dados fornecidos pelo TSE e contêm algumas variáveis, construídas a partir de dados da ALMG e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.4.1 Banco de dados sobre os candidatos

O banco com os dados sobre os candidatos possui informações referentes ao partido do candidato, grau de instrução, idade, profissão, estado civil, sexo e votação nominal total, de cada candidato, e o resultado da eleição (eleito/não eleito). Estas duas últimas variáveis (votação nominal e resultado da eleição) são as únicas deste conjunto a serem efetivamente utilizadas nas análises subsequentes.¹⁵ O ponto principal do trabalho foi classificar os candidatos em uma das três categorias propostas, os candidatos novatos, os candidatos de alta-qualidade e os candidatos à reeleição. Para tanto, foi necessário construir um banco de dados intermediário, a partir de dados da ALMG que continham os resultados das últimas eleições para prefeito, deputado federal, estadual, governador, senador e vereador (nos municípios acima de 50.000 habitantes) e a relação dos secretários de Estado, no período de 2003-2010. Este banco auxiliar serviu como base de consulta para a classificação do perfil de cada um dos candidatos que disputaram as eleições legislativas em Minas Gerais em 2010. Desta forma, foi possível criar nos bancos de candidatos, as variáveis: foi vereador, deputado federal, deputado estadual, senador, governador, secretário e prefeito. Estas variáveis identificavam se cada candidato já havia exercido algum destes cargos, no período de referência.

Após verificar a situação individual dos candidatos, em cada um dos critérios definidos, criou-se uma nova variável, denominada perfil, que identificava a categoria do candidato: novato, alta-qualidade ou reeleição. Outra operação realizada nos bancos de dados dos candidatos foi inserir os recursos de campanha arrecadados e gastos por candidato. O próprio TSE disponibiliza estes dados, estando eles disponíveis em um banco de dados à parte.

¹⁵ Por mais que algumas das variáveis presentes nos banco de dados não tenham sido utilizadas neste trabalho, elas são mencionadas para o estímulo do desenvolvimento de novas hipóteses e análises.

2.4.2 Banco de dados sobre os municípios

O banco, na dimensão dos municípios, possuía apenas a votação nominal total, nos municípios. Acrescentou-se, inicialmente, aos dois bancos, federal e estadual, o número de eleitores, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o IDH-M Educação, o IDH-M Renda, e o IDH-M Longevidade, dados obtidos por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Incluiu-se também a renda per capita dos municípios e o percentual de população rural, dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais (FJP).¹⁶

Como já havia sido feita, no banco de candidatos, a classificação do perfil dos candidatos, na eleição em 2010, foi possível encontrar, por meio de um conjunto de operações e classificações, o total de votos de cada perfil, em cada município, ou seja, o conjunto de votos obtidos pelos candidatos considerados novatos, alta-qualidade e reeleição. Com este total de votos calculou-se o percentual de votos obtidos por perfil, no município. Sendo assim, foram criadas mais seis variáveis para os bancos de dados da votação municipal dos candidatos federal e estadual. São elas: total de votos dos candidatos novatos, total de votos dos candidatos de alta-qualidade e total de votos dos candidatos à reeleição, bem como o percentual de votos de cada um dos perfis, em cada um dos municípios. Todos estes dados foram calculados individualmente, para cada localidade.

2.4.3 Bancos de dados - municípios e candidatos

Construiu-se, também, um terceiro banco de dados que uniu informações da dimensão dos municípios com dados da dimensão dos candidatos. Neste banco, manteve-se a estrutura do banco de dados no nível do município e acrescentou-se a ele os cinco candidatos mais votados em cada município, bem como sua votação nominal, perfil e situação (eleito ou não eleito). Desta forma, o banco de dados passou a ter replicado, por cinco vezes, os dados de cada município, pois, para fins de esclarecimento, os dados contidos nas linhas de cada banco eram referentes ao município.

¹⁶ Nem todos os dados inseridos nos bancos de dados foram utilizados.

2.4.4 Algumas considerações sobre as limitações dos bancos de dados e das variáveis utilizadas

Como o presente trabalho lida com duas dimensões distintas, os candidatos e os municípios, não foi possível operacionalizar determinadas análises que vinculam as duas dimensões.

Outro ponto a ser esclarecido é que os dados são trabalhados em grupos. Não importa o resultado individual de determinado candidato, mas o resultado do conjunto dos perfis. Acredita-se que, desta maneira, será possível compreender as diferenças entre os candidatos à reeleição e os seus concorrentes. Como nas eleições legislativas brasileiras os candidatos à reeleição possuem diferentes concorrentes, em diferentes municípios, o estudo do grupo dos candidatos pode trazer informações que não eram possíveis de ser observadas no nível individual.

CAPÍTULO 3 – A FORÇA ELEITORAL DOS PERFIS DE CANDIDATOS

3.1 Introdução

O primeiro capítulo mostrou como os estudos norte-americanos possuem longa tradição na compreensão e dimensionamento da força dos candidatos à reeleição e de seus concorrentes e como os estudos brasileiros têm trabalhado com esta temática. A conclusão do capítulo foi que, apesar de grande parte dos estudos brasileiros apontar que, como nos EUA, os candidatos à reeleição possuem predominância eleitoral, existem poucas pesquisas que permitem entender a dimensão desta força.

A partir da constatação desta carência de estudos, procurou-se encontrar maneiras para suprir esta necessidade. O caminho escolhido foi a estratégia metodológica, desenvolvida por Jacobson (1989), de categorizar os candidatos em três perfis: os candidatos à reeleição, os de alta-qualidade e os novatos. Entendendo que a adaptação destes perfis à realidade brasileira poderia ser uma tarefa não tão fácil, pois as eleições brasileiras possuem maior número de candidatos e de municípios na disputa, o segundo capítulo empreendeu a tarefa de apresentar categorização consistente dos candidatos, o que permitiria avançar em técnicas quantitativas, capazes de dimensionar a força eleitoral de cada perfil de candidatos.

Após a adaptação das categorias analíticas de Jacobson (1989) ao contexto eleitoral brasileiro, o caminho seguinte foi verificar o quanto esta classificação é capaz de apresentar avanços para a percepção de regularidades, nas eleições legislativas. Mesmo partindo da premissa de que os candidatos à reeleição são o perfil de candidatos eleitoralmente mais consistente, acredita-se que a classificação de perfis proposta permite a verificação de determinadas nuances que até o momento não eram visualizadas em outros estudos legislativos.

O objetivo deste capítulo é, justamente, tentar encontrar qual a dimensão exata das diferenças entre o desempenho eleitoral de cada perfil de candidato. Para isso, o esforço analítico, empreendido aqui, procurará responder a duas questões propostas na introdução do trabalho: 1) A classificação de perfis de candidatos (novatos, de alta-qualidade e reeleição), utilizada por Jacobson (1989), nas eleições legislativas norte-americanas, é válida para a análise do contexto das eleições legislativas brasileiras? 2) Como se dá a

competição eleitoral legislativa entre os candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos? Qual é a força relativa de cada perfil de candidato?

Os estudos legislativos norte-americanos clássicos (Mayhew, 1974; Ferejohn, 1977; Fiorina, 1977; Fenno, 1978; Jacobson, 1991) concluíram que os candidatos à reeleição possuem uma grande vantagem sobre os seus desafiantes e que esta vantagem, ao invés de reduzir, aumentava a cada ano. Com o passar dos anos, os pesquisadores continuaram investigando a força do candidato à reeleição, não para rejeitar a afirmação feita pelos estudos clássicos, mas para descobrir em quais situações esta força tornava-se mais evidente e em quais contextos ela não se apresentava tão massiva como em outros contextos (Khrebiel et. all, 1983; Cox, 1996; Abramowitz et. all, 2006; Carson et. all, 2007; Stone et. all, 2010 etc).

No Brasil, dois trabalhos de Pereira e Renno (2001 e 2006) buscaram identificar quais variáveis seriam mais relevantes para um melhor desempenho dos candidatos à reeleição. Nesses dois artigos, apesar de mostrarem como variáveis de nível local e nacional atingem, de maneira distinta, o desempenho dos candidatos à reeleição, os autores não dimensionaram o desempenho eleitoral do conjunto de candidatos. Em ambos os trabalhos, compararam o desempenho eleitoral entre candidatos que já são deputados. Dessa forma, o resultado apresentado é referente apenas ao desempenho de candidatos à reeleição *versus* outros candidatos à reeleição.

No presente capítulo, busca-se avançar nestes estudos, analisando, não apenas o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição, mas, também, o desempenho dos seus concorrentes. Assim, será possível avançar na compreensão a respeito do nível de competitividade, nas eleições legislativas no Brasil. As principais expectativas do capítulo são demonstrar, em números, que, apesar das grandes diferenças entre o sistema eleitoral norte-americano e o brasileiro, a força do candidato à reeleição, no Brasil, como nos Estados Unidos, é bastante superior à de seus concorrentes, e, também, verificar quais são os avanços analíticos que a classificação de perfis de candidatos traz para a compreensão do desempenho dos candidatos concorrentes.

3.2 Força eleitoral de cada perfil

O primeiro passo é verificar qual o total de votos obtidos pelo conjunto de candidatos novatos, de alta-qualidade e reeleição.

Tabela 5 – Total de votos nominais obtidos por perfil de candidato nas eleições legislativas para deputado federal e estadual em MG, em 2010

Federal	Novatos	Alta-Qualidade	Reeleição	Geral
Votos Nominais	1.979.363	2.717.170	4.819.251	9.515.784
% dos votos	21%	28%	51%	100%
Nº de candidatos por perfil	413	65	45	523
Estadual	Novatos	Alta-Qualidade	Reeleição	Geral
Votos Nominais	2.392.575	2.644.826	4.129.027	9.166.428
%	26%	29%	45%	100%
Nº de candidatos por perfil	731	142	65	938

A tabela mostra que, no total de votos nominais de cada perfil de candidato, os que estavam concorrendo à reeleição, como deputado federal, obtiveram 51% de todos os votos nominais da eleição (4.819.251 votos). Já nas eleições para deputado estadual, os candidatos à reeleição obtiveram 45% do total de votos (4.129.027 votos).

De uma forma direta, esta tabela mostra um primeiro indicador da força dos candidatos à reeleição, nas eleições legislativas brasileiras. Em um universo de 523 candidatos a deputado federal, os candidatos à reeleição, que eram apenas 45, ou seja, 9% do conjunto de candidatos, obtiveram metade do total de votos (51%). E, com relação aos deputados estaduais, os candidatos à reeleição, que eram 65, 7% dos 938 candidatos, obtiveram 45% do conjunto de votos da eleição.

Alguns dados descritivos sobre a votação nominal, obtida por cada perfil, analisado permitem explicitar melhor este resultado.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas sobre a votação nominal dos perfis de candidatos nas eleições legislativas para deputado federal e estadual em MG, em 2010

		Geral	Novato	Alta-qualidade	Reeleição
Federal	Média	18.195	4.669	42.589	107.094
	Mediana	1.614	1.004	22.201	96.309
	Desvio-padrão	40.530	14.515	54.936	49.462
	Mínimo	18	18	47	41.011
	Máximo	271.306	137.120	234.397	271.306
		Geral	Novato	Alta-qualidade	Reeleição
Estadual	Média	9.772	3.273	18.626	63.523
	Mediana	1.087	742	12.327	59.739
	Desvio-padrão	20.131	9.707	16.501	25.842
	Mínimo	2	2	426	25.787
	Máximo	159.422	153.225	92.027	159.422

Em face da alta dispersão dos votos, em cada perfil, que pode ser notada pelos altos desvios-padrão apresentados, é recomendável atentar mais para a mediana do que para a média dos resultados.¹⁷

A tabela mostra grande diferença entre a votação alcançada pelos candidatos à reeleição e a votação obtida pelos seus concorrentes. Enquanto os candidatos à reeleição atingiram uma mediana de 96.309 votos, na eleição federal, e 59.739 votos na eleição estadual, a mediana dos outros perfis, em ambas as eleições, não ultrapassou os 22.201 votos obtidos, pelos candidatos de alta-qualidade, nas eleições para deputado federal. Além disso, os candidatos à reeleição possuem distribuição dos votos mais homogênea entre si. É importante também notar como o desempenho dos candidatos de alta-qualidade apresentou-se superior ao dos candidatos novatos, o que demonstra que a classificação de perfis possui validade analítica. O desempenho dos candidatos de alta-qualidade posiciona o grupo como categoria intermediária entre os novatos e os candidatos à reeleição, exatamente como esperado na classificação dos perfis.

O conjunto de votos obtidos pelos perfis de candidatos, apesar de útil para apresentar o desempenho eleitoral, não é suficiente para demonstrar o resultado final das eleições, pois este resultado depende do número de cadeiras que o partido ou a coligação terão a partir do quociente eleitoral. Sendo assim, é necessário verificar também o número de vitórias eleitorais de cada perfil, nas eleições.

¹⁷ A mediana é o ponto médio da distribuição: metade dos votos obtidos pelo perfil estão abaixo da mediana e metade estão acima

Tabela 7 – Percentual de candidatos eleitos, por perfil, nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG, em 2010

			Eleito	Não Eleito	Total
Federal	Novato	Casos	6	407	413
		%	2%	99%	100%
	Alta-qualidade	Casos	13	52	65
		%	20%	80%	100%
	Reeleição	Casos	34	11	45
		%	76%	24%	100%
Total	Casos	53	470	523	
	%	10%	90%	100%	
			Eleito	Não Eleito	Total
Estadual	Novato	Casos	10	721	731
		%	1%	99%	100%
	Alta-Qualidade	Casos	17	125	142
		%	12%	88%	100%
	Reeleição	Casos	50	15	65
		%	77%	23%	100%
Total	Casos	77	861	938	
	%	8%	92%	100%	

Nas eleições federais, foram eleitos 2% dos candidatos novatos, 20% dos candidatos de alta-qualidade e 76% dos candidatos à reeleição. Já nas eleições estaduais, obtiveram vitória nas urnas 1% dos novatos, 12% dos candidatos de alta-qualidade e 77% dos candidatos à reeleição.

Mais uma vez, é possível perceber a diferença entre os candidatos à reeleição e os seus concorrentes. O perfil de candidatos à reeleição mostra-se muito mais competitivo, com percentuais de eleitos acima de 70%, enquanto os outros perfis apresentam desempenho abaixo dos 20% alcançados pelos candidatos de alta-qualidade, nas eleições para deputado federal. Pode-se perceber também que o desempenho dos candidatos de alta-qualidade, em ambas as eleições, é superior ao dos novatos, que, apesar de ser o grupo com maior número de candidatos, possui o menor número de vitórias nas urnas.

Nas análises já efetuadas, ficou evidente que, além de os candidatos à reeleição terem desempenho melhor do que o dos concorrentes, os candidatos de alta-qualidade possuíam também desempenho diferenciado em relação aos candidatos novatos. Desta forma, a lógica do perfil de candidatos é a seguinte: candidatos à reeleição possuem desempenho melhor do que os de alta-qualidade que, por sua vez, têm desempenho melhor do que os novatos. Esse resultado não apresenta surpresa, pois revela a expectativa já presente na classificação dos perfis. Na verdade, o que mais se pretendia era conseguir dimensionar o tamanho da diferença entre cada um dos perfis. Acredita-se que, até aqui, conseguiu-se demonstrar estas diferenças. Agora, para aprofundar a compreensão da

diferença dos perfis, será utilizado método estatístico mais robusto, ou seja, a regressão linear.

Primeiramente, algumas simples considerações metodológicas, levadas em conta para garantir a robustez do exercício estatístico a ser realizado. Como já visto, a distribuição da votação nominal dos candidatos (tanto na eleição federal, quanto na eleição estadual), apresenta grande variabilidade nos dados (verificada pelos altos desvios-padrão); desta forma, a votação nominal não possui distribuição normal adequada para a realização de um modelo de regressão. Para corrigir a distribuição da votação nominal, que será a variável dependente, utilizar-se-á a sua função logarítmica. Com isto, o modelo de regressão alcança ajuste mais adequado para a realização de seus cálculos. Como variáveis independentes serão utilizadas duas variáveis *dummies*, originadas da variável perfil. A variável perfil era uma variável nominal com três categorias sendo: 1 – Novato, 2 – Alta-qualidade e 3 – Reeleição. Utilizar-se-á como categoria de referência: novato. Desta forma, entrarão no modelo as seguintes variáveis *dummies*:

Reeleição: recebe o valor 1 e as demais o valor 0;

Alta-qualidade: recebe o valor 1 e as demais o valor 0.

Tabela 8- Modelo de regressão linear para a votação nominal dos perfis de candidatos, nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG

Variável Dependente: Log da votação nominal ¹⁸			
Modelo 1 – Federal	Beta	Erro Padrão	R²
(Constant)	3,04**	0,03	0,50
Reeleição (1)	1,95**	0,10	
Alta-qualidade (1)	1,19**	0,08	
Modelo 2 - Estadual	Beta	Erro Padrão	R²
(Constant)	2,92**	0,02	0,47
Reeleição (1)	1,85**	0,08	
Alta-qualidade (1)	1,16**	0,06	

** Significante ao nível de 0,01

Como a variável dependente do modelo (votação nominal dos candidatos) foi medida por meio da sua função logarítmica, a interpretação dos coeficientes deve ser feita pelo percentual do impacto de cada variável independente sobre a dependente. Nas eleições para deputado federal, ser candidato à reeleição aumenta em aproximadamente

¹⁸ A equação que especifica os dois modelos é a seguinte:

$$\text{Log(votação nominal)} = a + \beta_1 \text{Reeleição} + \beta_2 \text{Alta-qualidade} + E$$

195%¹⁹ a votação nominal do candidato, enquanto que ser candidato de alta-qualidade aumenta em aproximadamente 118% a votação nominal. Nas eleições para deputado estadual, o efeito é parecido: ser candidato à reeleição aumenta em aproximadamente 185% a votação nominal, ser candidato de alta-qualidade aumenta em aproximadamente 116% a votação.

As duas regressões não apenas reforçam a tese de que os candidatos à reeleição possuem desempenho eleitoral superior a o de seus concorrentes e que a categoria alta-qualidade tem desempenho superior à categoria novato, mas mostram a força relativa de cada tipo de candidato. Além disso, um importante fato deve ser percebido: os resultados entre eleições federais e estaduais foram muito semelhantes: isto significa que o efeito de ser um candidato à reeleição ou um candidato de alta-qualidade, em ambas os modelos, é praticamente o mesmo.

Apesar de estes resultados serem referentes apenas a um determinado período eleitoral (2010), em um único estado (MG), a semelhança entre o desempenho dos candidatos de um mesmo perfil, nas eleições para deputado federal e para deputado estadual, parece demonstrar um padrão no tamanho da força eleitoral de cada perfil. Estudos futuros mostrarão se estes primeiros indicativos são realmente um padrão de comportamento ou apenas um fato isolado.

3.3 Perfil do candidato mais votado, no município

Até o momento, mostrou-se o desempenho eleitoral dos perfis de candidatos em relação ao conjunto de votos obtidos em todo o estado e em relação ao número de candidatos eleitos e não eleitos em cada perfil. Para qualificar ainda mais a dimensão da força eleitoral dos diferentes perfis, demonstra-se como ela está distribuída nos 853 municípios do estado de Minas Gerais. Com o fim de operacionalizar esta análise, os dados serão trabalhados de modo a identificar qual perfil de candidato aparece entre os três mais votados, em cada município. Assim, pode-se verificar em quantos municípios os candidatos, de cada perfil, foram mais votados.

¹⁹ Os resultados do modelo de regressão são aproximados. Para o cálculo do efeito total é necessário calcular os Betas a partir da equação $[\exp(B)-1]*100$, isto se dá devido ao fato dos resultados dos betas encontrados serem $> 0,2$ ou $< -0,2$. (Wooldridge,2006). A leitura do resultado aproximado é mais intuitiva e atende ao objetivo da análise que é demonstrar a diferença entre cada perfil de candidato.

Tabela 9 - Perfil dos candidatos mais votados nos municípios, nas eleições para deputado federal e estadual, em MG, em 2010 (até a 3ª posição)

Federal					
Posição		Novato	Alta-Qualidade	Reeleição	Total
1	Casos	79	153	621	853
	%	9%	18%	73%	100%
2	Casos	136	198	519	853
	%	16%	23%	61%	100%
3	Casos	177	213	463	853
	%	21%	25%	54%	100%
Estadual					
Posição		Novato	Alta-qualidade	Reeleição	Total
1	Casos	99	125	629	853
	%	12%	15%	74%	100%
2	Casos	185	159	509	853
	%	22%	19%	60%	100%
3	Casos	232	207	414	853
	%	27%	24%	49%	100%

Dos 853 municípios mineiros, o mais votado foi um candidato à reeleição, em 73% das localidades, na eleição federal, e em 74%, na estadual. Na medida em que descemos as posições, o número de candidatos à reeleição diminui, mas continua apresentando forte presença entre as três primeiras posições: isto mostra que os candidatos à reeleição estão, na maioria dos municípios, entre os mais votados. Mais uma vez, os candidatos de alta-qualidade mostram-se superiores aos novatos.

Os mapas, a seguir, ajudam a visualizar melhor como os candidatos à reeleição são os mais votados, na grande maioria dos municípios de Minas Gerais, e mostram, também, como os candidatos à reeleição possuem forte presença em todas as regiões do estado.

Figura 3 – Mapa do perfil do candidato mais votado, no município, nas eleições para deputado federal, em MG, em 2010

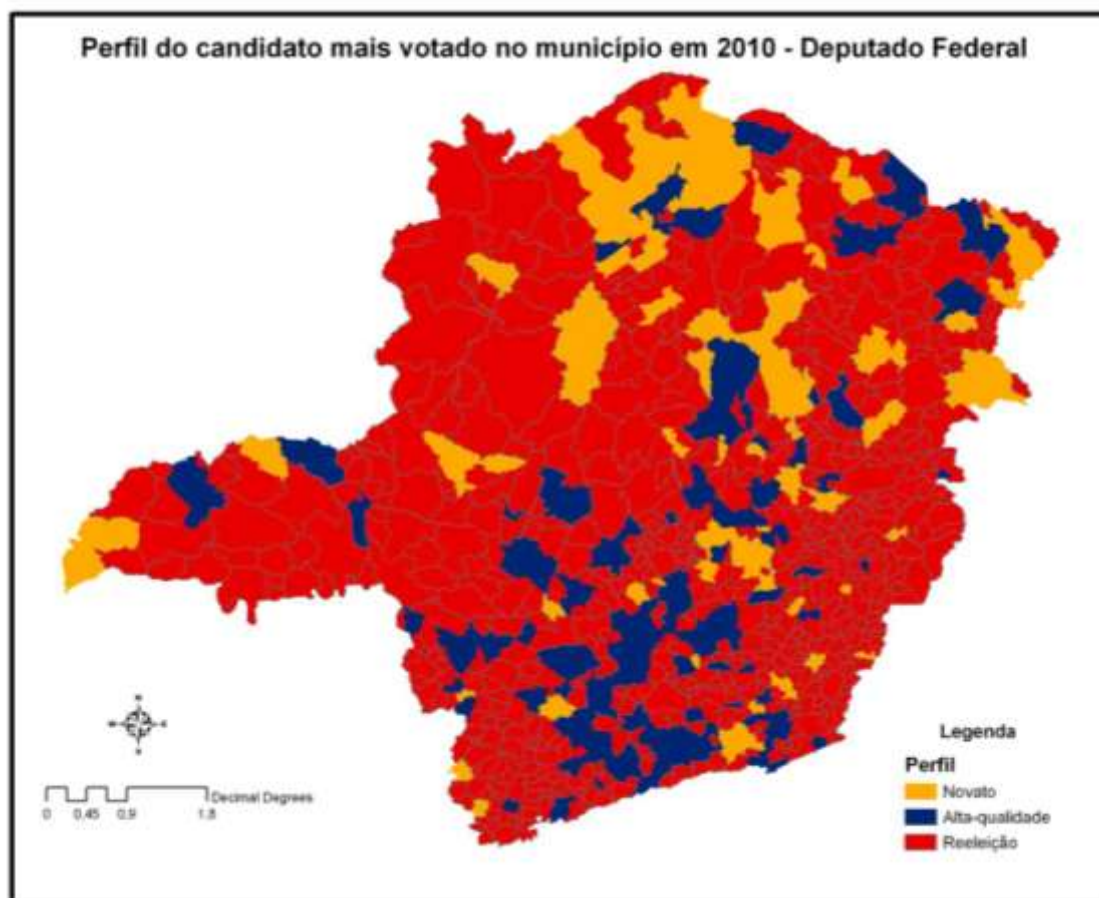
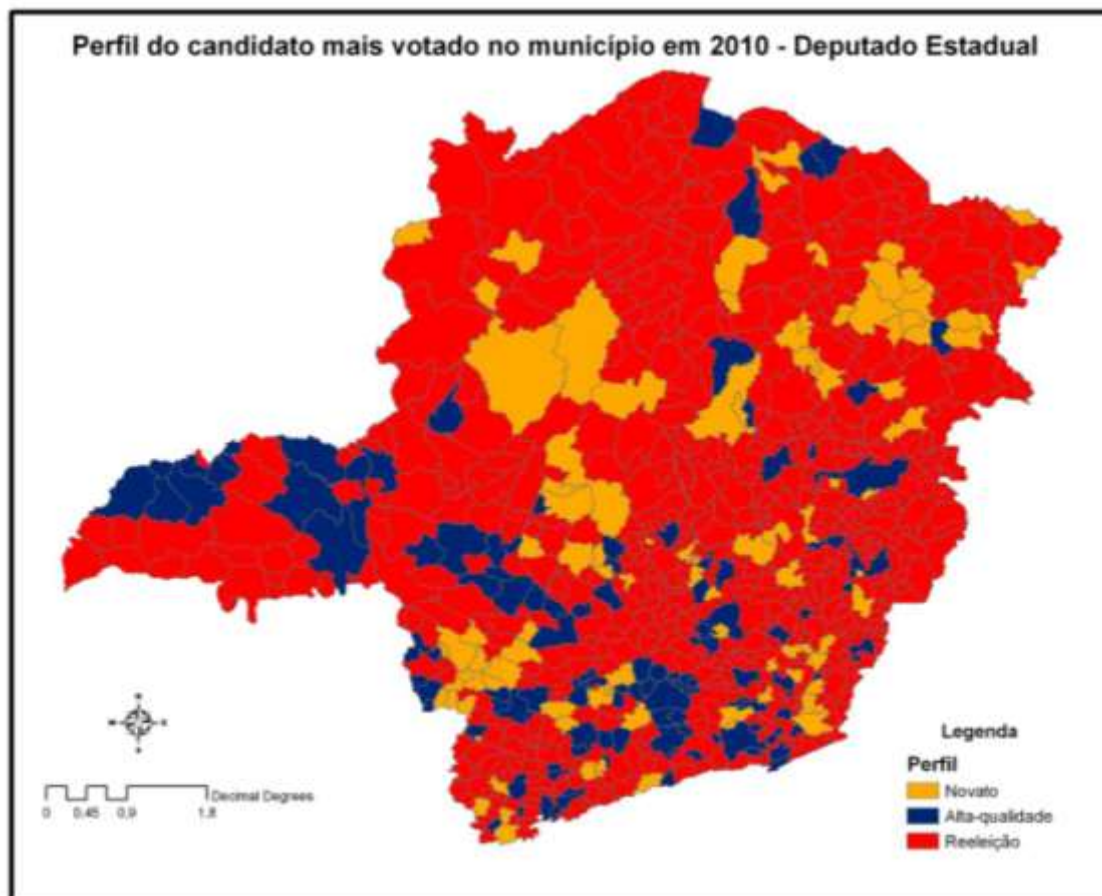


Figura 4 – Mapa do perfil do candidato mais votado, no município, nas eleições para deputado estadual, em MG, em 2010



3.3.1 Primeiro colocado X segundo colocado

O exercício anterior demonstrou que os candidatos à reeleição foram os mais votados, em mais de 70% dos municípios mineiros, nas eleições federais e estaduais. Esta grande força e presença dos candidatos à reeleição, em praticamente todo o estado, despertam outra curiosidade: descobrir como se deu a principal disputa dentro de cada município, qual foi o perfil do segundo colocado que, provavelmente, mais retirou votos do primeiro.²⁰ Para efetuar esta tarefa será realizada uma operação de análise combinatória

²⁰ O exercício realizado é meramente ilustrativo, serve apenas para possíveis inferências sobre os cenários de disputa nas eleições legislativas brasileiras. Como os municípios não são a unidade distrital das eleições e grande número de candidatos obtém votação dentro de cada município, a proposta analítica apresenta apenas um cenário minimalista da disputa eleitoral no município. Mesmo assim, acredita-se que ela traz novidades para os estudos legislativos.

entre o perfil do candidato mais votado, no município, e o perfil do segundo candidato mais votado.

Tabela 10– Perfil do candidato mais votado X perfil do segundo candidato mais votado, nos municípios de MG, em 2010

Perfil do mais votado e do segundo mais votado			Federal		Estadual	
Mais votado		Segundo mais votado	Casos	%	Casos	%
Reeleição	X	Reeleição	378	44%	383	45%
Reeleição	X	Alta-qualidade	139	16%	106	12%
Reeleição	X	Novato	104	12%	140	16%
Alta-qualidade	X	Alta-qualidade	40	5%	37	4%
Alta-qualidade	X	Novato	18	2%	24	3%
Alta-qualidade	X	Reeleição	95	11%	64	8%
Novato	X	Novato	14	2%	21	3%
Novato	X	Alta-qualidade	19	2%	16	2%
Novato	X	Reeleição	46	6%	62	7%
			853	100%	853	100%

Os resultados apresentados nesta tabela reforçam os anteriores, demonstrando como os candidatos à reeleição possuem surpreendente presença eleitoral, em todo o estado. Em 89% dos municípios, na eleição para deputado federal, e 88%, na disputa para estadual, os candidatos à reeleição foram ou o candidato mais votado ou o segundo candidato mais votado ou ambos. Por outro lado, o resultado desta tabela também demonstra que a disputa entre candidatos à reeleição poderia ser uma das razões para explicar algumas das derrotas eleitorais deste perfil, pois os principais concorrentes/desafiantes dos candidatos à reeleição seriam, também, outros candidatos à reeleição. Em 44%, dos municípios na eleição federal, e 45%, na eleição estadual, o primeiro e o segundo mais votados foram candidatos à reeleição. Sendo assim, em quase metade dos municípios mineiros, a principal disputa eleitoral deu-se entre dois candidatos à reeleição. Esta disputa significa que um candidato à reeleição, provavelmente, não permitiu que outro candidato à reeleição obtivesse predomínio eleitoral no município; este compartilhamento dos redutos eleitorais pode ser um dos fatores que contribuíram para que candidatos à reeleição apresentassem determinadas derrotas eleitorais.

3.4 - Conclusão

As análises desenvolvidas neste capítulo mostram que a adaptação da classificação de perfis de candidatos, proposta por Jacobson (1989), pode ser útil para compreender o desempenho eleitoral dos candidatos, nas eleições legislativas brasileiras. O conjunto de resultados comportou-se como esperado: os candidatos à reeleição obtiveram desempenho superior aos de alta-qualidade que, por sua vez, foram superiores aos novatos. Isto mostra que, nas eleições legislativas, a experiência política prévia dos candidatos traz vantagens comparativas para o seu desempenho. Ou seja, os candidatos que já possuem capital político e bases eleitorais consolidadas apresentam desempenho superior a aqueles que ainda não possuem esta experiência. Apesar de estas conclusões parecerem óbvias, pois é esperado que candidatos com mais experiência apresentem desempenho superior a candidatos com menos experiência, o avanço deste capítulo está no dimensionamento das diferenças entre o desempenho de cada perfil.

As estatísticas descritivas, bem como as análises da posição eleitoral, em cada município, mostram quanto o desempenho dos candidatos novatos é frágil em relação ao dos candidatos de alta-qualidade e reeleição. Mesmo sendo ele o perfil que abrange praticamente 80% dos candidatos, em cada uma das disputas, federal e estadual, a sua força eleitoral é muito distante da apresentada pelos outros perfis. Deve-se destacar que alguns candidatos novatos apresentam desempenho superior à média do grupo e, até mesmo, são eleitos, mas isso não é suficiente para que eles alterem o desempenho médio do grupo, mantendo a distância do grupo para os outros dois perfis.

Percebe-se por estes dados que, apesar do grande conjunto de candidatos em disputa para pequeno número de cadeiras disponíveis, nas eleições federais 523 candidatos para 53 cadeiras e, nas estaduais 938 candidatos para 77 cadeiras, o total de candidatos com desempenho eleitoral relevante é bastante reduzido; isto mostra que a eleição é concentrada em menos da metade dos candidatos, sendo, a maioria dos candidatos meros figurantes de um espetáculo eleitoral de grandes proporções.

CAPÍTULO 4 – O CENÁRIO ELEITORAL E A FORÇA DOS PERFIS DE CANDIDATOS

4.1 Introdução

O capítulo anterior confirmou que o uso dos perfis de candidatos é estratégia válida para as análises eleitorais legislativas brasileiras. A classificação permitiu verificar o quanto o desempenho dos candidatos à reeleição é superior ao dos outros candidatos e, também, o quanto os candidatos de alta-qualidade são superiores aos novatos e inferiores aos de reeleição.

Já que a classificação apresentou-se eficiente e as análises quantitativas permitiram dimensionar as diferenças entre cada perfil, cabe agora avançar no seu uso e buscar novas nuances sobre o desempenho destes perfis, em diferentes contextos eleitorais. Tomando-se como referência os trabalhos de Ames (2001) e Carvalho (2003) que buscaram identificar se o comportamento dos deputados poderia ser explicado pela localização geográfica e classificação socioeconômica de suas bases eleitorais, buscar-se-á verificar o quanto a classificação dos perfis permite identificar diferenças entre o desempenho eleitoral dos candidatos em municípios com maior e menor número de eleitores e com maior e menor Índice De Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

A análise a ser empreendida, diferentemente dos trabalhos de Ames (2001) e Carvalho (2003), não será voltada para a compreensão do comportamento dos deputados mas para o entendimento de como se deu o desempenho eleitoral dos perfis de candidatos, em diferentes contextos de disputa eleitoral. O objetivo é verificar se os contextos municipais – o tamanho do eleitorado e grau de desenvolvimento do município – podem explicar as diferenças no desempenho dos perfis de candidatos.

Primeiro, vale considerar o que os estudos brasileiros trazem sobre a relação entre redutos eleitorais e comportamento dos deputados.

Os estudos de Ames (2001) e Carvalho (2003) trouxeram importantes contribuições sobre os padrões de comportamento estratégico dos deputados federais brasileiros, nos municípios. Em ambos os trabalhos, por meio da lógica da concentração ou dispersão dos padrões de votação dos candidatos à reeleição e o estudo sobre a localidade para onde os deputados destinam verbas e emendas parlamentares, eles demonstraram (principalmente

Carvalho (2003)) como o grau de desenvolvimento dos municípios pode influenciar a maneira como o deputado, durante o seu mandato, relaciona-se com os mesmos. Para Ames (2001), os deputados federais brasileiros quase sempre comportam-se pela lógica distributivista,²¹ visando destinar benefícios aos municípios considerados como os seus principais redutos eleitorais. Em contrapartida, Carvalho (2003) demonstra que os deputados possuem comportamento diferenciado para cada município, de acordo com o grau de desenvolvimento destes.

Os trabalhos de Ames (2001) e Carvalho (2003) são o ponto de partida para a análise a ser ora desenvolvida. Se, como aponta Carvalho (2003), os candidatos à reeleição teriam diferentes estratégias eleitorais para diferentes municípios, pode-se imaginar, também, que o desempenho eleitoral deles poderia ter alguma relação com o grau de desenvolvimento e o número de eleitores presentes em cada um dos municípios de MG.

Os trabalhos de Ames (2001) e Carvalho (2003), apesar de trazerem importantes *insights* sobre os padrões de comportamento dos candidatos à reeleição – da mesma forma que os estudos de Pereira e Renno (2001, 2006), apresentados na hipótese anterior – não incluem, em suas análises, os padrões de comportamento dos candidatos concorrentes.

A partir do cenário apresentado por estes autores, entende-se ser uma contribuição para os estudos verificar qual foi o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos, de acordo com o grau de desenvolvimento e com o número de eleitores, nos municípios.

4.2 Desempenho dos perfis de candidatos, de acordo com o eleitorado e com o desenvolvimento do município

Em sua grande maioria, os municípios mineiros possuem eleitorado pequeno, sendo que 68% das cidades têm até 10.000 eleitores e apenas 9% registram mais de 30.000

²¹Nos estudos sobre o comportamento dos parlamentares dentro das Câmaras Legislativas existem três linhas de pesquisa: a distributivista – que considera que o comportamento dos parlamentares é, exclusivamente, destinado para atender aos interesses eleitorais dos deputados; a informacional – que acredita que as atitudes dos parlamentares devem ser tomadas após eles obterem um considerável volume de informações, desta forma, o comportamento dos parlamentares deve ser direcionado para que eles se tornem *experts* nos assuntos trabalhados pelo parlamento; e a partidária – que considera que os partidos deveriam ser os responsáveis pelo monopólio das agendas a serem trabalhadas pelo congresso, sendo assim, o comportamento dos parlamentares deveria ser voltado para a obediência partidária

eleitores.²²No entanto, chama a atenção o fato de a distribuição dos municípios mineiros ser bastante similar ao conjunto dos municípios brasileiros.

Tabela 11 – Número de eleitores nos municípios de Minas Gerais e do Brasil, em 2010

		MG		Brasil	
		Casos	%	Casos	%
Eleitorado	Até 5.000	331	39%	1756	32%
	De 5001 até 10.000	246	29%	1447	26%
	De 10.001 até 30.000	196	23%	1645	30%
	Acima de 30.000	80	9%	717	13%
Total		853	100%	5565	100%

Além do tamanho do eleitorado, outro fator que pode influenciar o desempenho dos perfis de candidatos é o nível de desenvolvimento do município. Sendo assim, faz-se necessário, também, verificar a força dos perfis de candidatos, de acordo com o nível de desenvolvimento das cidades. Para classificar os municípios será utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolvido no ano de 2000.²³ Este índice incorpora indicadores de renda, escolaridade e longevidade da população para cada município. Para facilitar a compreensão das análises dividiu-se o índice em quatro grupos, definidos a partir dos quartis da distribuição do índice, nas cidades de Minas Gerais. As faixas de classificação foram definidas da seguinte forma: Baixo ($\leq 0,679$), médio baixo (0,680–0,728), médio alto (0,729–0,759) e alto ($\geq 0,760$). A tabela, a seguir, revela como os municípios mineiros distribuíram-se nestes grupos. Colocou-se ao lado, para fins de comparação, como se dá a distribuição dos municípios brasileiros a partir das mesmas faixas de distribuição.

²² A grande maioria dos municípios mineiros possui eleitorado pequeno. Como para o presente trabalho era relevante identificar os municípios que possuem médio e grande eleitorado, pois seria neles que poderia haver maior variação no conjunto de votos adquiridos pelos perfis, optou-se por impor a classificação em quatro categorias que não representam os quartis da distribuição dos dados. Os quartis da distribuição são: 1º até 3.886 eleitores, 2º de 3.887 eleitores até 6.215 eleitores, 3º de 6.216 até 12.955 eleitores e 4º acima de 12.956 eleitores.

²³ Os dados do IDH-M 2010 serão disponibilizados somente após as eleições municipais, em outubro de 2012. Um exercício interessante será a atualização desses dados, quando publicados.

Tabela 12 – Municípios mineiros e brasileiros, de acordo com a faixa de classificação do IDH-M 2000

	MG		Brasil	
	Casos	%	Casos	%
Baixo (< 0,679)	216	25%	2200	40%
Médio baixo (0,680 - 0,728)	209	25%	846	15%
Médio alto (0,729 - 0,759)	214	25%	858	16%
Alto (>=0,760)	214	25%	1603	29%
Total	853	100%	5507	100

Para verificar o desempenho eleitoral dos perfis de candidatos a partir do tamanho do eleitorado dos municípios e do seu grau de desenvolvimento, utilizou-se o percentual de votos alcançada por cada perfil, em cada município. Esta técnica baseou-se na estratégia norte-americana utilizada, entre outros, por Mayhew (1974b), Jacobson (1987) e Gelman e King (1990), que procuraram medir o aumento da força dos candidatos à reeleição a partir da redução das diferenças entre as margens dos percentuais de votos alcançados por eles e por seus desafiantes.²⁴

Na realidade eleitoral norte-americana, verificar esta diferença entre os percentuais de votação é tarefa relativamente fácil pois, em sua grande maioria, as disputas dão-se entre dois ou três candidatos e as eleições são distribuídas em pequenos distritos eleitorais, sendo, portanto, o cálculo das diferenças uma subtração simples entre o percentual de votação de cada candidato em cada distrito eleitoral. No caso brasileiro, especificamente no estado de Minas Gerais, como o número de candidatos é maior (523 nas eleições para deputado federal e 938 nas eleições para deputado estadual) e o distrito eleitoral comporta 853 diferentes municípios, com a possibilidade de os candidatos serem votados em todos os municípios do estado, a realidade analítica é bastante diferente. Mesmo assim, acredita-se que um exercício que permita verificar o percentual de votos, obtido por cada perfil de candidato, em cada município, poderá apresentar um novo cenário analítico e possibilitará verificar se existem diferenças entre o desempenho de cada perfil, a partir do total de eleitores e do grau de desenvolvimento das cidades.

Para realizar esta análise, calculou-se, para cada município, qual foi o total de votos obtidos por cada um dos perfis: novatos, alta-qualidade e reeleição. Depois, calculou-se o

²⁴ Em linhas gerais, nestes estudos, os autores identificam qual foi o percentual de voto do candidato à reeleição e qual foi o percentual de voto do candidato desafiante; a diferença entre estes dois percentuais seria a margem de vitória do candidato. Como nos Estados Unidos a força do candidato à reeleição já é amplamente declarada, estes estudos procurariam verificar se o candidato à reeleição estaria se tornando-se mais frágil ou mais forte, ao longo das eleições, a partir do aumento ou da redução desta diferença nos percentuais de voto.

percentual dos votos de cada perfil, a partir da votação total de cada município. Desta forma, construíram-se, para cada município, as variáveis percentual de votos dos candidatos novatos, percentual de votos dos candidatos de alta-qualidade e percentual de votos dos candidatos à reeleição. Antes de verificar como se deu o desempenho de cada perfil, a partir do desenvolvimento e da densidade eleitoral dos municípios, é preciso, primeiro, observar qual foi a distribuição do percentual de votos obtidos por cada um deles, em todo o Estado.

Tabela 13 – Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos por perfil de candidato, em cada município de MG, em 2010

Federal	%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
Média	18%	23%	59%
Mediana	12%	17%	61%
Desvio-padrão	15%	19%	22%
Mínimo	2%	1%	2%
Máximo	91%	92%	96%
Estadual	%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
Média	21%	20%	58%
Mediana	17%	13%	61%
Desvio-padrão	16%	19%	22%
Mínimo	1%	1%	3%
Máximo	91%	91%	96%

Ao analisar os dados a partir do resultado geral do estado, sem segmentar os municípios pelo tamanho do eleitorado ou pelo grau de desenvolvimento das cidades, verifica-se que, nas eleições para deputado federal e estadual, os candidatos à reeleição obtiveram uma mediana do percentual de votos nos municípios de 61%. Mais uma vez, são encontradas evidências que vêm passando toda a presente análise: os candidatos à reeleição apresentam desempenho similar em ambas as eleições, federal e estadual, e o desempenho deles é muito superior ao dos novatos e alta-qualidade.

A seguir, é importante pesquisar se esta força eleitoral que os candidatos à reeleição têm demonstrado é frequente em todos os tipos de municípios: maiores e menores, mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. Também, é preciso, verificar se os candidatos novatos e alta-qualidade conseguem melhorar o seu desempenho eleitoral quando os municípios são segmentados.

Para observar melhor as possíveis mudanças no desempenho de cada perfil, a partir das divisões propostas, serão utilizados gráficos de *boxplot* da distribuição dos dados. Esta técnica permite comparar melhor a variação da mediana dos resultados. Para os que são

pouco familiarizados com esta técnica de exposição dos dados, sugere-se que o olhar seja concentrado no risco médio, presente em cada pequeno retângulo, dentro de cada gráfico, sendo que este risco representa o valor da mediana da distribuição. Caso o leitor prefira, em anexo, manteve-se as tabelas com os dados descritivos de cada um dos gráficos.

Primeiro, veja-se a distribuição do percentual de votos obtidos por cada perfil quando os municípios são segmentados pelo tamanho do seu eleitorado.

Figura 5 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios

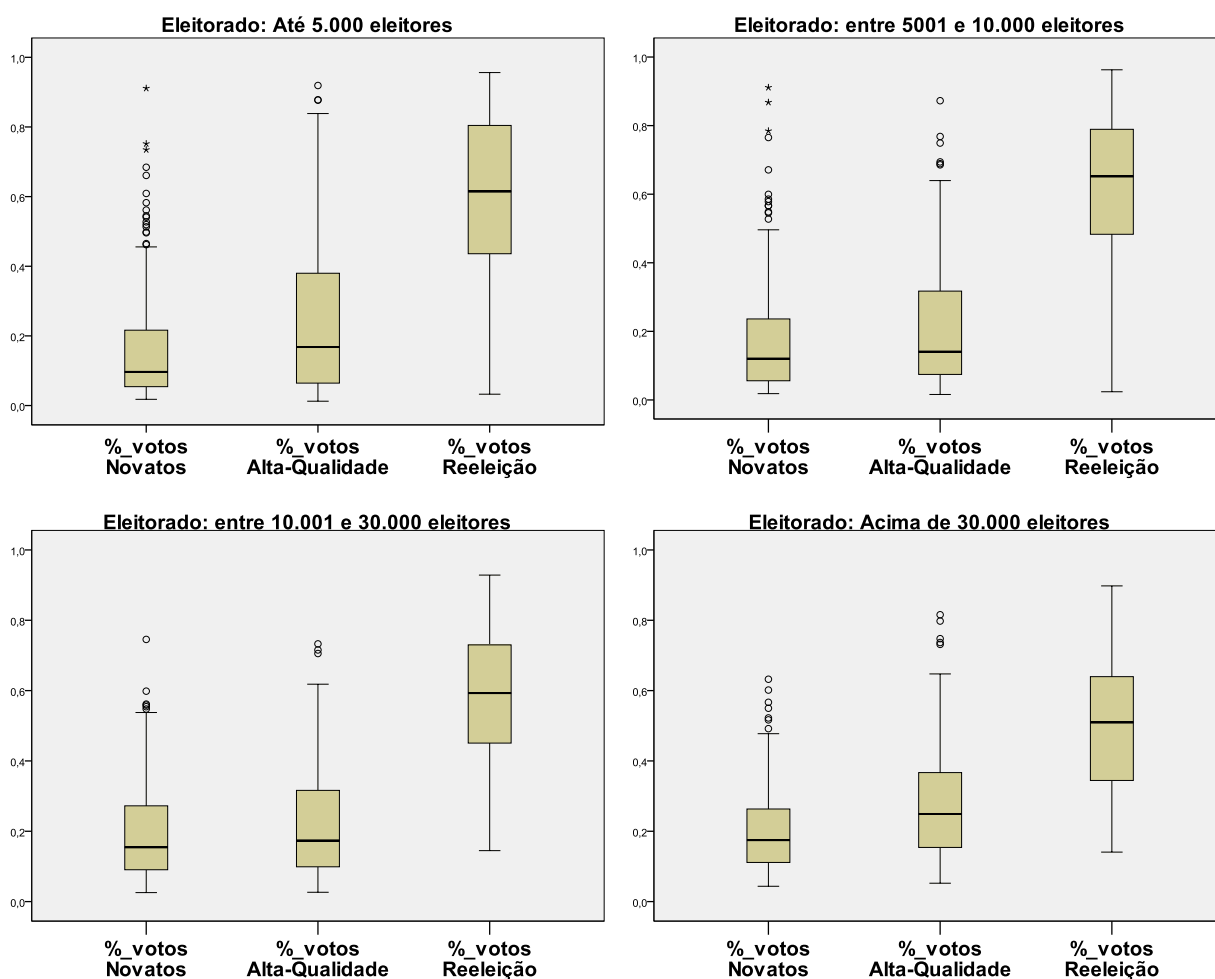
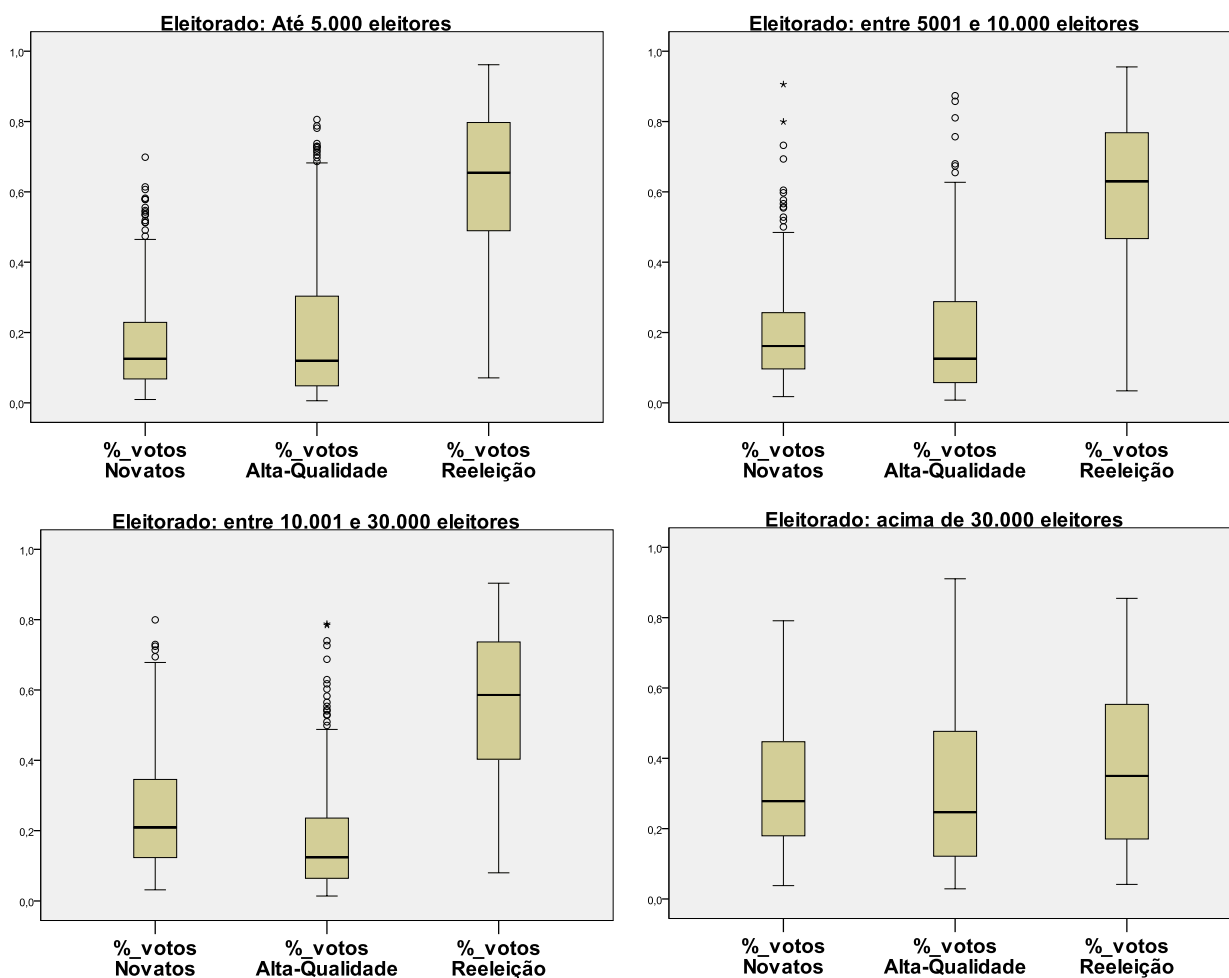


Figura 6 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios



Na eleição federal, a mediana do percentual de votos dos candidatos novatos sobe de 10% do conjunto de votos, nos municípios menores, para 17%, nos municípios maiores; a mediana do percentual de votos dos candidatos de alta-qualidade sobe de 17%, nos municípios com até 5.000 eleitores, para 25% nos municípios acima de 30.000 eleitores; já a mediana dos candidatos à reeleição era de 62%, nos municípios menores e reduziu-se para 51%, nos municípios maiores. Na eleição estadual, a mediana do percentual de votos, obtida pelos candidatos novatos, era de 13%, nos municípios com até 5.000 eleitores, e foi para 28%, nos municípios acima de 30.000 eleitores; a mediana dos candidatos de alta-qualidade era de 12%, nos municípios menores, e foi para 25%, nos municípios maiores; já os candidatos à reeleição obtiveram mediana de 65%, nos municípios com menos de 5.000 eleitores, e de 35%, nos municípios com mais de 30.000 eleitores.

Apesar de os candidatos à reeleição continuarem apresentando desempenho superior ao dos outros candidatos em todos os municípios, a diferença entre o percentual de votos alcançada por eles reduz-se na medida em que aumenta o total do eleitorado. Em contrapartida, os candidatos novatos e de alta-qualidade apresentam substancial melhora nos municípios com mais de 30.000 eleitores.

Veja-se agora como se deu o desempenho dos perfis de candidatos, nos municípios, a partir do grau de desenvolvimento medido por meio do IDH-M.

Figura 7 – Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios

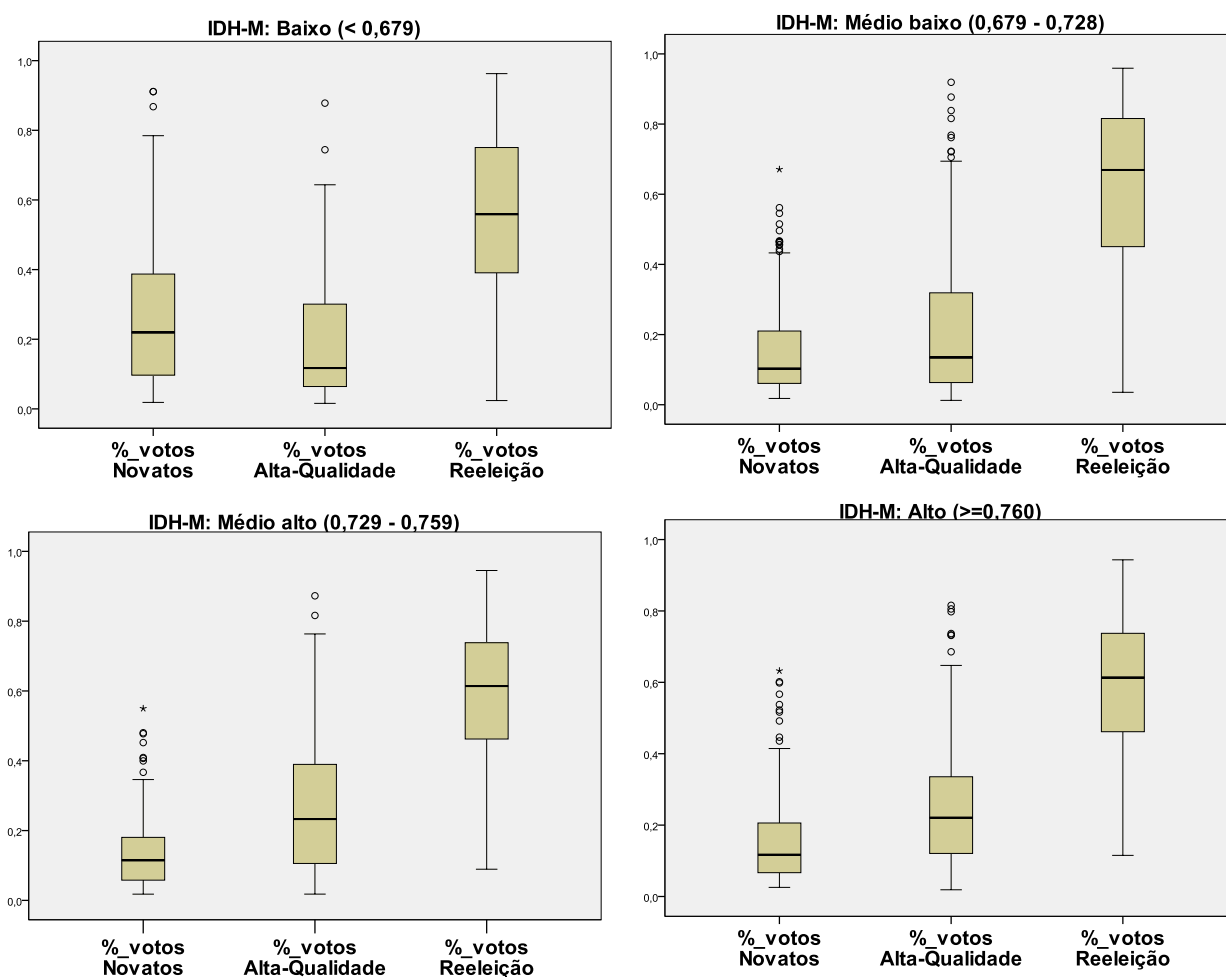
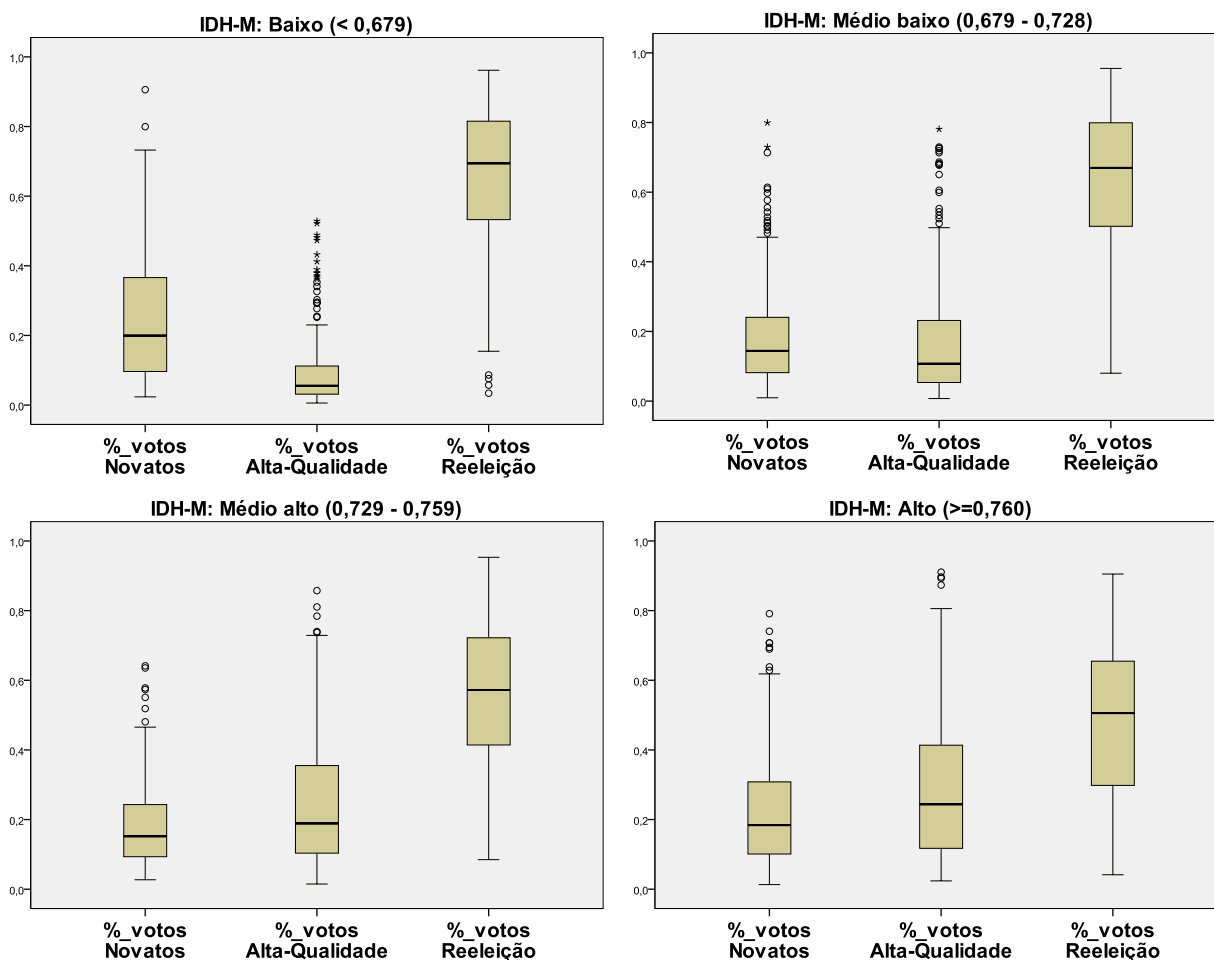


Figura 8– Boxplot do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios



Na eleição federal, a mediana do percentual de votos dos candidatos novatos cai de 22%, do conjunto de votos, nos municípios com baixo IDH-M, para 12%, nos municípios com alto IDH-M; enquanto a mediana do percentual de votos dos candidatos de alta-qualidade sobe de 12%, nos municípios com baixo IDH-M, para 22%, nos municípios com alto IDH-M; a mediana dos candidatos à reeleição sobe de 56%, nos municípios com baixo IDH-M, para 61%, nos municípios com alto IDH-M. Na eleição estadual, a mediana do percentual de votos dos candidatos novatos era de 20%, nos municípios com IDH-M baixo, e foi para 18%, nos municípios com IDH-M alto; a mediana dos candidatos de alta-qualidade era de 6%, nos municípios com IDH-M baixo, e foi para 24%, nos municípios com IDH-M alto; e os candidatos à reeleição obtiveram mediana de 69%, nos municípios com IDH-M baixo, que caiu para 51%, nos municípios com IDH-M alto.

Os candidatos à reeleição continuaram demonstrando desempenho superior ao dos novatos e ao dos de alta-qualidade mesmo quando os municípios foram separados de acordo com o seu grau de desenvolvimento. Mas, apesar de eles manterem um bom desempenho em todos os tipos de municípios, o desempenho dos candidatos de alta-qualidade melhorou significativamente, em ambas as eleições, nos municípios mais desenvolvidos; nas eleições estaduais a melhora foi ainda mais acentuada do que na eleição federal. Chama atenção, também, a queda no desempenho dos candidatos novatos, nas eleições federais, nos municípios com maior IDH-M. Esta redução poderia indicar que os municípios com maior IDH-M seriam os menos dispostos a aventurar-se com candidatos novatos. São necessários outros estudos para a comprovação disto.

Antes de tentar explicações para a melhora no desempenho dos candidatos novatos e alta-qualidade, primeiramente, serão realizados alguns modelos de regressão linear que permitirão análises estatísticas mais robustas sobre a relação entre o percentual dos votos alcançados, por cada perfil, em cada município e o número de eleitores e o grau de desenvolvimento dos municípios.

Modelos de regressão para o percentual de votos de cada perfil, no município

Os modelos de regressão a serem utilizados têm como objetivo verificar se o grau de desenvolvimento dos municípios e o número de eleitores podem, realmente, favorecer um melhor desempenho de determinado perfil. Nas análises anteriores, verificou-se melhora no desempenho dos candidatos novatos e alta-qualidade, em municípios com mais de 30.000 eleitores e em municípios com IDH-M alto. Os modelos de regressão possibilitarão conferir se este efeito, realmente, está presente nas eleições federais e estaduais que ocorreram em 2010, em MG.

Ao todo, serão realizados seis modelos de regressão, um para cada perfil, em cada uma das eleições analisadas (federal e estadual). Desta forma, haverá três variáveis dependentes que serão replicadas nas duas eleições (somando um total de seis regressões): % de votos dos novatos, % de votos alta-qualidade e % de votos reeleição. Estas três variáveis representam o percentual de votos obtida por perfil, em cada um dos municípios.

Como variáveis independentes, serão utilizadas as mesmas variáveis das análises anteriores: número de eleitores e IDH-M. Serão acrescentadas, também, mais três variáveis

de controle: número de candidatos novatos, número de candidatos de alta-qualidade e número de candidatos à reeleição. As variáveis de controle são válidas para verificar se a melhora no desempenho de determinado perfil ocorreu em decorrência de aumento no número de candidatos na cidade. Este efeito poderia ocorrer em cidades em que o número de candidatos de um perfil é muito maior do que o de outro, o que influenciaria no seu desempenho, fazendo com que o melhor desempenho não seja resultado de maior votação em alguns candidatos do perfil, mas de uma pequena votação em um grande número de candidatos.

Resumindo, os modelos apresentados a seguir têm as seguintes variáveis independentes:

- Log(Eleitorado) – representa o número de eleitores em cada município. Foi utilizada a função logarítmica da variável para permitir melhor ajuste ao modelo;
- IDH-M 2000 –Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;
- Log(número de candidatos novatos) –número de candidatos novatos que obtiveram votação no município. Foi utilizada a função logarítmica da variável para permitir melhor ajuste ao modelo;
- Log(número de candidatos de alta-qualidade) –número de candidatos do perfil alta-qualidade que obtiveram votação no município. Foi utilizada a função logarítmica da variável para permitir melhor ajuste ao modelo;
- Log(número de candidatos reeleição) – número de candidatos do perfil reeleição que obtiveram votação no município. Foi utilizada a função logarítmica da variável para permitir melhor ajuste ao modelo.

Eis os resultados dos modelos de regressão linear múltipla:

Tabela 14 – Modelos de regressão linear múltipla para a relação entre grau de desenvolvimento e número de eleitores nos municípios e percentual de votos obtido por cada perfil, na eleição para deputado federal e estadual, em MG, em 2010

	Variável dependente ²⁵		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Federal	%_votos Novatos (Erro Padrão)	%_votos Alta-qualidade (Erro Padrão)	%_votos Reeleição (Erro Padrão)
Constante	0,636** (0,078)	0,097 (0,085)	0,549** (0,100)
Log (Eleitorado)	0,027 (0,032)	-0,246** (0,029)	0,019 (0,035)
IDHM_2000	-1,074** (0,092)	0,466** (0,117)	0,634** (0,141)
Log (Nº de candidatos novatos)	0,120 (0,044)	-	-
Log (Nº de candidatos de alta-qualidade)	-	0,549** (0,057)	-
Log (Nº de candidatos Reeleição)	-	-	-0,343** (0,084)
R²	0,16	0,11	0,05
* Significante ao nível de 0,05 ** Significante ao nível de 0,01			
	Variável dependente		
	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Estadual	%_votos Novatos (Erro Padrão)	%_votos Alta-qualidade (Erro Padrão)	%_votos Reeleição (Erro Padrão)
Constante	0,187** (0,086)	-0,553** (0,103)	1,660** (0,104)
Log (Eleitorado)	0,084** (0,032)	-0,077** (0,027)	-0,157** (0,031)
IDHM_2000	-0,570** (0,100)	1,239** (0,127)	-0,843** (0,140)
Log (Nº de candidatos novatos)	0,063 (0,040)	-	-
Log (Nº de candidatos de alta-qualidade)	-	0,115 (0,044)	-
Log (Nº de candidatos Reeleição)	-	-	0,100 (0,055)
R²	0,10	0,15	0,12
* Significante ao nível de 0,05 ** Significante ao nível de 0,01			

Com relação aos resultados, a variável log(eleitorado), na eleição federal, apresentou significância apenas no modelo para candidatos de alta-qualidade; o resultado foi de uma redução de 0,246 no percentual de votos do perfil para cada aumento de 1% no número de eleitores do município. Na eleição estadual, houve aumento de 0,08 no percentual de votos obtidos pelos candidatos novatos para cada aumento de 1% no eleitorado do município. O resultado segue a mesma direção da relação encontrada nas análises de medianas realizadas. Em relação ao percentual de votos, obtido pelos candidatos de alta-qualidade, os resultados apresentaram direção inversa, havendo redução

²⁵ A equação que especifica cada um dos modelos é a seguinte:

$$\% \text{ votos de cada perfil} = a + \beta_1 \text{Log(eleitorado)} + \beta_2 \text{IDH-M}_{2000} + \beta_3 \text{Log(Nº de candidatos)} + E$$

no percentual de votos obtidos por eles na medida em que cresceu o número de eleitores na cidade. Com relação aos candidatos à reeleição, o resultado da regressão seguiu as análises das medianas, uma redução no percentual de votos na medida em que cresce o eleitorado.

Já na relação entre IDH-M e percentual de votos dos perfis, os resultados seguiram a mesma direção das análises das medianas. De acordo com o conjunto de regressões, para cada aumento de uma unidade, no índice do IDH-M, houve, no caso dos candidatos novatos, redução no percentual de votos, tanto na eleição federal quanto na estadual; no caso dos candidatos de alta-qualidade, registrou-se também, para cada aumento de uma unidade no IDH-M, aumento no percentual de votos na eleição estadual e federal; e, para os candidatos à reeleição, o aumento de uma unidade no índice do IDH-M resultou em aumento do percentual de votos na eleição federal e redução na eleição estadual.

4.3 Conclusão

A utilização dos perfis de candidatos e o uso das proporções de votos, obtidas por cada perfil, em cada município, foram utilizados, neste capítulo, com o intuito de permitir novas formas de dimensionar as diferenças entre a força eleitoral dos candidatos. Entende-se que o objetivo foi atingido, pois o uso destas técnicas permitiu visualizar importantes regularidades na relação entre desempenho eleitoral dos candidatos, número de eleitores e desenvolvimento dos municípios.

Apesar de os candidatos à reeleição continuarem apresentando desempenho superior ao dos outros candidatos, as análises empreendidas, neste capítulo, trouxeram novidades, principalmente sobre o desempenho dos candidatos de alta-qualidade. O crescimento consistente dos candidatos de alta-qualidade, em municípios com maior IDH-M, foi o resultado que mais se destacou neste capítulo. As análises das medianas apontaram este crescimento nas eleições federais e estaduais e o resultado das regressões seguiu a mesma tendência, comprovando a validade dos resultados. Já o crescimento da votação dos candidatos novatos, em municípios maiores, resultado levantado pelas análises das medianas, não se mostrou consistente quando a relação foi controlada pelo número de candidatos nos modelos de regressão.

Pela robustez dos resultados apresentados em relação aos candidatos de alta-qualidade acredita-se ser relevante que, em estudos futuros, pesquisadores busquem compreender as razões para o melhor desempenho deles em municípios com maior IDH_M. É de se acreditar que esta relação dar-se-ia devido ao fato de que, em municípios com grau de desenvolvimento mais avançado poder-se-ia vislumbrar a possibilidade de eleger um representante legislativo da cidade a partir da concentração dos votos em apenas um candidato; com isso, a votação de lideranças locais poderia crescer e os municípios conseguiriam eleger representantes mais próximos de sua realidade local. Mas, para verificar esta relação deve-se olhar para as estratégias eleitorais, utilizadas pelos candidatos e, também, para o comportamento apresentado pelos eleitores destes municípios. Este trabalho não é capaz de responder a estas questões, sendo que a hipótese poderá ser verificada em estudos futuros.

Para o caso de haver interesse na verificação de como se deu a distribuição dos votos dos candidatos, a partir da concentração ou dispersão dos votos, as tabelas com tais resultados são disponibilizadas no anexo III.

CAPÍTULO 5 – ALGUMAS EXPLICAÇÕES PARA A FORÇA ELEITORAL DOS CANDIDATOS

5.1 Introdução

Os capítulos anteriores apresentaram como a classificação de perfis traz avanços para a compreensão dos padrões de votação, nas eleições legislativas brasileiras. A partir desta categorização foi possível dimensionar as diferenças no conjunto de votos obtidos pelos diferentes tipos de candidatos e, também, visualizar como os votos distribuíram-se em contextos municipais distintos. O uso da categorização em candidatos novatos, de alta-qualidade e reeleição mostrou como os perfis diferenciam-se entre eles e também como os candidatos assemelham-se dentro dos grupos. Os padrões similares dentro dos grupos e as diferenças entre os grupos parecem validar o constructo, pois seguem a mesma lógica do modelo proposto por Jacobson (1989), os candidatos à reeleição possuem força eleitoral superior a todos outros e os candidatos de alta-qualidade são superiores aos novatos.

O próximo passo é estudar as razões da superioridade apresentada pelos candidatos à reeleição e entender os motivos de, mesmo com esta força eleitoral majoritária, eles ainda obterem derrotas eleitorais. Faz-se importante, também, aprofundar o conhecimento de quais são os candidatos de alta-qualidade e novatos que venceram as eleições; o conhecimento de tais candidatos pode lançar luz sobre as razões da derrota eleitoral dos candidatos à reeleição.

Para isso, este capítulo ultrapassa os objetivos iniciais e busca, mesmo que introdutoriamente, algumas razões para a força eleitoral dos perfis de candidatos. As análises aqui apresentadas não pretendem ser conclusivas, mas apontar caminhos para elucidar as razões da força eleitoral dos perfis.

5.2 Benefícios dos candidatos à reeleição

A discussão teórica, realizada no primeiro capítulo, apontava que a força eleitoral dos candidatos à reeleição poderia ser originada dos inúmeros benefícios, adquiridos pelos deputados, durante o exercício do mandato eleitoral (Mayhew, 1974; Fiorina, 1977; Fenno, 1978 e Jacobson, 1989). Eles utilizariam as verbas e recursos institucionais para manter-se em constante contato com os eleitores e, com isso, conseguiriam, em troca, os votos e

apoio dos mesmos. Segundo estes estudos, tais vantagens institucionais permitiriam que os deputados adquirissem força eleitoral bastante superior a de seus concorrentes, pois estariam exercendo atividades com finalidades eleitorais, durante todo o exercício do mandato.

A próxima tabela mostra um resumo dos benefícios que os deputados têm ao seu dispor durante o mandato legislativo.

Tabela 15 – Resumo dos benefícios mensais obtidos pelos deputados federais e estaduais durante o exercício do mandato

Tipo de Verba	Descrição	Deputado Federal	Deputado Estadual
Salário	Com acréscimo de 13º, 14º e 15º salários para cada sessão legislativa	R\$ 26.724,46	R\$20.043,35
Auxílio moradia	Destinada a deputados que são oriundos de outros estados ou municípios.	R\$ 3.000,00	R\$2.250,00
Verba de gabinete	Destinada a contratação de funcionários que podem trabalhar na Câmara dos Deputados (limite de até 25), na ALMG (limite de até 23) ou nos municípios de atuação do deputado Cota a ser utilizada com:	R\$ 60.000,00	R\$ 52.024,50
Cota para exercício da atividade parlamentar	passagens aéreas; telefonia; serviços postais; manutenção de escritórios de apoio à atividade parlamentar; assinatura de publicações; fornecimento de alimentação do parlamentar; hospedagem; locação ou fretamento de aeronaves, embarcações e veículos automotores; combustíveis e lubrificantes; serviços de segurança prestados por empresa especializada; contratação, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar, de consultorias e trabalhos técnicos, permitidas pesquisas socioeconômicas; divulgação da atividade parlamentar, exceto nos cento e oitenta dias anteriores à data das eleições de âmbito federal, estadual ou municipal.	Para os deputados mineiros o valor é de: R\$ 27.049,62 (o valor varia de acordo com o estado do parlamentar)	R\$20.000,00
TOTAL		R\$ 116.774,08	R\$ 94.317,85

Fonte: Os dados foram coletados e sistematizados a partir dos sites da Câmara dos Deputados e da ALMG. Acessados em: março de 2012

Não se pretende julgar se os valores apresentados são altos ou injustos, o que se quer, com estes dados, é demonstrar que uma possível explicação para o melhor desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição é que têm à disposição, durante o exercício de seus mandatos, grande volume de recursos que lhes permitem construir verdadeiras máquinas eleitorais. Sendo assim, é esperado que o desempenho eleitoral destes candidatos seja superior ao dos outros dois perfis apresentados: os novatos e os de alta-qualidade.

Mas, apesar de os dados levantados nesta dissertação mostrarem desempenho superior dos candidatos à reeleição e de eles desfrutarem de um grande número de benefícios que, ao longo de seus mandatos, podem ser direcionados para o exercício de atendimento ao seu eleitorado, com a intenção de obterem retornos eleitorais, os deputados, ainda sim, também perdem eleições. Logo, é necessário a busca de explicação sobre quais variáveis interferem para o desempenho eleitoral dos candidatos.

5.3 Financiamento eleitoral

Os estudos legislativos norte-americanos (Jacobson, 1983, 1989a, 1989b, 1992; Abramowitz, 1991), bem como os estudos brasileiros (Samuels, 2001), apontam, como uma das principais variáveis preditoras do sucesso eleitoral, a capacidade de arrecadação financeira dos candidatos. Como as campanhas eleitorais, no Brasil, são caras, a capacidade de arrecadar dinheiro torna-se elemento importante para a compreensão da dinâmica da competição eleitoral.²⁶ Desta forma, é conveniente verificar a relação entre o desempenho eleitoral dos perfis de candidatos e o seu poder de arrecadação financeira.

Na literatura norte-americana, entre outros trabalhos, vale destacar a análise de Jacobson (1992), que possui interessante e diferente análise da relação entre candidatos e gastos de campanha. Segundo ele, o valor gasto na campanha de um candidato à reeleição está relacionado ao tamanho do risco que ele possui de perder as eleições. A tese de Jacobson é que os candidatos à reeleição que mais gastam dinheiro seriam os que se consideram mais vulneráveis, em determinado período eleitoral. Para Jacobson (1992), os candidatos à reeleição já gastariam grande volume de dinheiro, durante o exercício do mandato, para divulgar as suas ações e manter contato direto com os eleitores. Este esforço realizado durante o mandato, reduziria a necessidade de, um alto gasto financeiro, durante as campanhas eleitorais. Em relação aos candidatos desafiantes a situação seria inversa, pois teriam apenas o período eleitoral para se tornar conhecidos, precisando gastar muito mais durante as eleições.

No caso brasileiro, Samuels (2001) faz análise comparativa entre o volume financeiro, arrecadado pelos candidatos à reeleição e pelos outros concorrentes que venceram as eleições para a Câmara dos Deputados. A sua conclusão é de que os

²⁶Apesar da existência de um receio analítico sobre os dados fornecidos pelo TSE, referentes à arrecadação e ao gasto das campanhas eleitorais, pois é de conhecimento geral que as campanhas eleitorais brasileiras utilizam, além dos valores declarados, verbas não declaradas conhecidas como “caixa 2”. Mas, como demonstrado por Samuels (2003), os dados oficiais do TSE podem levar a boas inferências sobre os valores arrecadados, pelos candidatos, e sobre quem foram os financiadores.

candidatos à reeleição e os concorrentes que venceram as eleições arrecadam de maneira igual e necessitam da mesma quantidade de recursos financeiros para serem eleitos. Portanto, segundo ele, os candidatos brasileiros apresentariam um comportamento diferente do norte-americano que, como demonstra Jacobson (1992), teria como padrão uma arrecadação dos candidatos novatos e de alta-qualidade, que vencem as eleições, maior do que a dos candidatos à reeleição. Segundo Samuels, estes resultados implicariam que uma mudança na regra eleitoral sobre o financiamento de campanha (financiamento público, por exemplo) afetaria igualmente o desempenho de ambos os perfis. Para ele, o modelo brasileiro de financiamento irrestrito favoreceria apenas os candidatos mais ricos ou que conseguem maiores quantias arrecadadas, não importando se são candidatos à reeleição ou candidatos novatos.

A partir do cenário apresentado por Jacobson (1992) e Samuels (2001), o trabalho prossegue verificando-se como ocorreu o desempenho dos perfis de candidatos, a partir da quantidade de recursos financeiros gastos por eles.

Mas, primeiramente, é necessário investigar qual a correlação existente entre o valor financeiro, gasto pelos candidatos, e a votação nominal obtida por eles. Esta análise tem como foco verificar se, como apontado pelos estudos citados, o gasto de campanha pode ser utilizado como variável preditora do desempenho eleitoral dos candidatos.

Tabela 16 – Correlação linear de Pearson entre o valor financeiro gasto e a votação nominal dos candidatos a deputado, na eleição federal e estadual, em MG

Correlação de Pearson		Votação Nominal
Federal	Valor gasto	0,826**
Estadual	Valor gasto	0,767**
**, Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).		

Por meio da correlação de Pearson, em ambas as eleições, encontram-se coeficientes com correlação alta, positiva e significativa. Na eleição federal, a correlação entre valor gasto e votação nominal ficou em 0,826; na eleição estadual o coeficiente foi de 0,767. Isto significa que a votação dos candidatos aumenta na medida em que aumenta o valor gasto na campanha. Desta forma, como os estudos brasileiros e norte-americanos já apontavam, há, realmente, forte relação entre desempenho eleitoral e volume de recursos financeiros usados na campanha.

As tabelas, a seguir, permitem verificar se houve diferenças entre os valores gastos na campanha para cada um dos perfis de candidatos.

Tabela 17 – Estatísticas descritivas para o volume de recursos financeiros gastos pelos candidatos eleitos e não eleitos, nas eleições federais e estaduais, em MG, no ano de 2010

		Federal		
Novato		Geral	Eleito	Não Eleito
	Média	R\$ 76.993,93	R\$ 2.204.368,20	R\$ 38.078,55
	Mediana	R\$ 4.398,91	R\$ 2.190.437,75	R\$ 4.199,76
	Desvio-padrão	R\$ 375.452,00	R\$ 1.575.034,50	R\$ 145.118,79
	Mínimo	R\$ 34,25	R\$ 108.436,34	R\$ 34,25
	Máximo	R\$ 3.912.173,80	R\$ 3.912.173,80	R\$ 1.917.144,40
Alta-qualidade		Geral	Eleito	Não Eleito
	Média	R\$ 473.192,73	R\$ 1.322.204,43	R\$ 252.449,69
	Mediana	R\$ 178.916,86	R\$ 1.453.079,60	R\$ 108.451,37
	Desvio-padrão	R\$ 668.833,00	R\$ 732.717,62	R\$ 439.976,94
	Mínimo	R\$ 1.185,99	R\$ 382.802,97	R\$ 1.185,99
	Máximo	R\$ 2.720.939,20	R\$ 2.720.939,20	R\$ 2.286.659,50
Reeleição		Geral	Eleito	Não Eleito
	Média	R\$ 1.457.100,00	R\$ 1.625.266,22	R\$ 937.385,66
	Mediana	R\$ 1.277.700,00	R\$ 1.541.678,35	R\$ 745.547,00
	Desvio-padrão	R\$ 804.968,00	R\$ 824.186,45	R\$ 464.953,37
	Mínimo	R\$ 199.007,58	R\$ 199.007,58	R\$ 494.246,66
	Máximo	R\$ 3.675.375,50	R\$ 3.675.375,50	R\$ 1.802.999,80

		Estadual		
Novato		Geral	Eleitos	Não Eleitos
	Média	R\$ 48.929,66	R\$ 939.764,35	R\$ 33.134,72
	Mediana	R\$ 5.044,08	R\$ 878.769,30	R\$ 4.850,55
	Desvio-padrão	R\$ 169.427,00	R\$ 595.038,80	R\$ 95.967,82
	Mínimo	R\$ 63,50	R\$ 130.265,76	R\$ 63,50
	Máximo	R\$ 2.419.179,20	R\$ 2.419.179,20	R\$ 942.015,70
Alta-qualidade		Geral	Eleitos	Não Eleitos
	Média	R\$ 225.534,95	R\$ 572.169,36	R\$ 178.392,67
	Mediana	R\$ 126.036,72	R\$ 391.220,06	R\$ 106.640,55
	Desvio-padrão	R\$ 276.037,00	R\$ 402.033,50	R\$ 216.964,71
	Mínimo	R\$ 4.269,84	R\$ 135.623,80	R\$ 4.269,84
	Máximo	R\$ 1.392.779,00	R\$ 1.392.779,00	R\$ 1.186.038,40
Reeleição		Geral	Eleitos	Não Eleitos
	Média	R\$ 701.455,57	R\$ 750.434,86	R\$ 526.529,54
	Mediana	R\$ 592.585,75	R\$ 646.218,91	R\$ 459.203,20
	Desvio-padrão	R\$ 438.020,00	R\$ 450.728,32	R\$ 349.100,12
	Mínimo	R\$ 93.049,60	R\$ 93.049,60	R\$ 138.344,02
	Máximo	R\$ 2.432.022,00	R\$ 2.432.022,00	R\$ 1.238.379,60

Os dados sobre as eleições legislativas, em Minas, comprovam o que Samuels (2001, 2003) já havia apontado: nas eleições legislativas brasileiras, os candidatos à reeleição, bem como os seus desafiantes, precisam gastar um enorme volume financeiro para conseguirem ser eleitos. Isto pode ser notado pela grande diferença, apontada na tabela, entre os valores gastos pelos candidatos eleitos e os valores gastos pelos candidatos não eleitos. Como era de se esperar, o perfil de candidatos à reeleição foi o único que apresentou alta média e mediana no volume de recursos gastos, até mesmo para os candidatos que não foram eleitos.

Apesar de Samuels (2001) acreditar que há diferenças entre o padrão de arrecadação das eleições norte-americanas e o padrão brasileiro, os dados deste trabalho parecem discordar de Samuels (2001) e confirmar a tese de Jacobson (1991). Mesmo os candidatos eleitos de cada perfil tendo apresentado volume de arrecadação muito próximo, entre eles, os dados mostram que a média e a mediana dos gastos dos candidatos novatos, eleitos, foi muito maior, tanto na eleição federal quanto na estadual, do que dos candidatos eleitos dos outros perfis. Esta diferença nos gastos mostra que os candidatos novatos, para tornarem-se competitivos, precisam gastar mais do que os outros, segundo tese de Jacobson (1991).

O gasto financeiro dos candidatos de alta-qualidade também apresenta algumas importantes diferenças: este perfil de candidatos foi o que obteve as menores médias e medianas, no total dos gastos de campanha, entre os candidatos que foram eleitos. Isto significa que para os candidatos eleitos este foi o perfil que precisou de menor volume de recursos financeiros. Este resultado pode estar relacionado com alguns dos *insights*, citados anteriormente, que apontam uma provável estratégia de concentração dos votos dos candidatos de alta-qualidade, em municípios maiores. Desta forma, a concentração dos votos dos candidatos de alta-qualidade poderia ser a estratégia economicamente mais viável e eficiente para estes candidatos. Estudos futuros devem buscar compreender melhor os fatores que levariam candidatos de alta-qualidade a vencer as eleições.

Para conseguir dimensionar melhor as diferenças apresentadas entre o valor gasto, por cada perfil, serão realizados dois modelos de regressão linear simples, um para a eleição federal e outro para eleição estadual.

Da mesma forma que a votação nominal dos candidatos, a distribuição dos valores individuais do total de recursos financeiros, gastos por eles (tanto na eleição federal como na eleição estadual) possui grande variabilidade, apresentada pelos desvios-padrão.

O volume de recursos gastos não tem distribuição normal adequada para a realização de um modelo de regressão. Para corrigir a distribuição do volume de recursos gastos, que será a variável dependente, será utilizada a sua função logarítmica. Assim, o modelo de regressão alcança um ajuste mais adequado para a realização de seus cálculos e não viola os requisitos necessários para a realização do modelo. Como variáveis independentes serão usadas duas variáveis *dummies*, originadas da variável perfil. Esta era uma variável categórica com três categorias sendo: 1 – Novato, 2 – Alta-qualidade e 3 –

Reeleição. Novato foi escolhido como categoria de referência, o que gerou as seguintes variáveis *dummies*:

Reeleição: a categoria reeleição recebe o valor 1 e as demais o valor 0.

Alta-qualidade: a categoria alta-qualidade recebe o valor 1 e as demais o valor 0.

Tabela 18– Regressão linear entre o perfil dos candidatos e o valor gasto na campanha

Variável Dependente: Log do valor gasto ²⁷			
Modelo 1 – Federal	Beta	Erro Padrão	R ²
(Constant)	3,80**	0,04	0,52
Reeleição (1)	2,29**	0,12	
Alta-qualidade (1)	1,38**	0,10	
Modelo 2 - Estadual	Beta	Erro Padrão	R ²
(Constant)	3,84**	0,03	0,46
Reeleição (1)	1,91**	0,09	
Alta-qualidade (1)	1,20**	0,07	

** Significante ao nível de 0,01

Como a variável dependente do modelo – recursos financeiros gastos na campanha – foi medida por meio da sua função logarítmica, a interpretação dos coeficientes deve ser feita pelo percentual do impacto de cada variável independente sobre a dependente. Os resultados revelam que, nas eleições para deputado federal, ser candidato à reeleição aumenta aproximadamente em 230% o volume financeiro gasto na campanha, enquanto que ser candidato de alta-qualidade aumenta aproximadamente em 138%. Já nas eleições para deputado estadual, ser candidato à reeleição aumenta aproximadamente em 191% o valor gasto na campanha, enquanto que ser candidato de alta-qualidade aumenta aproximadamente em 120%.

Os resultados destes dois modelos de regressão comprovam, mais uma vez, a superioridade apresentada pelos candidatos à reeleição. De modo semelhante às outras análises realizadas nesta hipótese, os candidatos à reeleição apresentaram volume de gastos financeiros superior ao dos candidatos novatos e alta-qualidade. Se, como visto, existe forte associação entre volume de gastos financeiros e votação nominal dos candidatos, mais uma vez o desempenho dos candidatos à reeleição mostrou-se surpreendente. Em relação à classificação do perfil de candidatos, mais uma vez, ela mostrou-se estratégia

²⁷ A equação que especifica os dois modelos é a seguinte:

$$\text{Log(valor gasto)} = a + \beta_1 \text{Reeleição} + \beta_2 \text{Alta-qualidade} + E$$

eficiente para compreensão das diferenças entre os candidatos; os resultados seguiram a lógica esperada: candidatos à reeleição gastam mais do que todos os candidatos e os de alta-qualidade gastam mais do que os novatos.

Além de comprovar a superioridade demonstrada pelos candidatos à reeleição, em relação ao volume de gastos, os dados também reafirmaram, em parte, as teses de Samuels (2001) e de Jacobson (1991). Com relação a Samuels (2001) os dados mostraram que a realidade eleitoral brasileira é realmente marcada pela capacidade de arrecadação dos candidatos. Os candidatos eleitos gastaram muito mais do que os derrotados. Sendo assim, Samuels está correto quando aponta que as eleições legislativas brasileiras são caras, tanto para os candidatos à reeleição como para os candidatos desafiantes. Mas os dados também revelaram, como ressaltado por Jacobson (1991), que os candidatos novatos, eleitos precisaram de volume de recursos muito maior do que o dos candidatos à reeleição.

5.4 Candidatos de alta-qualidade e novatos eleitos

No decorrer desta dissertação, os candidatos à reeleição, como esperado, apresentaram desempenho bastante superior ao dos outros concorrentes; mesmo assim, os candidatos de alta-qualidade e novatos obtiveram vitórias eleitorais. Portanto, para se entender o desempenho eleitoral dos candidatos, como última análise, propõe-se verificar, individualmente, quais os candidatos de alta-qualidade e novatos que venceram as eleições. Compreender melhor as características individuais dos vencedores destes perfis permite aprofundar a análise das razões de candidatos à reeleição perderem eleições e, também, alguns dos motivos que elevam o desempenho eleitoral dos candidatos.

Quadro 1 - Candidatos novatos e de alta-qualidade eleitos nas eleições legislativas, em MG, no ano de 2010 - Deputados federais

Perfil	Deputado	Partido	Valor Gasto na campanha	Profissão	Principais mandatos e cargos ocupados
Novato	RENZO BRAZ	PP	3.912.173,80	Administrador de Empresas	Diretor administrativo- financeiro da rodoviário Líder Ltda
Novato	BERNARDO SANTANA	PR	3.800.415,00	Advogado e produtor rural	Presidente da Associação Mineira De Silvicultura
Novato	GABRIEL GUIMARÃES	PT	2.949.991,50	Advogado	Filho do ex-deputado federal Virgílio Guimarães
Novato	DIEGO ANDRADE	PR	1.430.884,00	Administrador de Empresas	Diretor da Copasa e sobrinho do senador Clésio Andrade
Novato	ZÉ SILVA	PDT	1.024.308,56	Agricultor, Agrônomo e Extensionista Rural	Presidente da Emater
Novato	DR. GRILO	PSL	108.436,34	Advogado	Advogado da Igreja Internacional da Graça
Alta Qualidade	EDUARDO AZEREDO	PSDB	2.720.939,20	Engenheiro Mecânico e Analista de Sistemas	Senador - MG, governador - MG, prefeito de BH e vice-prefeito de BH
Alta Qualidade	TONINHO PINHEIRO	PP	2.136.129,20	Comerciante	Prefeito de Ibitaré
Alta Qualidade	WELITON PRADO	PT	1.997.352,60	Repórter fotográfico	Deputado estadual, vereador em Uberlândia
Alta Qualidade	MARCUS PESTANA	PSDB	1.709.332,20	Economista e Professor Universitário	Deputado estadual, vereador em Juiz de Fora, secretário de Estado de saúde
Alta Qualidade	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	1.673.968,20	Médico Veterinário	Deputado estadual, prefeito de Divinópolis, vereador em Divinópolis
Alta Qualidade	NEWTON CARDOSO	PMDB	1.551.074,60	Advogado, Empresário, Administrador e Sociólogo	Deputado federal, prefeito de Contagem, governador de Minas Gerais, vice-governador de Minas Gerais
Alta Qualidade	DIMAS FABIANO	PP	1.453.079,60	Advogado	Deputado estadual
Alta Qualidade	LUIS TIBE	PT DO B	1.100.664,90	Empresário	Vereador em BH
Alta Qualidade	CARLAILE PEDROSA	PSDB	784.796,60	Comerciante	Prefeito de Betim

Alta Qualidade	PADRE JOAO	PT	747.187,20	Sacerdote católico	Deputado estadual por dois mandatos
Alta Qualidade	EROS BIONDINI	PTB	521.800,28	Músico e Médico veterinário	Deputado estadual, membro da Renovação Carismática Católica
Alta Qualidade	JOSE HUMBERTO SOARES	PHS	409.530,00	Comerciante, Engenheiro Mecânico e Consultor	Prefeito de Patos de Minas
Alta Qualidade	WALTER TOSTA	PMN	382.802,97	Autônomo	Deputado estadual, vereador em BH

Fonte: Os dados foram compilados a partir de informações acessadas no site da Câmara dos Deputados em março de 2012

Quadro 2 - Candidatos novatos e de alta-qualidade eleitos nas eleições legislativas, em MG, no ano de 2010 – Deputados estaduais

Perfil	Deputado	Partido	Valor Gasto na campanha	Profissão	Principais mandatos e cargos ocupados
Novato	HÉLIO GOMES	PSL	2.419.179,20	Empresário	Proprietário do Grupo Hélio Gomes - o grupo é formado por uma rede de postos de combustíveis localizados na Bahia e em MG
Novato	GUSTAVO PERRELLA	PDT	1.105.920,50	Empresário e administrador de empresas	Filho do senador Zezé Perrella (ex-presidente do Cruzeiro Esporte Clube, deputado federal e deputado estadual)
Novato	FÁBIO CHEREM	PSL	1.067.739,80	Engenheiro Civil	Fundador e proprietário da construtora Cherem Ltda, que atua em diversos estados, sobretudo em Minas Gerais
Novato	CELINHO DO SINTTROCEL	PC DO B	1.013.719,10	Escriturário	Presidente licenciado do Sindicato Dos Trabalhadores Em Transportes Rodoviários de Coronel Fabriciano (Sintrocel), ficou como primeiro suplente do PDT para a legislatura anterior (16ª)
Novato	LUIZ HENRIQUE	PSDB	887.978,60	Cirurgião-dentista	Marido da deputada estadual Elbe Brandão, assessor da secretaria extraordinária para o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Norte de Minas
Novato	NEILANDO PIMENTA	PHS	869.560,00	Advogado	Fundador da UNIPAC de Teófilo Otoni, secretário municipal de ação social da prefeitura de Teófilo Otoni
Novato	CÁSSIO SOARES	PRTB	696.603,44	Economista	Subsecretário de estado da defesa social na área de inovação e logística
Novato	TADEUZINHO	PMDB	611.311,30	Estudante de Direito	Filho do prefeito de Montes Claros Luiz Tadeu Leite (deputado federal e deputado estadual)
Novato	ULYSSES GOMES	PT	595.365,75	Gestor e administrador público	Presidente do PT de Itajubá, chefe de gabinete do deputado federal Odair Cunha, vereador em Itajubá (assumiu como suplente, por isso não foi considerado como de alta-qualidade)
Novato	MARQUES	PTB	130.265,76	Jogador profissional de futebol	Jogador profissional do Clube Atlético Mineiro
Alta Qualidade	LUZIA FERREIRA	PPS	1.392.779,00	Bióloga e professora	Vereadora em BH por dois mandatos
Alta Qualidade	JOAO VITOR XAVIER DA ITATIAIA	PRP	1.219.640,10	Jornalista e radialista	Vereador em BH, radialista da rádio Itatiaia
Alta Qualidade	PAULO LAMAC	PT	1.072.671,10	Professor e engenheiro eletricista	Vereador em BH por dois mandatos foi um dos fundadores da Associação pré-UFMG
Alta Qualidade	ANSELMO JOSÉ DOMINGOS	PTC	1.070.183,80	Advogado	Vereador em BH
Alta Qualidade	BONIFÁCIO MOURÃO	PSDB	829.888,80	Advogado	Vice-prefeito e prefeito de Governador Valadares, Deputado Estadual por quatro mandatos

Alta Qualidade	POMPILIO CANAVEZ	PT	655.104,50	Bancário aposentado	Prefeito de Alfenas
Alta Qualidade	BRUNO SIQUEIRA	PMDB	613.251,30	Engenheiro Civil	Vereador por três mandatos em Juiz de Fora
Alta Qualidade	DUILIO DE CASTRO	PMN	500.278,06	Comerciante	Vereador em Sete Lagoas por três mandatos
Alta Qualidade	FRED COSTA	PHS	391.220,06	Estudou Direito e cursa Gestão Pública	Vereador em BH por dois mandatos
Alta Qualidade	ELISMAR PRADO	PT	350.376,34	Sociólogo e músico	Deputado federal e vereador em Uberlândia
Alta Qualidade	RÔMULO VIEGAS	PSDB	333.580,70	Engenheiro Civil e professor universitário	Vereador e prefeito de São João Del-Rei
Alta Qualidade	BOSCO	PT DO B	267.559,80	Produtor agropecuário e bacharel em Direito	Vereador em Araxá
Alta Qualidade	ROGERIO CORREIA	PT	254.789,17	Professor	Deputado estadual, vereador em BH e fundador do sindicato dos trabalhadores em educação
Alta Qualidade	PASTOR CARLOS HENRIQUE	PRB	250.641,70	Pastor evangélico	Vereador em BH por três mandatos consecutivos
Alta Qualidade	FABIANO TOLENTINO	PRTB	236.028,56	Bacharel em direito	Vereador em Divinópolis
Alta Qualidade	LIZA PRADO	PSB	153.262,25	Bacharel em direito	Vereadora em Uberlândia por três mandatos
Alta Qualidade	LERIN	PSB	135.623,80	Comerciante	Vereador em Uberaba por três mandatos

Fonte: Os dados foram compilados a partir de informações acessadas no site da ALM,G em março de 2012

5.4 Conclusão

A principal conclusão do capítulo é que os candidatos à reeleição possuem capacidade de arrecadação superior à de seus concorrentes. Isto pode ser notado pela maior homogeneidade no gasto financeiro, no conjunto de candidatos à reeleição, tendo, todos eles, volume de gastos bastante acima da média. Esta superioridade na arrecadação e nos gastos de campanha faz com que todos os candidatos à reeleição sejam altamente competitivos. É importante considerar que a superioridade no volume de gastos e arrecadação dos candidatos à reeleição pode, provavelmente, ser resultado da manutenção de suas bases eleitorais. Estes candidatos, por já possuírem bases eleitorais consolidadas, além de experiência eleitoral e política, conseguiriam atrair mais investidores para as suas campanhas e, portanto, teriam mais recursos.

Enquanto isso, os novatos e de alta-qualidade não apresentam a mesma homogeneidade nos valores gastos, sendo poucos os candidatos destes dois perfis que conseguiram volume de arrecadação alto e tornaram-se candidatos mais competitivos; em grande maioria, os que conseguiram maior arrecadação elegeram-se. Chama atenção também o fato de os candidatos eleitos do perfil alta-qualidade apresentarem, na média e na mediana, menor volume de gastos do que os outros candidatos eleitos. Isto, provavelmente, ocorre pelo fato de concentrarem os votos e a campanha em poucos redutos eleitorais.

Os dados individuais dos candidatos de alta-qualidade e novatos mostraram dois aspectos importantes: o primeiro, como já foi dito, é que os candidatos destes perfis, que venceram as eleições, tiveram gastos de campanha superiores à média do grupo deles e aproximados ou acima da média dos candidatos à reeleição, tornando-se, por isto candidatos mais competitivos; o segundo é a biografia destes candidatos. Os candidatos novatos que foram eleitos possuíam importantes atributos a seu favor: eram grandes empresários, filhos de políticos, personalidades do esporte ou do rádio, etc. Ou seja, as características apresentadas por eles os qualificavam eleitoralmente e os diferenciavam dos outros candidatos de seu perfil. Em relação aos candidatos de alta-qualidade, todos já haviam sido vereadores ou prefeitos de grandes cidades ou deputados, senadores e governadores em outros momentos de suas carreiras políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que motivaram esta pesquisa tinham como objetivo principal avançar no entendimento das condições, iguais ou desiguais, da disputa eleitoral legislativa, tendo como ponto de partida o dimensionamento do desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição e dos seus concorrentes. As perguntas que direcionaram o trabalho foram: 1) A classificação de perfis de candidatos (novatos, de alta-qualidade e reeleição), utilizada por Jacobson (1989), nas eleições legislativas norte-americanas, é válida para a análise do contexto das eleições legislativas brasileiras? 2) Como se dá a competição eleitoral legislativa entre os candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos? Qual é a força relativa de cada perfil de candidato? 3) Contextos municipais distintos – número de eleitores e grau de desenvolvimento do município – podem contribuir para o entendimento do desempenho dos perfis de candidatos?

Apesar de serem questionamentos com viés empírico, havia ainda uma questão normativa que era entender se a disputa eleitoral legislativa brasileira apresenta níveis adequados de competitividade, garantindo razoável equilíbrio entre os candidatos que disputam as eleições. Sendo assim, as expectativas do trabalho foram: 1) o dimensionamento dos perfis apresentasse, em números, as diferenças entre a força dos candidatos à reeleição em relação aos outros concorrentes; 2) a separação dos concorrentes em dois perfis distintos, os candidatos com experiência política consolidada (os de alta-qualidade) e os que ainda não possuíam experiência política (os novatos), trouxesse ganhos analíticos para a comparação do desempenho eleitoral dos candidatos concorrentes; 3) verificação do desempenho de cada perfil em municípios distintos, em relação ao tamanho e grau de desenvolvimento, apresentasse novas nuances sobre o desempenho dos perfis.

A retrospectiva dos capítulos, apresentada a seguir, retoma as principais conclusões desenvolvidas no trabalho e mostra como as questões propostas foram respondidas no decorrer da dissertação.

O primeiro capítulo - *A força dos candidatos à reeleição* – realizou levantamento dos principais estudos norte-americanos que têm, como foco, o dimensionamento e a compreensão da força dos candidatos à reeleição. Ressaltou-se a importância do uso da classificação dos perfis de candidatos, análise desenvolvida por Jacobson (1989) e outros, para a compreensão do desempenho dos candidatos concorrentes. Debateu-se, também, o

que já foi feito pelos estudos brasileiros. O capítulo mostrou que, até o momento, os trabalhos brasileiros não têm demonstrado resultados que contemplem as diferenças entre os candidatos à reeleição e os outros concorrentes, pois a grande maioria dos estudos analisa apenas os candidatos que já são deputados (os candidatos à reeleição), deixando de lado a comparação entre eles e os outros concorrentes. As análises também têm focado apenas as eleições federais e não as eleições estaduais. Estas duas lacunas, apontadas no capítulo foram o ponto inicial para o desenvolvimento de toda a dissertação. Os objetivos e expectativas levantadas buscavam preencher este espaço aberto na literatura.

O segundo capítulo – *As eleições legislativas em Minas Gerais, o perfil dos candidatos e a construção dos dados* – buscou esclarecer o objeto escolhido para o estudo, tendo, para isso, primeiramente, mapeado o desempenho eleitoral, ao longo das últimas legislaturas, dos candidatos à reeleição. Em seguida, o capítulo procurou mostrar como foi realizada a classificação dos perfis de candidatos, no contexto brasileiro, quais foram os critérios adotados para que a classificação pudesse ser utilizada nas eleições legislativas brasileiras. Por último, apresentou a forma como os bancos de dados e as variáveis foram construídas para permitir o conjunto de análises subsequentes.

O terceiro capítulo – *Candidatos à reeleição, de alta-qualidade e novatos: o desempenho eleitoral de cada perfil* – mostrou como a adaptação da classificação de candidatos, utilizada por Jacobson (1989), nas eleições norte-americanas, é válida para o contexto eleitoral brasileiro, pois permite visualização comparativa do desempenho dos candidatos, nas eleições legislativas.

Os resultados comprovaram a força dos candidatos à reeleição em comparação aos outros candidatos. Apesar de ser o perfil com menor número de candidatos, eles obtêm mais da metade do total de votos do estado e são os candidatos mais votados em praticamente todos os municípios. Já os candidatos de alta-qualidade apresentam um perfil com desempenho superior ao dos novatos, corroborando a validade do uso da classificação de perfis, no cenário eleitoral brasileiro. A conclusão final da disputa entre os perfis foi: os candidatos à reeleição possuem desempenho melhor do que todos os outros candidatos e os candidatos de alta-qualidade são superiores aos novatos.

O dimensionamento da força eleitoral dos candidatos mostrou o quanto as eleições legislativas são desequilibradas a favor dos candidatos à reeleição. Merece destaque o significativo número de municípios em que os candidatos à reeleição têm como principal

concorrente outro candidato à reeleição, sendo que esta disputa entre eles poderia ser uma das possíveis causas de derrotas eleitorais neste perfil.

O quarto capítulo – *O cenário eleitoral e a força dos perfis de candidatos* – mostrou que os candidatos à reeleição são o perfil com o melhor desempenho em, praticamente, todos os municípios, independentemente do tamanho ou grau de desenvolvimento. Destacou-se, no entanto, que os candidatos de alta-qualidade apresentam desempenho eleitoral substancialmente melhor em municípios com maior IDH-M. Este desempenho dos candidatos de alta-qualidade poderia estar associado ao fato de eleitores e candidatos, nestes perfis de municípios, vislumbrarem a possibilidade de eleger um representante do município ou da região; assim, candidatos que já foram prefeitos ou lideranças expressivas na cidade teriam maior concentração de votos nestas cidades. Apesar de, para a verificação desta hipótese, serem necessários outros estudos, que ultrapassam o objetivo desta dissertação, os dados levantados pelos *boxplots* e pelas análises de regressão foram bastante consistentes no dimensionamento deste efeito.

No quinto e último capítulo – *Algumas explicações para a força eleitoral dos candidatos* – o foco deixou de ser o dimensionamento da força eleitoral dos perfis de candidatos e passou a considerar os motivos que tornam os candidatos mais competitivos eleitoralmente.

Primeiramente, foram apresentados os benefícios obtidos pelos deputados, durante o exercício do mandato e que, possivelmente, são utilizados para adquirir vantagens eleitorais. O conjunto de benefícios explicaria parte da superioridade eleitoral dos candidatos à reeleição, pois permitiria a manutenção de estrutura eleitoral, com verbas, assessores, mídia, comunicação com eleitores, etc., em atuação durante os quatro anos do mandato.

A análise dos volumes financeiros, gastos na campanha eleitoral, mostrou que os candidatos à reeleição apresentam valores médios de gastos muito maiores do que os outros candidatos. O grupo também mostrou-se o mais homogêneo, ou seja, com menores diferenças entre o volume gasto de cada candidato.

Os gastos de campanha podem ajudar a entender as vitórias eleitorais de alguns candidatos de alta-qualidade e novatos e, conseqüentemente, explicar algumas derrotas dos candidatos à reeleição. Os candidatos de alta-qualidade e novatos que conseguiram vencer

as eleições apresentaram valores médios de gastos de campanha similares ou superiores aos dos candidatos à reeleição. Com isso, ao que parece, uma das medidas necessárias, para competir com os candidatos à reeleição, seria conseguir arrecadação financeira similar ou superior à deles. Para ajudar a esclarecer as vitórias eleitorais dos candidatos novatos e de alta-qualidade o capítulo apresentou também alguns dados descritivos sobre cada um destes candidatos que venceram as eleições.

Após análises do conjunto de dados, chegou-se a três conclusões gerais. A primeira é que a classificação dos candidatos em três perfis – os candidatos à reeleição, os candidatos de alta-qualidade e os candidatos novatos– traz importantes avanços para a compreensão da realidade eleitoral brasileira. A segunda conclusão é que as eleições legislativas não são “lugar para aventureiros”. Conseguir uma cadeira na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa é tarefa difícil que requer habilidade política, grande quantidade de dinheiro e contexto eleitoral favorável, pois os deputados federais e estaduais que concorrem à reeleição possuem forte presença eleitoral em cada um dos municípios do estado e não se dispõem a ceder espaços para novos candidatos. Já a terceira conclusão é que as eleições legislativas brasileiras são marcadas por grande número de figurantes com reduzidas chances de vitória, e a competição eleitoral dá-se apenas entre pequena elite política com acesso a recursos institucionais e financeiros. Casos de aventureiros que conseguem ser eleitos, e ganham destaque na mídia, são exceções que vêm confirmar a regra.

Acredita-se que o presente estudo tenha contribuído para mostrar que, apesar da complexidade do sistema eleitoral brasileiro, é possível dimensionar a competitividade dos candidatos. O mapeamento dos grupos por perfis de candidatos, realizado nesta dissertação, abre caminho para que novas questões sejam exploradas em outros desenhos analíticos, quantitativos e qualitativos, que aprofundem o estudo das características dos candidatos às eleições legislativas e lancem luz à compreensão da competitividade das eleições e dos padrões de votação e comportamento dos candidatos. Se isso mostrar-se viável, cumpriu-se, então o objetivo da dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramowitz , Alan I.; Alexander, Brad; Gunning, Matthew. Incumbency, Redistricting, and the Decline of Competition in U.S. House Elections. **The Journal of Politics**, Vol. 68, No. 1 (Feb., 2006), pp. 75-88

Abramowitz, Alan. Incumbency, Campaign Spending, and the Decline of Competition in U.S. House Elections. **The Journal of Politics**, Vol. 53, No. 1 (Feb., 1991), pp. 34-56.

Ames, Barry. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, Vol. 39, No. 2 (May, 1995), pp. 406-433.

Ames, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Ansolabehere, Stephen; Snyder, James M. Jr; Stewart Charles. Old Voters, New Voters, and the Personal Vote: Using Redistricting to Measure the Incumbency Advantage. **American Journal of Political Science**, Vol. 44, No. 1 (Jan., 2000), pp. 17-34

Anastasia, Fátima. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, 306 p.

Carey, John M. et all. Incumbency and the Probability of Reelection in State Legislative Elections. **The Journal of Politics**, Vol. 62, No. 3 (Aug., 2000), pp. 671-700

Carson, Jamie L.; Engstrom, Erik J., Roberts, Jason M. Candidate Quality, the Personal Vote, and the Incumbency Advantage in Congress. **The American Political Science Review**, Vol. 101, No. 2 (May, 2007), pp. 289-301

Carvalho, Nelson Rojas. **E no início eram as bases**. Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Cox , Gary W. Centripetal and Centrifugal Incentives in Electoral Systems. **American Journal of Political Science**, Vol. 34, No. 4 (Nov., 1990), pp. 903-935.

Cox, Gary W. Strategic Electoral Choice in Multi-Member Districts: Approval Voting in Practice? **American Journal of Political Science**, Vol. 28, No. 4 (Nov., 1984), pp. 722-738

Cox, Gary W. Strategic Electoral Choice in Multi-Member Districts: Approval Voting in Practice? **American Journal of Political Science**, Vol. 28, No. 4 (Nov., 1984), pp. 722-738

Cox, Gary W. and Katz, Jonathan N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? **American Journal of Political Science**, Vol. 40, No. 2 (May, 1996), pp. 478-497

Ferejohn, John A. On the Decline of Competition in Congressional Elections. *The American Political Science Review*, Vol. 71, No. 1 (Mar., 1977), pp. 166-176

Fiorina, Morris P. **Congress Keystone of the Washington Establishment**. Yale University Press, 1977.

Gelman, Andrew and King, Gary. Estimating Incumbency Advantage without Bias. *American Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 4 (Nov., 1990), pp. 1142-1164

Jacobson, Gary C. Strategic Politicians and the dynamics of U.S. House elections, 1946-86. *American Political Science Review* vol.83 n.3 september 1989.

Jacobson, Gary C. Strategic Politicians and the dynamics of U.S. House elections, 1946-86. *American Political Science Review* vol.83 n.3 september 1989.

Jacobson, Gary C. The Marginals Never Vanished: Incumbency and Competition in Elections to the U.S. House of Representatives, 1952-82. *American Journal of Political Science*, Vol. 31, No. 1 (Feb., 1987), pp. 126-141

Jacobson, Gary. **The politics of congressional elections**. Harper Collins Publishers 1992.

Jacobson, Gary. **The politics of congressional elections**. Harper Collins Publishers 1992.

Krehbiel, Keith and Wright, John R. The Incumbency Effect in Congressional Elections: A Test of Two Explanations. *American Journal of Political Science*, Vol. 27, No. 1 (Feb., 1983), pp. 140-157

Lima Júnior, Olavo Brasil de. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1997

Limongi, Fernando. (1994), "O Novo Institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente". **BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)**, 37.

Mayhew, David R. Congressional Elections: The Case of the Vanishing Marginals. *Polity*, Vol. 6, No. 3 (Spring, 1974), pp. 295-317

Mayhew, David R. **Congress: The electoral connection**. Yale University. 1974

McAdams, John C. and Johannes, John R. Determinants of Spending by House Challengers, 1974-84. *American Journal of Political Science*, Vol. 31, No. 3 (Aug., 1987), pp. 457-483

Nicolau, Jairo (2007). O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: Nicolau, Jairo e Power, Timoyhy (org). **Instituições representativas no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, pp.97-123.

Pereira, Carlos; Rennó, Lucio. O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados** vol.44 no.2 Rio de Janeiro 2001

Pereira, Carlos; Rennó, Lucio. O que é que o Reeleito Tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.27, n^o4(108), pp.664-683 out/dez-2007

Samuels, David. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. **The Journal of Politics**, Vol. 63, No. 2 (May, 2001), pp. 569-584

Stone, Walter J; Et.all. Incumbency Reconsidered: Prospects, Strategic Retirement, and Incumbent Quality in U.S. House Elections. **The Journal of Politics**, Vol. 72, No. 1, January 2010, Pp. 178–190

ANEXO I – Candidatos classificados como de Alta-qualidade

As tabelas a seguir referem-se apenas aos candidatos classificados como de alta-qualidade e mostram quais das características necessárias para serem considerados como de alta-qualidade eles possuíam. Alguns candidatos tinham mais de uma das características, por exemplo: poderiam ter sido prefeito e secretário de Estado, prefeito e vereador, ou diversas outras combinações.

As tabelas estão organizadas da seguinte maneira: foram separadas pelo tipo de eleição à qual o candidato estava concorrendo, estadual ou federal, e indicam se ele possuía, ou não, determinado atributo identificado no título da tabela.

Tabela 19 - Foi prefeito entre 1996-2010

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	57	88%	118	83%
Sim	8	12%	24	17%
	65	100%	142	100%

A tabela seguinte mostra quantos candidatos classificados como alta-qualidade já haviam exercido mandato de vereador em cidades com mais de 50.000 habitantes.

Tabela 20 - Foi vereador entre 1996-2010 (em cidades acima de 50.000 hab)

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	17	26%	35	25%
Sim	48	74%	107	75%
Total	65	100%	142	100%

Dentro da classificação proposta, a maior categoria do grupo é dos candidatos que já foram vereadores em suas cidades: 74% do grupo alta-qualidade dos deputados federais e 75% do grupo dos deputados estaduais.

A seguir, os candidatos de alta-qualidade que já haviam sido secretários de estado no período de 2003-2010.

Tabela 21 - Foi Secretário de Estado entre 2003 e 2010

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	64	98%	142	100%
Sim	1	2%	-	-
Total	65	100%	142	100%

Houve outros secretários de Estado que concorreram às eleições, mas eles eram deputados licenciados e estão classificados no perfil de candidatos à reeleição. No perfil dos candidatos de alta-qualidade, o único candidato que foi secretário e enquadrou-se ao perfil foi o secretário de Saúde Marcus Pestana, do PSDB. Ele também foi classificado como candidato de alta-qualidade devido ao fato de ter exercido o cargo de deputado estadual.

Agora, os candidatos que já haviam sido governadores no estado de Minas Gerais.

Tabela 22 - Foi governador em algum período

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	63	97%	-	-
Sim	2	3%	-	-
Total	65	100%	-	-

Os únicos candidatos nas eleições legislativas mineiras de 2010 que já haviam exercido o cargo de governador do estado foram Eduardo Azeredo (PSDB) e Newton Cardoso (PMDB).

Em seguida, os candidatos que já foram senadores pelo estado de Minas Gerais.

Tabela 23 - Foi senador em algum período

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	63	97%	-	-
Sim	2	3%	-	-
Total	65	100%	-	-

Os dois candidatos que já foram senadores pelo estado de Minas Gerais eram Eduardo Azeredo (PSDB) e Wellington Salgado (PMDB).²⁸

Com relação aos candidatos considerados como alta-qualidade porque já haviam sido deputados, a classificação foi a seguinte: aqueles que exerciam mandato de deputado estadual e concorreram para o cargo de deputado federal foram classificados como candidatos de alta-qualidade na eleição federal; assim como os federais que concorreram ao cargo de deputado estadual foram classificados como de alta-qualidade na eleição para estadual. Alguns outros candidatos, que não exerciam cargo eletivo na legislatura anterior, mas que durante o período de referência (1996-2010) já haviam exercido o cargo de deputado federal ou estadual, em outras legislaturas, foram considerados como candidatos de alta-qualidade.

Tabela 24 - Foi deputado federal entre 1996-2010

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	60	92%	133	94%
Sim	5	8%	9	6%
Total	65	100%	142	100%

Tabela 25 - Foi deputado estadual entre 1996-2010

	Federal		Estadual	
	Casos	%	Casos	%
Não	55	85%	131	92%
Sim	10	15%	11	8%
Total	65	100%	142	100%

Dentro da classificação proposta, a maior categoria do grupo é constituída pelos candidatos que já foram vereadores em suas cidades: 74% do grupo de alta-qualidade dos deputados federais e 75% do grupo dos deputados estaduais. Em relação aos candidatos que já foram prefeitos, eles são 12% do grupo dos federais e 17% no grupo dos estaduais. Os candidatos que já exerceram, em períodos anteriores, mandato de deputado federal (e não eram candidatos à reeleição) foram 8% no grupo dos de alta-qualidade na eleição federal e 6% no grupo dos candidatos a deputado estadual. Os candidatos que já haviam sido deputados estaduais (e não eram candidatos à reeleição) foram 15% na eleição para

²⁸ O senador Wellington Salgado assumiu como suplente na vaga do senador Hélio Costa e exerceu a maior parte do mandato entre 2005 e 2010.

deputado federal e 8% na eleição para deputado estadual. Dois candidatos do grupo dos deputados federais já haviam sido governadores e dois tinham exercido mandato de senador. Dos candidatos que já haviam sido secretários de Estado apenas um foi classificado como de alta-qualidade, pois os outros secretários de Estado que concorreram às eleições eram deputados licenciados e foram classificados no perfil de candidatos à reeleição. As proporções e números utilizados referem-se ao grupo de candidatos de alta-qualidade e não a todos os candidatos na disputa.

ANEXO II – Candidatos classificados como Reeleição

Para entender melhor quem são os candidatos à reeleição é necessário compreender o que aconteceu com os 77 deputados estaduais e 53 deputados federais que iniciaram a legislatura 2007-2011 na ALMG e na Câmara dos Deputados.

Deputados estaduais na 16ª Legislatura (fev/2007 a jan/2011)

Dos 77 deputados estaduais que iniciaram o mandato em 2007, um teve o mandato cassado em 2009 – Maria Lúcia Mendonça (PMN); um foi eleito conselheiro do Tribunal de Contas em 2009 – Sebastião Helvécio (PDT); e cinco foram eleitos para cargos executivos: Alberto Pinto Coelho (PP) – eleito vice-governador de MG em 2010 (deixou o mandato apenas no último mês antes do término da legislatura); Elisa Costa (PT) – eleita prefeita de Governador Valadares em 2008, Luiz Tadeu Leite (PMDB) – eleito prefeito de Montes Claros em 2008, Paulo Cesar (PDT) – eleito prefeito de Nova Serrana em 2008, e Roberto Carvalho (PT) – eleito vice-prefeito de Belo Horizonte em 2008, totalizando a saída de sete deputados.

Assim, sete candidatos assumiram como suplentes e tornaram-se efetivos no decorrer da legislatura. São eles: Adelmo Carneiro Leão (PT), Carlos Gomes (PT), Ronaldo João (PDT), Duarte Bechir (PMN), Maria Tereza Lara (PT), Tenente Lúcio (PDT) e Vanderlei Jangrossi (PP) (assumiu somente no último mês de exercício do mandato).

Durante o mandato legislativo, 12 deputados estaduais, em algum momento afastaram-se da Assembleia para exercer algum cargo no Executivo. São eles:

Quadro 3 – Deputados afastados na ALMG durante a 16ª Legislatura (2007-2011)

Deputado	Cargo	Período
Agostinho Patrus Filho – PV	Secretário de Estado de Desenvolvimento Social	11/12/2008 até 27/01/2010
	Secretário de Estado de Turismo	03/01/2011 até 28/01/2011*
Braulio Braz – PTB	Secretário de Estado de Esportes e da Juventude	03/01/2011 até 28/01/2011*
Carlos Pimenta – PDT	Secretário de Estado de Trabalho e Emprego	03/01/2011 até 28/01/2011*
Dilzon Melo – PTB	Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana	02/02/2007 até 27/01/2010
Elbe Brandão – PSDB	Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas	02/02/2007 até 31/12/2010)
Fahim Sawan – PSDB	Secretário de Estado de Esportes e da Juventude	02/02/2007 até 04/04/2007
Gil Pereira – PP	Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas Social	03/01/2011 até 28/01/2011*
Gustavo Corrêa – PFL	Secretário de Estado de Esportes e Juventude	14/06/2007 até 27/01/2010
Lafayette de Andrada – PSDB	Secretário de Estado de Defesa Social	03/01/2011 até 28/01/2011*
Marcus Pestana – PSDB	Secretário de Estado da Saúde	02/02/2007 até 09/10/2008 e de 28/10/2008 até 27/01/2010
Wander Borges – PSB	Secretário de Estado de Desenvolvimento Social	03/01/2011 até 28/01/2011*
Elmiro Nascimento – PFL	Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	03/01/2011 até 31/01/2011*

Fonte: Site da ALMG, www.almg.gov.br, acessado em dezembro de 2011

*Afastamentos posteriores às eleições de 2010

Dez deputados assumiram como suplentes, pois alguns assumiram a vaga de mais de um titular, em diferentes períodos:

Quadro 4 – Deputados suplentes na ALMG (2007-2011)

Deputado	Suplência
Celinho do Sinttrocel – PC do B	Suplente de Carlos Pimenta (de 04/01/2011 até 28/01/2011)*
Irani Barbosa – PSDB	Suplente de Marcus Pestana (de 02/02/2007 até 09/10/2008 e de 10/10/2008 até 27/01/2010) e de Gustavo Corrêa (de 10/10/2008 até 27/01/2010 e de 28/01/2010 até 30/12/2010) e de Elbe Brandão (de 28/01/2010 até 30/12/2010) e de Lafayette de Andrada (de 04/01/2011 até 27/01/2011)
Juarez Távora – PV	Suplente de Agostinho Patrus Filho (de 11/12/2008 até 27/01/2010 e de 04/01/2011 até 27/01/2011)
Marcelo Queiroz – PTB	Suplente de Braulio Braz (de 04/01/2011 até 27/01/2011)*
Marcio Pimentel – PP	Suplente de Gil Pereira (de 04/01/2011 até 27/01/2011)*
Rêmolo Aloise – PSDB	Suplente de Elbe Brandão (de 02/02/2007 até 27/01/2010)
Ronaldo Magalhães – PSDB/PV	Suplente de Dilzon Melo (de 02/02/2007 até 27/01/2010)
Vilson da Fetaemg – PSB	Suplente de Wander Borges (de 04/01/2011 até 27/01/2011)*
Doutor Wilson Batista – PSL	Suplente de Elmiro Nascimento (de 04/01/2011 até 31/01/2011)*
Vanderlei Jangrossi – PP	Suplente de Fahim Sawan (de 02/02/2007 até 04/04/2007), de Gustavo Corrêa (de 14/06/2007 até 08/10/2008), de Marcus Pestana (de 28/10/2008 até 02/01/2010 e de 03/01/2011 até 27/01/2011)

Fonte: Site da ALMG, www.almg.gov.br, acessado em dezembro de 2011

* Mandato de deputado exercido posteriormente às eleições de 2010

Durante a 16^a Legislatura na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um total de 94 pessoas exerceram, pelo menos em algum período, mandato de deputado estadual. Destes 94 nomes, 72 voltaram a disputar as eleições em 2010, mas na classificação apenas 65 serão considerados candidatos à reeleição. Não foram considerados como candidatos à reeleição os deputados que, durante a legislatura, assumiram o mandato como suplentes e ficaram no cargo por curto período ou não exerciam o mandato durante o ano eleitoral. Para ser classificado como candidato à reeleição foi necessário, que o deputado tivesse tido tempo hábil suficiente para utilizar o mandato a seu favor.²⁹

2.5 Deputados federais na 53^a Legislatura (fev/2007 a jan/2011)

Dos 53 deputados federais que assumiram o mandato na 53^a Legislatura, um faleceu – Fernando Diniz (PMDB); dois foram eleitos prefeitos – Maria do Carmo Lara (PT) – eleita prefeita de Betim em 2008, Custódio Mattos (PSDB) – eleito prefeito de Juiz de Fora em 2008, e um teve o mandato cassado – Juvenil Alves (PT), em 2008. Com isto, quatro suplentes tornaram-se efetivos: Silas Brasileiro (PMDB), Paulo Delgado (PT), Marcos Lima (PMDB) e Jairo Ataíde (DEM).

No decorrer do mandato, cinco deputados licenciaram-se para assumir cargos no Governo Estadual de Minas Gerais. Foram eles:

²⁹ Um fato chama atenção. É natural que no exercício de um novo governo estadual ou federal alguns dos deputados tornem-se secretários, subsecretários ou ministros de estado e, desta maneira, licenciem-se do mandato. Mas é bastante interessante avaliar que alguns deputados deixam o cargo no último mês do mandato (janeiro) e determinados deputados são empossados para exercer o mandato por apenas um mês. Sendo este um mês de férias, quando os trabalhos legislativos estão suspensos.

Quadro 5 – Deputados de MG afastados da Câmara dos Deputados, na 53ª Legislatura (2007-2011)

Deputado	Cargo	Período
Carlos Melles - DEM/MG	Secretário de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais	de 3 a 27 de janeiro de 2011*
Alexandre Silveira - PPS/MG	Secretário Extraordinário de Gestão Metropolitana do Estado de Minas Gerais	em 3 de janeiro de 2011*
Bilac Pinto - PR/MG	Secretário de Desenvolvimento Regional e Urbano do Estado de Minas Gerais	a partir de 3 de janeiro de 2011*
Custódio Mattos - PSDB/MG	Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais	2 de fevereiro a 7 de agosto de 2007 e de 9 de agosto de 2007 a 5 de junho de 2008
Nárcio Rodrigues - PSDB/MG	Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais	a partir de 3 de janeiro de 2011*

Fonte: Site da Câmara dos Deputados, www.camara.gov.br, acessado em dezembro de 2011

*Afastamentos posteriores às eleições de 2010

Com exceção do deputado Custódio Matos (PSDB), que após licenciar-se foi eleito prefeito e depois renunciou ao cargo de deputado, todos os demais deputados pediram afastamento somente no final do mandato para assumirem secretarias no novo Governo de Estado que se iniciava em 2011. E, vale ressaltar, todos eles já eram deputados reeleitos para novo mandato (2011-2015).

Os deputados que assumiram como suplentes foram:

Quadro 6 – Deputados suplentes de MG na Câmara dos Deputados na, 53ª Legislatura (2007-2011)

Deputado	Suplência
Antonio Carlos - PSDB/MG	Suplente do deputado Nárcio Rodrigues (de 5 de janeiro de 2011)
Carlos Alberto - PDT/MG	Suplente do deputado Bilac Pinto (a partir de 3 de janeiro de 2011)
Jairo Ataíde - DEM/MG	Suplente (de 5 de fevereiro a 7 de agosto de 2007; e de 9 de agosto de 2007 a 5 de junho de 2008)
Jose Humberto - PHS/MG	Suplente do deputado Alexandre Silveira (a partir de 7 de janeiro de 2011)
Marcio Passos - PR/MG	Suplente do deputado Carlos Melles (de 5 a 27 de janeiro de 2011)

Fonte: Site da Câmara dos Deputados, www.camara.gov.br, acessado em dezembro de 2011

Durante a 53ª Legislatura na Câmara dos Deputados, 61 parlamentares assumiram o mandato de deputado federal por algum período. Destes, 47 candidataram-se novamente. Mas, na classificação adotada, 45 serão considerados como candidatos à reeleição. Como

já foi dito, os candidatos Carlos Alberto Pereira (PDT) e José Humberto Soares (PHS) assumiram o mandato apenas no último mês da legislatura, então não foram considerados candidatos à reeleição.

ANEXO III – Estatísticas descritivas do desempenho eleitoral dos candidatos, de acordo com o eleitorado e o IDH-M dos municípios

Tabela 26 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios

Eleitorado				
Até 5.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	16%	24%	60%
	Mediana	10%	17%	62%
	Desvio-padrão	15%	21%	24%
	Mínimo	2%	1%	3%
	Máximo	91%	92%	96%
De 5.001 até 10.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	18%	21%	62%
	Mediana	12%	14%	65%
	Desvio-padrão	16%	17%	21%
	Mínimo	2%	2%	2%
	Máximo	91%	87%	96%
De 10.001 até 30.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	19%	22%	58%
	Mediana	15%	17%	59%
	Desvio-padrão	14%	16%	18%
	Mínimo	3%	3%	14%
	Máximo	75%	73%	93%
Acima de 30.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	22%	29%	49%
	Mediana	17%	25%	51%
	Desvio-padrão	15%	18%	19%
	Mínimo	4%	5%	14%
	Máximo	63%	82%	90%

Tabela 27 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o tamanho do eleitorado dos municípios

Eleitorado				
Até 5.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	17%	20%	63%
	Mediana	13%	12%	65%
	Desvio-padrão	14%	19%	21%
	Mínimo	1%	1%	7%
	Máximo	70%	81%	96%
De 5.001 até 10.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	20%	19%	60%
	Mediana	16%	13%	63%
	Desvio-padrão	15%	18%	22%
	Mínimo	2%	1%	3%
	Máximo	91%	87%	96%
De 10.001 até 30.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	25%	18%	56%
	Mediana	21%	12%	59%
	Desvio-padrão	16%	17%	20%
	Mínimo	3%	1%	8%
	Máximo	80%	79%	90%
Acima de 30.000		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
	Média	32%	31%	37%
	Mediana	28%	25%	35%
	Desvio-padrão	19%	24%	23%
	Mínimo	4%	3%	4%
	Máximo	79%	91%	85%

Tabela 28 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado federal, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios

Federal		Dominância		
IDH-M		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
Baixo (< 0,679)	Média	26%	19%	55%
	Mediana	22%	12%	56%
	Desvio-padrão	20%	17%	24%
	Mínimo	2%	2%	2%
	Máximo	91%	88%	96%
Médio baixo (0,679 - 0,728)	Média	15%	22%	62%
	Mediana	10%	13%	67%
	Desvio-padrão	13%	21%	24%
	Mínimo	2%	1%	4%
	Máximo	67%	92%	96%
Médio alto (0,729 - 0,759)	Média	14%	27%	59%
	Mediana	11%	23%	61%
	Desvio-padrão	10%	20%	19%
	Mínimo	2%	2%	9%
	Máximo	55%	87%	95%
Alto (>=0,760)	Média	15%	25%	59%
	Mediana	12%	22%	61%
	Desvio-padrão	12%	17%	19%
	Mínimo	3%	2%	12%
	Máximo	63%	82%	94%

Tabela 29 - Estatísticas descritivas do percentual de votos obtidos em cada município, nas eleições para deputado estadual, em MG, de acordo com o IDH-M dos municípios

Estadual		Dominância		
IDH-M		%_Novatos	%_Alta qualidade	%_Reeleição
Baixo (< 0,679)	Média	25%	10%	66%
	Mediana	20%	6%	69%
	Desvio-padrão	18%	11%	21%
	Mínimo	2%	1%	3%
	Máximo	91%	53%	96%
Médio baixo (0,679 - 0,728)	Média	19%	18%	63%
	Mediana	14%	11%	67%
	Desvio-padrão	15%	18%	22%
	Mínimo	1%	1%	8%
	Máximo	80%	78%	96%
Médio alto (0,729 - 0,759)	Média	19%	25%	56%
	Mediana	15%	19%	57%
	Desvio-padrão	13%	19%	20%
	Mínimo	3%	1%	8%
	Máximo	64%	86%	95%
Alto (>=0,760)	Média	23%	29%	48%
	Mediana	18%	24%	51%
	Desvio-padrão	17%	21%	23%
	Mínimo	1%	2%	4%
	Máximo	79%	91%	91%

ANEXO IV – Concentração ou dispersão dos votos de candidatos nas eleições legislativas para deputado federal e estadual, em MG, no ano de 2010

Para se determinar as estratégias de concentração ou dispersão dos votos dos perfis de candidatos, utilizou-se o mesmo índice, “Rae invertido”, usado por Carvalho (2003). Este índice mostra o número de cidades que foram relevantes para a votação de cada candidato. O índice de Rae foi originalmente proposto como instrumento para medir a fragmentação da distribuição de cadeiras entre os partidos no Congresso norte-americano. Neste trabalho, como Carvalho (2003), o índice de Rae invertido é uma alteração que permite medir o número de cidades que contribuíram efetivamente para a votação de cada candidato. A fórmula que compõe o índice é $1/(\sum C_i^2)$, sendo C_i o percentual de votos do candidato dentro de cada município.

O número de cidades relevantes para a votação final do candidato foi agrupado em:

- Concentração alta – índice com valor entre 1,00 e 4,00;
- Concentração média – índice com valor entre 4,01 e 7,00;
- Dispersão média – índice com valor entre 7,01 e 11,00;
- Dispersão alta – índice com valor acima de 11,01.

Eis os resultados:

Tabela 30 - Concentração ou dispersão dos votos nas eleições para deputado federal, em MG, em 2010

Perfil		Concentração Alta	Concentração média	Dispersão média	Dispersão alta	Total
Novato	Casos	221	94	46	52	413
	%	53,50%	22,80%	11,10%	12,60%	100,00%
Alta-qualidade	Casos	41	10	5	9	65
	%	63,10%	15,40%	7,70%	13,80%	100,00%
Reeleição	Casos	4	7	4	30	45
	%	8,90%	15,60%	8,90%	66,70%	100,00%
Total	Casos	266	111	55	91	523
	%	50,90%	21,20%	10,50%	17,40%	100,00%

Tabela 31 – Concentração ou dispersão dos votos nas eleições para deputado estadual, em MG, em 2010

Perfil		Concentração alta	Concentração média	Dispersão média	Dispersão alta	Total
Novato	Casos	522	127	40	42	731
	%	71,40%	17,40%	5,50%	5,70%	100,00%
Alta-Qualidade	Casos	106	20	9	7	142
	%	74,60%	14,10%	6,30%	4,90%	100,00%
Reeleição	Casos	17	8	5	35	65
	%	26,20%	12,30%	7,70%	53,80%	100,00%
Total	Casos	645	155	54	84	938
	%	68,80%	16,50%	5,80%	9,00%	100,00%